

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO**

**CRISTIANE APARECIDA SILVEIRA**

**Benefícios e malefícios do trabalho sob a ótica de adolescentes  
trabalhadores**

**Ribeirão Preto**  
**2008**

**CRISTIANE APARECIDA SILVEIRA**

**Benefícios e malefícios do trabalho sob a ótica de adolescentes  
trabalhadores**

**Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa Interunidades de  
Doutoramento em Enfermagem.**

**Linha de pesquisa: Enfermagem  
enquanto Prática Social Profissional**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia do  
Carmo Cruz Robazzi**

**Ribeirão Preto  
2008**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

**Silveira, Cristiane Aparecida**

**Benefícios e malefícios do trabalho sob a ótica de adolescentes trabalhadores. Ribeirão Preto-SP, 2008.**

**158 f.: il.: 30 cm**

**Tese (Doutorado – Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.**

**Orientadora: Robazzi, Maria Lúcia do Carmo Cruz**

**1. Trabalho de menores. 2. Adolescência. 3. Saúde do trabalhador. 4. Enfermagem**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Cristiane Aparecida Silveira

Benefícios e malefícios do trabalho sob a ótica de adolescentes trabalhadores

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor.  
Linha de pesquisa: Prática Social e Profissional em Saúde

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Banca Examinadora

Prof. : \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. : \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. : \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. : \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. : \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Aos Meus Pais  
João e Dinorá:  
que me ensinaram  
o sentido do trabalho e da vida*

## *Agradecimentos*

*A minha querida amiga e orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi, pessoa formidável que me ajudou não só na construção do conhecimento acadêmico, como também nos valores de vida.*

*Às Prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Maria Aparecida Tedeschi Cano, Maria Yvone Chaves Mauro, Maria Helena Palucci Marziale, Sonia Maria Alves de Paiva, pelas valiosas contribuições e sugestões esclarecedoras, pela paciência em orientar a conclusão deste trabalho e generosidade em compartilhar seus conhecimentos.*

*Aos adolescentes e Diretorias do Programas de Iniciação ao Trabalho por fazer parte desse trabalho.*

*Às amigas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Célia Barcellos Dalri e Líliana Amorim pelo carinho e pela amizade.*

*À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais por liberar-me para cursar o doutorado e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por financiar esta pesquisa.*

*À Bernadete pela correção das referências e a Prof<sup>a</sup>. Camila pelo auxílio com o SPSS.*

*Aos alunos, funcionários e docentes da EERP-USP e da PUC Minas pela convivência agradável.*

*Ao Ramon Antonio Oliveira, por auxiliar na tabulação dos dados.*

*À minha família amada: Pedro Henrique, João Marcos, Luciano e Darlene, a vocês meu eterno carinho.*

*Ao Renato, pelo carinho, companheirismo e por compreender minhas ausências.*

*Àqueles que mesmo sem citação, fizeram parte da minha história...*

*Os teimosos são os sublimes.  
Quem é apenas bravo, tem um só assomo;  
quem é apenas valente, tem um só temperamento;  
quem é apenas corajoso, tem uma só virtude;  
o obstinado na verdade tem a grandeza.  
Quase todo o segredo dos corações está nessa palavra: perseverança.*

*Victor Hugo*

## RESUMO

**SILVEIRA, C.A. Benefícios e malefícios do trabalho sob a ótica de adolescentes trabalhadores.** 2008. 158 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

Este estudo objetivou identificar as repercussões do trabalho na vida de adolescentes de uma cidade do interior de Minas Gerais, segundo a ótica dos próprios trabalhadores. Trata-se de uma investigação quanti-qualitativa, com o uso de estatística descritiva e análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Participaram da pesquisa 66 adolescentes e os resultados revelaram uma composição com uma média de cinco pessoas por família, renda de um a três salários-mínimos, sendo que 27 (40,91%) realizavam o trabalho nas ruas e 39 (59,09%) em setores administrativos de diversas instituições. Quanto ao tempo de trabalho, 24 (36,36%) trabalhavam de sete a 12 meses; nove (13,64%) adolescentes referiram ter sofrido Acidente de Trabalho e quatro (6,06%) já adoeceram por causa do trabalho. As categorias abstraídas dos depoimentos para a identificação do significado do trabalho para os adolescentes foram: independência financeira; ajuda familiar; valoração pessoal e valoração profissional. As repercussões positivas apontam o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e de comunicação; desenvolvimento pessoal, intelectual e físico; independência e liberdade; ocupação do tempo e a melhoria na condição de vida. As repercussões negativas incluíram: cansaço e preocupação; falta de tempo para lazer, estudos, convívio familiar e com amigos e riscos do trabalho. Quanto à opinião da família acerca da condição ocupacional do adolescente emergiram três categorias temáticas: apoio, aspecto financeiro e oportunidade. Concluiu-se que o adolescente



tem uma visão positiva do trabalho e reconhece os malefícios e benefícios do trabalho em sua vida.

Palavras-chave: Trabalho de menores, Adolescência, Saúde do trabalhador, Enfermagem

## ABSTRACT

**SILVEIRA, C.A. Positive and negative aspects through adolescent workers' perspective.** 2008. 158 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

This study aimed to identify the repercussions of work in adolescents' life in a city in the interior of Minas Gerais (Brazil), according to workers' perspective. It is a quantitative and qualitative study, using descriptive statistics and content analysis. Subjects were 66 adolescents and results showed a family composition with an average of five people and family income from one to three minimum wages; 27 (40.91%) of them have field works and 39 (59,09%) work in administrative sectors of different institutions. Regarding time of work, 24 (36,36%) had worked from 7 to 12 months. Nine (13,64%) adolescents mentioned having Occupational Accidents and four (6,06%) have already been taken ill because of work. Financial independence, family help and personal and professional valuation were the categories attributed to the meaning of work. The positive repercussions were development of social and communicative abilities, personal, physical and intellectual development, independence and liberty, to occupy the spare time and improvement in living conditions. The negative repercussions included: tiredness, preoccupation, loss of time spent with family and friends, occupational risks and lack of time for study and leisure. Three thematic categories emerged from the opinion of the families about the occupational condition: support, financial aspect and opportunity. It is concluded that the adolescent has a positive view of work, attributing different meanings to it, family also have this viewpoint, even recognizing the interferences of work in adolescents'

life.

Keywords: Child labour, Adolescent, Occupational health, Nursing

## RESUMEN

**SILVEIRA, C.A. Beneficios y maleficios bajo la óptica de los adolescentes trabajadores.** 2008. 158 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

Este estudio tuvo como objetivo identificar las repercusiones del trabajo en la vida de adolescentes de una ciudad del interior de Minas Gerais (Brasil), según la óptica de los trabajadores. Es un estudio cuantitativo y cualitativo, con estadística descriptiva y análisis de contenido. Fueron investigados 66 adolescentes y los resultados demostraron una composición familiar con una media de cinco personas y renta familiar de un a tres salarios mínimos. Veintisiete (40,91%) realizan trabajo en las calles y 39 (59,09%) en sectores administrativos de diversas instituciones. En lo que se refiere al tiempo de trabajo actual, 24 (36,36%) trabajaban de 7 a 12 meses. Nueve (13,64%) adolescentes refirieron tener sufrido Accidente de Trabajo y cuatro (6,06%) ya se enfermaron a causa del trabajo. Independencia financiera, ayuda familiar, valoración personal y profesional fueron las categorías atribuidas al significado del trabajo. Las repercusiones positivas fueron el desarrollo de habilidades sociales y comunicativas, el desarrollo personal, intelectual y físico, la independencia y libertad, la ocupación del tiempo y la mejoría en la condición de vida. Las repercusiones negativas incluyeron: cansancio, preocupación, pérdida del convivio familiar y con amigos y falta de tiempo para estudio y recreación y riesgos del trabajo. De la opinión de la familia acerca de la condición ocupacional emergieron tres categorías temáticas: apoyo, aspecto financiero y oportunidad. Se

concluyó que el adolescente tiene una visión positiva del trabajo y reconocen las interferencias del trabajo en la vida del adolescente.

Palabras clave: Trabajo de menores, Adolescente, Salud laboral, Enfermería

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Distribuição das características dos adolescentes. Minas Gerais, 2008 (n=66).....</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 2 - Distribuição das características das famílias dos adolescentes. Minas Gerais, 2008 (n=66).....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 3 - Distribuição de Acidentes e Adoecimento do Trabalho entre adolescentes trabalhadores. Minas Gerais, 2008 (n=66).....</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 4 - Distribuição das características do trabalho atual e anterior dos adolescentes. Minas Gerais, 2008 (n=66).....</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 5 - Distribuição das atividades do trabalho anterior dos adolescentes, segundo a CBO. Minas Gerais, 2008 (n=33).....</b>	<b>92</b>

## LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SIMBOLOS

<b>AT</b>	<b>Acidente de Trabalho</b>
<b>CAT</b>	<b>Comunicação de Acidente de Trabalho</b>
<b>CBO</b>	<b>Classificação Brasileira de Ocupações</b>
<b>CF</b>	<b>Constituição Federal</b>
<b>CLT</b>	<b>Consolidação das Leis do Trabalho</b>
<b>CNPQ</b>	<b>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>
<b>CNTE</b>	<b>Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação</b>
<b>CTPS</b>	<b>Carteira de Trabalho e Previdência Social</b>
<b>DIEESE</b>	<b>Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-econômicos</b>
<b>EC</b>	<b>Emenda Constitucional</b>
<b>ECA</b>	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente</b>
<b>EERP</b>	<b>Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto</b>
<b>FGTS</b>	<b>Fundo de Garantia por Tempo de Serviço</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>ILO</b>	<b>International Labor Organization</b>
<b>INSS</b>	<b>Instituto Nacional de Seguro Social</b>
<b>IPEA</b>	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>
<b>LDB</b>	<b>Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional</b>
<b>MG</b>	<b>Minas Gerais</b>
<b>MTE</b>	<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>
<b>NR</b>	<b>Norma Regulamentadora</b>
<b>OIT</b>	<b>Organização Internacional do Trabalho</b>
<b>OMS</b>	<b>Organização Mundial de Saúde</b>
<b>OPAS</b>	<b>Organização Pan-americana de Saúde</b>
<b>PNAD</b>	<b>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios</b>
<b>RS</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>
<b>SENAC</b>	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem no Comércio</b>
<b>SENAI</b>	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria</b>
<b>SENAR</b>	<b>Serviço Nacional de Aprendizagem do Serviço Rural</b>
<b>SENAT</b>	<b>Serviço Nacional de Serviço no Transporte</b>
<b>SM</b>	<b>Salário Mínimo</b>
<b>SP</b>	<b>São Paulo</b>
<b>SPSS</b>	<b>Statistical Package for the Social Sciences</b>
<b>TCLE</b>	<b>Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>
<b>UNICEF</b>	<b>Fundo das Nações Unidas para a Infância</b>
<b>USP</b>	<b>Universidade de São Paulo</b>
<b>WHO</b>	<b>World Health Organization</b>

## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	9
RESUMEN.....	11
LISTA DE TABELAS.....	13
LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SIMBOLOS.....	14
<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>20</b>
2.1 O trabalho.....	21
2.1.1 O significado histórico do trabalho.....	21
2.1.2 O contexto atual do trabalho.....	24
2.2 O adolescente.....	28
2.3 O trabalho do adolescente.....	31
2.3.1 Conceitos, definições e histórico do trabalho do adolescente.....	31
2.3.2 Dados, indicadores e estatísticas do trabalho do adolescente.....	35
2.3.3 Legislação.....	37
2.4 Implicações do trabalho ao adolescente.....	42
2.4.1 Percepção dos adolescentes.....	43
2.4.2 Interferência do trabalho na escolarização.....	45
2.4.3 Enfermidades e acidentes de trabalho.....	51
2.4.4 Trabalho do Adolescente e interação com a Família.....	58
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>60</b>
3.1 Objetivo geral:.....	61
3.2 Objetivos específicos:.....	61
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>62</b>
4.1 Caracterização do estudo.....	63
4.1.1 Local de estudo.....	63
4.1.2 Coleta de dados.....	64
4.1.3 Sujeitos.....	64
4.2 Procedimentos Ético-legais.....	64
4.3 Procedimentos Metodológicos.....	65
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>157</b>





Esta pesquisa surgiu da inquietação da autora com a questão do trabalho do adolescente, diante da observação desta realidade durante a sua formação acadêmica em Enfermagem na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Realizando atividades de Iniciação Científica e, posteriormente, durante a coleta de dados de sua Dissertação de Mestrado ao pesquisar prontuários de pacientes atendidos em uma Unidade de Emergência, encontrou vários registros indicativos do trabalho realizado por adolescentes. Como professora do Curso de Graduação de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais teve oportunidade de observação do trabalho do adolescente junto aos Programas e Projetos de Extensão que a universidade mantêm, vivenciando diversas facetas das repercussões do trabalho na vida do adolescente.

O tema proposto, para ser objeto de estudo do Doutorado em Enfermagem, reporta-se então ao trabalho do adolescente. Esse tipo de trabalho acontece em toda a nação brasileira e em outros países e é repleto de assertivas, a maioria das vezes contraditórias. Por vezes, é posto que:

- A atividade laboral expolia o adolescente, fazendo-os entrar precocemente e sem preparo adequado no mundo do trabalho, alterando-lhe a vida de maneira global, ou seja, impede ou prejudica-lhe o lazer, o estudar, as horas de sono;
- Causa Acidentes de Trabalho (AT) e enfermidades nos jovens trabalhadores, inadaptados que estão quando necessitam entrar no mundo do trabalho;
- É ruim porque o adolescente é explorado, desconhecedor dos riscos existentes e dos direitos que possui no mundo do trabalho.

Em outras situações, é defendido pois:

- Auxilia o desenvolvimento do adolescente, deixando-a mais ágil e esperto e, quando adulto, com maiores possibilidades de vencer profissionalmente;
- É lucrativo para as famílias, para os empregadores e para os jovens trabalhadores, tornando possível o auxílio à subsistência, a aquisição de bens, entre outros;
- É benéfico porque enquanto trabalha, o jovem não tem tempo para pensar em realizar atividades ilícitas como roubar, usar drogas e/ou desfrutar de más companhias;

A Enfermagem é uma profissão da área de saúde que deve estar engajada nos problemas políticos e sociais que acontecem no país, especialmente nos que envolvem crianças e adolescentes. Por isso, é importante envolver-se nas questões relacionadas ao trabalho tanto das crianças como dos adolescentes, inserindo-se na luta político-social nacional pelas melhores condições de vida da população infanto-juvenil. Até o momento, entretanto, constatam-se movimentos profissionais discretos e não decisivos no cenário brasileiro, nesse sentido.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) vêm propondo uma mudança estratégica de atuação do profissional com relação ao adolescente, dentro do enfoque da promoção da saúde e de participação juvenil efetiva, apontando a necessidade de se refletir sobre a questão do trabalho. Torna-se então fundamental que os serviços de saúde no nível primário de atenção estejam estruturados a partir da lógica dos preceitos de promoção de saúde e prevenção de agravos.

Nesta ótica é importante que o enfermeiro tenha clareza de que um trabalho eficaz de promoção de saúde pressupõe participação nas questões sociais e

políticas e integração intersetorial. Essa pode ser uma estratégia da enfermagem de articulação em rede, desenvolvendo e fortalecendo laços de solidariedade, cidadania e promoção da saúde.

O pouco aprofundamento relacionado a tal problemática não permite intervir científica e com profissionalismo na questão. Assim, diante da lacuna constatada sobre esse assunto, no âmbito da Enfermagem, a autora foi motivada a desenvolver o estudo, tentando apreender a influência do trabalho do adolescente no seu desenvolvimento e como o adolescente e sua família encaram essa atividade laboral.

Acredita-se que a realização deste estudo pode contribuir para aumentar o conhecimento existente referente ao assunto e também pode alertar educadores, para que intervenham no sentido de orientar os trabalhadores – no caso os adolescentes – objetivando a minimização dos eventuais problemas físicos, psicológicos e de saúde que podem ocorrer, com o exercício desse tipo de atividade por parte desses jovens.

O estudo encontra-se vinculado ao projeto intitulado “O Trabalho precoce e os seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), protocolado sob o n°. 310238/2007-2/ Produtividade em Pesquisa – PQ – 2007.

Diante do exposto, pretende-se com esta investigação identificar entre os adolescentes que trabalham em uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais (MG), os benefícios e os malefícios que o trabalho acarreta em suas vidas sob a sua própria ótica.



## 2.1 O trabalho

### 2.1.1 O significado histórico do trabalho

A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo utilizado para designar instrumento de tortura, ou mais precisamente, “instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (ALBORNOZ, 1994, p. 10).

Por muito tempo o significado de trabalho foi associado a fardo e sacrifício. Na Grécia Antiga, o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres. “A maioria dos gregos desprezava o trabalho e qualquer atividade que comportasse fadiga física ou, de algum modo, a execução de uma tarefa” (DE MASI, 2000a, p. 75).

Nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era visto como tarefa penosa e humilhante, como punição para o pecado. Ao ser condenado, Adão teve por expiação trabalhar para ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto. No protestantismo, Calvino e Lutero dignificam o trabalho como libertador capaz de aumentar a dignidade, como forma de recompensa merecida; a riqueza é um estado nobre, legítimo, resultado de esforço; o trabalho é o caminho religioso para a salvação, uma virtude, uma obrigação ou compulsão. Na concepção protestante, “Quanto mais duro se trabalhava, mais se provava ser merecedor da graça divina” (BORGES; YAMAMOTO, 2004, p. 31).

A partir do Renascimento, surge uma das concepções de trabalho como fonte de identidade e auto-realização humana. O trabalho adquire então um significado intrínseco, “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas conseqüências” (ALBORNOZ, 1994, p. 59). A partir dessa época, outra visão passou a vigorar, concebendo o trabalho não mais como uma ocupação

servil. Longe de escravizar o homem, entende-se que propicia o seu desenvolvimento, preenche a sua vida, transforma-se em condição necessária para a sua liberdade.

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorreu um processo de oposição entre trabalho e lazer, e a separação das esferas doméstica e pública da vida social. Ao mesmo tempo, ocorreu a diferenciação entre trabalho livre e assalariado, sendo este último desempenhado na e para a produção. Isto se tornou um importante referencial para o desenvolvimento emocional, ético e cognitivo do indivíduo, ao longo de seu processo de socialização e, igualmente, para o seu reconhecimento social, com atribuição de prestígio dentro e fora dos grupos (LOBATO, 2004).

No início do século XX, Henry Ford introduz em sua fábrica um modelo de produção e de gestão de pessoas, baseado em um sistema de inovações técnicas e organizacionais, tendo como objetivos a produção e o consumo em massa, mais conhecida como produção em série. Taylor, por sua vez, deu início à chamada “Administração Científica do Trabalho”, baseando-se em três princípios: dissociação do processo de trabalho das qualificações dos trabalhadores; separação da concepção da fase de execução do trabalho e uso do monopólio do conhecimento para controlar os passos do processo de trabalho e seu modo de execução. As duas formas produtivas e administrativas introduzidas por Ford e Taylor, enquanto relações de trabalho, apregoavam fragmentação do trabalho, uma relação de desigualdade e possibilidade de exclusão dos indivíduos do sistema produtivo e conseqüentemente, da sociedade constituída, reforçando a dicotomia entre trabalho e prazer (LISBOA, 2002).

O método taylorista/fordista utilizado nas indústrias dissemina-se rapidamente para outras organizações, incluindo igreja, família e tipos de lazer. Novos valores

passam a determinar a sincronização dos tempos de vida e do trabalho, são estabelecidos horários exatos para chegar e sair da fábrica, tempo predeterminado para executar uma tarefa. O consumo do tempo livre é monitorado, a quantidade e as formas de lazer devem ser adequadas para não interferir na disposição e produtividade do operário. O trabalho passa a ser reconhecido como uma atividade central que ocupa de forma quase total o espaço de vida, na medida em que absorve a maior parte do tempo do indivíduo e em que é criado um novo espaço social para dar-lhe o suporte necessário (RIBEIRO; LEDA, 2004).

É somente na chamada Terceira Revolução Industrial, nas primeiras décadas do séc. XX, que ocorre a ruptura do paradigma industrial e tecnológico, pelo advento da microeletrônica, pelo avanço das telecomunicações e pelo incremento da automação (LASSANCE; SPARTA, 2003). O toyotismo expressa a expansão do capitalismo monopolista japonês após 1945, em que o capital explora a dimensão cognitiva da classe trabalhadora, para que a empresa possa ser mais competitiva no mercado. No Brasil, este período é marcado pelas lutas das classes operárias e criação dos sindicatos.

Essas novas condições criadas pelo padrão tecnológico e produtivo têm trazido, em seu âmago, a redução do emprego, a ampliação do desemprego, a intensificação do trabalho e o surgimento de novas formas de trabalho, com mudanças na forma e no conteúdo da contratação, com redução do poder dos sindicatos. E é a nova forma do capital se apropriar do fazer intelectual do trabalho (ANTUNES, 2001).

Portanto o trabalho apresenta duas perspectivas históricas distintas. A primeira referente a um caráter negativo e a segunda a uma dimensão positiva. Em alguns momentos representa castigo divino, punição, fardo, incômodo, carga, algo



esgotante para quem o realiza. Em outros, espaço de criação, realização, crescimento e desenvolvimento pessoal, possibilidade de o homem construir a si mesmo e marcar sua existência no mundo (RIBEIRO; LEDA, 2004).

### 2.1.2 O contexto atual do trabalho

Atualmente, em decorrência das transformações no mundo do trabalho; da flexibilização<sup>1</sup> das relações trabalhistas; da crescente taxa de desemprego motivada pela globalização; dos vínculos empregatícios frágeis e dos postos de trabalho instáveis e desqualificados, cresce a informalidade no trabalho em condições cada vez mais desfavoráveis, ocasionando danos e agravos à saúde dos trabalhadores (RIGOTTO, 1998; GIRARD, 2002). Como os encargos trabalhistas são elevados e desestimulam os empregadores a realizarem contratações formais, muitos trabalhadores experimentam situações de subcontratações, trabalhando em condições arriscadas, insalubres e perigosas.

A intensificação do trabalho tem ocasionado o aumento das doenças relacionadas ao trabalho e criado condições que conduzem ao incremento da probabilidade de acidentes causadores de incapacidade temporária permanente ou mesmo de mortes de trabalhadores, o que evidencia o vínculo causal entre saúde e trabalho (NAVARRO, 2003).

---

<sup>1</sup> *Existem várias formas de flexibilização, envolvendo a gestão organizacional: a flexibilidade salarial, a flexibilidade do emprego, a flexibilidade técnico-organizacional e flexibilidade do tempo de trabalho. A flexibilização do emprego pode induzir novas formas de vínculo empregatício oficiais (terceirização, trabalho em tempo parcial e prestação de serviços por conta própria) e, também, novas formas de vínculo empregatício oficiosas (trabalho informal e trabalho clandestino); A flexibilização da jornada de trabalho pode diminuir a média de horas de trabalho por cada um dos trabalhadores (gerando a expansão dos empregos), mas pode também aumentar esta mesma média (gerando a contenção da oferta de empregos (AMADOR et al., 1997).*

Este contexto precário das relações trabalhistas é ainda reforçado pela terceirização<sup>2</sup> que além de trazer como características a alta rotatividade, baixos salários, extensão da jornada e desproteção social, sugere, também, um quadro mais perverso, caracterizado pela contratação de trabalhadores mais propensos à submissão, em um contexto de precarização das relações de trabalho. Observa-se, na terceirização, trabalhadores desqualificados, em permanente substituição, com vínculos empregatícios frágeis. Submetidos aos riscos diversos, vivem obsessivamente preocupados com a garantia da renda mínima necessária à sobrevivência e com medo do desemprego estrutural, da falência das subcontratadas e da desproteção social estabelecida por um Estado cada vez mais ausente das políticas sociais (MELO; ALMEIDA; MATTOS, 1998). Mesmo com a proibição das leis, as empresas parecem continuar empregando trabalhadores sem registros e estes, quando inseridos no mercado de trabalho, constituem-se na categoria que mais desconhece os seus direitos trabalhistas.

A informalidade empregatícia sem encargos trabalhistas e com direitos e salários reduzidos acaba ocasionando danos à saúde dos trabalhadores, sem conhecer seus direitos, submetem-se a situações arriscadas, insalubres e inadequadas; a baixos salários; a horas-extras sem remuneração, e, com freqüência não se protegem adequadamente dos riscos proporcionados por condições laborais inadequadas. Arriscam-se, então, a ficarem enfermos e a se acidentarem no trabalho e, paradoxalmente, em muitas ocasiões, parecem demonstrar contentamento por estarem, ao menos empregados.

O trabalho, quando executado sob determinadas condições, pode causar

---

<sup>2</sup> *A terceirização vem acompanhada desse processo mundial de reestruturação produtiva em curso no Brasil, especialmente a partir dos anos 90. O processo de terceirização ocorre quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra, chamada de "terceira". (LISBOA, 2004).*

enfermidades, provocar acidentes, encurtar a vida e matar os trabalhadores. Há nexos entre trabalho e sofrimento explícito. O trabalho ainda pode causar danos menos perceptíveis e até mesmo invisíveis, mas não menos deletérios aos que trabalham, apesar de que a sua realização deveria concretizar os imperativos éticos mais elevados, tais como a participação do homem na sua concepção e não apenas na sua execução, a solidariedade na sua construção e a divisão igualitária de seus frutos (MENDES, 2003).

Trabalhadores que experimentam situações de subcontratações labutam em condições arriscadas, insalubres e perigosas. Contratações são feitas sem encargos trabalhistas, com redução de direitos e salários. É difícil a identificação de prioridades e a redefinição das formas de inserção do país na economia mundial (MATTOSO, 1996). A possibilidade de se obter uma ocupação passou a ser maior no setor informal (DUPAS, 1999).

Neste cenário, percebe-se a existência de vários ambientes laborais inapropriados, favorecedores de riscos à saúde aos que trabalham, tanto em empregos formais como nos informais.

Quanto ao risco, as decisões e práticas de submeter-se ao mesmo, encontram-se constantemente presentes no cotidiano das pessoas (BINDER; ALMEIDA, 2003). Entende-se que há possibilidades diferenciadas de certas exposições e/ou experiências, as quais causam danos à integridade física dos trabalhadores, tais como doenças, desgaste, sofrimento, perda, morte, entre outros (FRANKLIN et al., 2001). No contexto brasileiro, em grande parte dos casos, os trabalhadores vivem no seu labor, situações de riscos permanentes, pelo fato dos ambientes laborais serem inseguros e possuírem múltiplos agentes propiciadores de risco.

Acresce-se a isso que em muitas situações, esses trabalhadores assumem os riscos laborais pela obediência às suas chefias, tendo consciência que a não realização das tarefas que lhes são impostas, pode significar a perda do emprego. Assim, arriscar-se parece não ser mais decisão livre do trabalhador, mas acaba sendo uma situação imposta pelo medo do desemprego (BINDER; ALMEIDA, 2003).

Nos ambientes de trabalho, com raras exceções, é evidente a presença de vários agentes/fatores de riscos ocupacionais dos tipos físico, químico, biológico, psicológicos e situações anti-ergonômicas, entre outras, que em conjunto com o modo pelo qual o trabalho é organizado, proporcionam aos trabalhadores processos laborais arriscados, inseguros e insalubres. Dependendo da maneira como é executado, com maior ou menor segurança e proteção, contando com equipamentos coletivos e/ou individuais, tecnologias sofisticadas ou rudimentares e ritmos de maior ou menor intensidade, o trabalho vai desgastando os indivíduos e fragilizando sua saúde (ROBAZZI; MARZIALE, 1999). Os riscos nele contidos podem ser exacerbados e os efeitos da insegurança e insalubridade laboral agem mais efetivamente, alterando a condição de higiene dos trabalhadores, bem como favorecendo-lhes a ocorrência de AT e de enfermidades relacionadas ao trabalho, bem como ocasionando-lhes, em muitas situações, a perda da vida (SILVA, 2005).

Acresce-se a esse rol de problemas que no país, também é relativamente comum, encontrar-se trabalhadores com desconhecimento sobre seus direitos trabalhistas mínimos e, por isso, realizando atividades em condições inapropriadas, considerando os vários tipos de problemas ocupacionais como de ocorrência “normal”, desatentando-se dos AT e dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, os quais costumam passar despercebidos e, conseqüentemente, desassociados do mesmo (SILVA, 2005).

Em geral, as pessoas com pouco conhecimento sobre o seu trabalho executam atividades consideradas de menor qualificação profissional, submetem-se a situações arriscadas, insalubres e inadequadas, a salários aviltantes, trabalhando horas-extras e não sabem proteger-se adequadamente dos riscos proporcionados pelas inadequadas condições de trabalho (ROBAZZI; CANO; FÁVERO, 1996). Neste importante universo encontram-se inseridos os adolescentes que trabalham.

## **2.2 O adolescente**

A adolescência pode ser conceituada diferentemente, dependendo da abordagem que a descreve: cronológica, de desenvolvimento físico, sociológica, psicológica e psicanalítica, antropológica, culturalista, filosófica e histórica (MAURO; GIGLIO; GUIMARÃES, 2000).

A OMS considera-a dos 10 aos 19 anos, fase marcada por profundas transformações físicas e psicológicas que trazem repercussões pessoais, familiares e sociais (FRANKLIN et al., 2001). Já o ECA, considera adolescente aquele que tem entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1995).

Do ponto de vista psicológico, é um período crítico de definição da identidade do “eu”, cujas repercussões podem ser de graves conseqüências para o indivíduo e a sociedade (FERNANDES, 2008)

Numa definição sociológica, adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano que se inicia na infância e que ritualiza a entrada da vida adulta, caracteriza-se por profundas transformações físicas, emocionais e cognitivas. É um período complexo da existência humana no qual se apresentam uma série de questões, que devem ser satisfatoriamente conduzidas, para se alcançar uma vida adulta saudável.

A adolescência é parte de um processo de amadurecimento e de intenso aprendizado de vida. A tendência de se limitar o adolescente a "um indivíduo em período de transição" tem favorecido o esquecimento de suas necessidades e a falta de respeito de seus direitos enquanto cidadão (RUZANY, 1996). Para que seja possível outro enfoque sobre o adolescente é preciso que a sociedade valorize o seu potencial de contribuição e o apóie, permitindo que seus pensamentos, desejos, idéias e críticas sejam ouvidas e torne a sua participação eficaz.

Sabe-se que é comum considerar o adolescente a "partir do referencial mais comum: idade (12 aos 19 anos); emoção instável (ora sonhadora, ora medrosa); forte e saudável; renovador; não produtivo economicamente ou mão-de-obra barata até se tornar adulto..." (LOYOLA, 1990, p. 319).

O adolescente passa por um período de transformações anatômicas, fisiológicas e de resposta sexual que desencadeiam modificações de conduta e de comportamentos. Essas modificações físicas provocam mudanças psicológicas, juntamente com outros fatores culturais e sociais (LOYOLA, 1990). Aguiar, Bock e Ozella (2001) afirmam que outros autores, partindo de uma abordagem psicanalítica, enfatizam que a adolescência é uma fase conturbada devido às mudanças sexuais envolvidas. Além disso, a adolescência é uma etapa decisiva para o indivíduo e de grandes dificuldades para o adolescente. Ele entra em uma crise, apresentando-se vulnerável e rebelde. Compartilhando da mesma idéia de adolescência enquanto uma etapa de conflitos. Há a compreensão que "... por si só, a adolescência é desestabilizadora da saúde psíquica do indivíduo..." (MAURO; GIGLIO; GUIMARÃES, 2000, p. 115).

E entendido também que

... a adolescência caracteriza-se por um período de construção de valores sociais e de interesse por problemas éticos e ideológicos. O

adolescente aspira à perfeição moral e expressa um grande altruísmo, o que freqüentemente origina revoltas por descobrir que a sociedade não se reúne com os valores que defende. O fato de possuir novas capacidades cognitivas de reflexão e abstração ir-lhe-á permitir elaborar mentalmente hipóteses, debater idéias e confrontar opinião, construindo uma teoria própria de realidade. O adolescente confronta os seus próprios valores do mundo adulto, na tentativa de alcançar a tão desejada autonomia. Para tal, ajuíza regras e convenções sociais, o que o leva por vezes a acatá-las e, por outras, a obedecê-la... (KOHLBERG<sup>3</sup> apud SOUSA, 2006).

Opondo-se a essas visões, há outro conceito de adolescência: uma etapa do desenvolvimento que ocorre na sociedade e, por isso, suas características próprias não são fixas ou imutáveis, mas construídas por um momento histórico. Tais características não seriam naturais ou trazidas com a chegada de certa idade. Dessa forma, não seria uma fase natural do desenvolvimento humano, mas seria criada historicamente. Até mesmo as mudanças sexuais do corpo não poderiam ser tomadas como características da adolescência, já que são significadas e valorizadas socialmente (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001).

A fase da adolescência surgiu com a sofisticação tecnológica da sociedade e com a necessidade do jovem adquirir conhecimentos suficientes para dela participar. Criaram-se, com essa extensão do período escolar, as condições para distanciamento familiar, aproximação de um grupo de iguais e, principalmente, modificação de valores pessoais (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1989). A rebeldia, característica da adolescência, poderia ser explicada pela contradição entre ter todas as condições necessárias para trabalhar (afetivas, cognitivas, sexuais, físicas) e estar impedido de fazê-lo em decorrência de uma necessidade de estudar e distanciar-se do trabalho (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001). Esta visão sócio-histórica de adolescência não ignora as características observadas em

---

<sup>3</sup> Kohlberg, L. *The philosophy of moral development: moral stages and idea of justice*. Cambridge: Harper & Row, 1981.

adolescentes, as transformações ocorridas nessa fase e a existência de um período de conturbação. No entanto, as explicações dadas a esse fenômeno são históricas e sociais, opondo-se a qualquer visão naturalista, cronológica ou física.

## **2.3 O trabalho do adolescente**

### **2.3.1 Conceitos, definições e histórico do trabalho do adolescente**

Há muita complexidade na conceituação do trabalho infantil e do adolescente. Por vezes, os termos são usados indiscriminadamente como sinônimos.

Para a Constituição Federal (CF), inciso XXXIII do artigo 7º, o termo “trabalho” refere-se ao regime de emprego ou seja, relação empregatícia (BRASIL, 1988), Entretanto, a Convenção <sup>4</sup> 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) "Sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego", (ratificado <sup>5</sup> pelo Brasil em 28/06/2001) explicita que as normas nela contidas se aplicam à “admissão a emprego ou trabalho” (art. 1º) em “qualquer ocupação” (art. 2º) seja qual for o regime jurídico (BRASIL, 2002c). Também as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sobre trabalho (art. 60 a 69) não se restringem ao trabalho em regime de emprego (BRASIL, 1995).

---

<sup>4</sup> *Convenção: é um acordo internacional escrito, celebrado entre Estados, e regido pelo Direito Internacional. Recebe várias denominações, entre elas: tratado, protocolo, carta, pacto, estatuto. As Convenções da OIT consistem num tratado aberto à ratificação dos países membros da organização, emanado da Conferência Internacional do Trabalho, e adotado após discussão de caráter tripartite (com participação dos trabalhadores, empregadores e governos, em igualdade de condições)... (YANNOULAS, 2002, p. 17).*

<sup>5</sup> *Ratificação de uma convenção: ... é a aceitação dos princípios contidos no instrumento internacional por parte de um Estado, que se obriga a aplicar as políticas nele formuladas. Este instrumento, quando ratificado, implica aceitação dos princípios nele contidos, que passam a integrar o ordenamento jurídico interno do país-membro em questão ... (YANNOULAS, 2002, p. 17).*



Segundo a Declaração dos Direitos da Criança<sup>6</sup>, criança é *todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes*". A Convenção<sup>7</sup> 182 sobre as "Piores Formas de Trabalho Infantil" (ratificada em 02/02/00) estende sua proteção à criança com idade inferior a 18 anos. Apesar de não explícito o conceito de criança na Convenção 138, a mesma contempla a proteção infantil, da mesma forma que a CF e o ECA (LIMA, 2006).

Isso significa que seria considerado infantil todo trabalho executado por menores de 18 anos. Entretanto, normas internacionais e nacionais fixam vários níveis, permitindo que o adolescente possa trabalhar a partir de 14 anos dentro parâmetros específicos. No Brasil, este fato pode acontecer dos 14 aos 16 anos como aprendiz e a partir dos 16 anos fora do processo de aprendizagem (LIMA, 2006).

É importante que se faça a distinção entre trabalho infantil (antes dos 14 anos) e do adolescente (14 a 17 anos). Há uma tendência de agregar as duas faixas etárias em uma só (10 a 17 anos) sob a denominação de trabalho de menores. Isso se torna problemático, pois a taxa de ingresso legal no mercado de trabalho ocorre após os 14 anos e as conseqüências de se trabalhar são diferentes para uma

---

<sup>6</sup> Em 1924 a Assembléia da Liga das Nações adotou a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança. Entretanto, somente com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, reconheceu-se universalmente, que a criança deve ser objeto de cuidados e atenções especiais. Tal reconhecimento deu-se por força do item 2 do artigo XXV, onde se dispôs claramente que "a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especial. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social". Em 1959 estabelece-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança, tornando-se um guia para a atuação em favor da criança, formada de dez princípios básicos: "... direito da criança à proteção especial; à ser-lhe dadas as oportunidades e facilidades necessárias ao pleno desenvolvimento saudável e harmonioso; à utilizar-se dos benefícios relativos à seguridade social, incluindo-se a adequada nutrição, moradia, recreação e serviços médicos; à receber educação e a ser protegida contra todas as formas de negligência, crueldade e exploração..." (SOUZA, 2002).

criança de 10 anos comparadas as de um adolescente de 16 anos (MADEIRA, 1993).

Para a presente investigação, considerar-se-á o trabalho do adolescente, aquele exercido entre 14 e até 18 anos incompletos, com qualquer atividade econômica, sendo ela remunerada ou não.

O trabalho realizado por crianças e adolescentes tem acompanhado a evolução histórica da humanidade, tornando-se mais evidente, após a Revolução Industrial, devido à utilização intensiva de menores trabalhadores nas fábricas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT, 2003). No entanto, em épocas passadas, o emprego de crianças e adolescentes era culturalmente aceito, dado que a infância era considerada uma preparação para a vida adulta e o indivíduo era incentivado a trabalhar o quanto antes, para aprender um ofício (FERRO, 2004).

Nos séculos passados, acreditava-se que o trabalho seria sempre benéfico às crianças em detrimento dos “perigos decorrentes do ócio e do vício que *rondavam* crianças pobres desocupadas” (CAMPOS; ALVERGA, 2001; MARQUES, 2003).

No período escravagista, pequenos escravos aprendiam desde cedo a trabalhar a fim de sobreviver. Por volta dos sete a oito anos de idade, já transportavam trouxas de roupa ou tripés de tabuleiro entre outras atividades (MARQUES, 2003). As crianças livres estavam majoritariamente presentes no artesanato (CUNHA, s/d). Essa exploração era regulamentada, tanto que em 1825, uma medida trabalhista proibia o trabalho insalubre e fatigante aos menores de 12 anos, norma que não impedia a exploração (DEL PRIORI, 1996).

No início da industrialização crianças e adolescentes tornaram-se mais uma vez mão-de-obra barata, concretizando-se como um dos grandes anseios do

empresariado, pois ao possibilitar a diminuição dos custos de produção contribuiu para aumentar a acumulação do capital. Os pequenos chegaram a representar 15% da mão-de-obra empregada na década de 1890 em São Paulo, trabalhando em diversos ramos das indústrias. Somente no setor têxtil, representavam 25% da força de trabalho ocupada (DEL PRIORE, 1996).

Embora a preocupação e o combate a este tipo de trabalho tenham hoje um apelo humanitário, este parece continuar crescente. A sociedade brasileira assiste atualmente a ocorrência do trabalho infanto-juvenil (CRUZ NETO; MOREIRA, 1998). É proibido por lei, deve ser fiscalizado e punido pelos governos, denunciado pela sociedade e por suas organizações não-governamentais, impedido por empresas e sindicatos, mas sabe-se que ainda assim continua a existir (VEIGA, 1998; MARQUES, 2003).

É realidade nacional encontrar-se crianças e adolescentes trabalhando no setor agropecuário, particularmente na agricultura (BRASIL, 1998) tais como, em cultura do sisal (GONÇALVES, 1997), em lavouras canavieiras (ALESSI; NAVARRO, 1997), nas culturas do alho, café, feijão, goiaba, tomate, milho, algodão, amendoim, batata, arroz (BRASIL, 1996a), laranja (SOARES, 1995), entre outras, bem como em serviços de serraria, indústria de móveis (GONÇALVES, 1997), fabricação de caixotes, em oficinas mecânicas, serviços em pedreiras (BRASIL, 1996a) e carvoarias (GONÇALVES, 1997), entre outras. Em qualquer rua que se passa, crianças vendem balas, limpam vidros dos carros, pedem moedas, quando os carros param nos semáforos.

Especificamente na região Sudeste, estes jovens podem ser encontrados nas várias tarefas exigidas para a fabricação de louças, porcelanas, cerâmicas e olarias (BRASIL, 1996a; GONÇALVES, 1997), além de padarias, açougues, bares,

manufatura de calçados, escritórios e empresas variadas, empregadas em serviços domésticos, realizando atividades não remuneradas, entre outras. Na região há também relatos de crianças trabalhando no abate, tratamento e embalagem de aves; no transporte de lenha; nas indústrias de confecção; no manuseio de máquinas da indústria plástica; nas atividades de pesca e transporte de peixes; na distribuição e vendas de jornais; no beneficiamento de mármore e granito; na extração de resinas; nas indústrias de confecção (BRASIL, 1996a).

A introdução do menor precocemente no mercado laboral acaba também sendo facilitada com o crescimento de alguns setores de serviço, de relações trabalhistas precarizadas e da existência de empregos de meio-expediente (DIEESE, 1997).

Sua participação na força de trabalho é uma situação social que vem se mantendo como um problema ainda não resolvido em quase todo o mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Segundo a *International Labour Organization* (ILO), nestes últimos, vivem mais de 96% das crianças e adolescentes trabalhadores (ILO, 2002).

### **2.3.2 Dados, indicadores e estatísticas do trabalho do adolescente**

As estatísticas oficiais não refletem a realidade. Os indicadores disponíveis no Brasil nem sempre favorecem a abordagem dos grupos etários estabelecidos pelo ECA; no caso da adolescência, a faixa etária de 12 a 18 anos incompletos. O IBGE normalmente publica seus dados do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) agregando as faixas etárias de zero a quatro, de cinco a nove, de 10 a 14 e de 15 a 19 anos.

Esta última categoria é às vezes aberta em duas, de 15 a 17 e de 18 a 19 anos. As estatísticas educacionais, por sua vez, privilegiam as faixas etárias correspondentes aos níveis do sistema de ensino: 0 a 6, 7 a 14 e 15 a 18 anos. No universo do trabalho, uma categoria tão fundamental como a de População Economicamente Ativa (PEA), inclui crianças a partir dos 10 anos, sendo que a legislação em vigor proíbe terminantemente o trabalho para menores de 14 anos, facultando-o para pessoas entre 14 e 16 anos incompletos apenas na condição de aprendizes (BRASIL, 2002b).

Para os adolescentes, o trabalho tem um significado mais profundo, ligado intimamente com a maturidade e a emancipação econômica (MIELNIK, 1987). A situação socioeconômica em que se encontra a família é outro motivo que pode levar o adolescente ao trabalho, tendo consistente influência nas suas decisões, até mesmo na frequência escolar.

Os jovens são inseridos precocemente no mercado de trabalho e realizam uma variada gama de atividades, tornando-se mão-de-obra desqualificada e barata (CRUZ NETO; MOREIRA, 1998); esse entendimento é o mesmo de Ferreira e Valenzuela (1998) para os quais a multiplicidade de funções e atividades assumidas pelas crianças e adolescentes designa-os como trabalhadores generalistas, prontos para quaisquer tarefas. Estas são exercidas, em todo o Brasil, no setor primário da economia (corte de cana, sisal, extração de carvão, colheitas...), no secundário, (aprendizes na indústria em geral) e no terciário (*boys*, *babás*, *patrulheiros*, empregadas domésticas – predominam as meninas – e até mesmo na prostituição).

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE) entre os anos 1995 e 1999 e publicada pela OIT em 2003, foram entrevistados 1.419 estudantes de seis capitais brasileiras com idade entre sete e

quatorze anos, matriculados e freqüentando escolas municipais e estaduais, no ensino fundamental. Tal estudo afirma que:

... mais de 70% dessas crianças não tinham quatorze anos de idade, o pai e a mãe trabalhavam e recebiam remuneração baixa, 70% ganhavam menos de um salário mínimo, havia um vínculo entre repetência e trabalho, 60 a 70% das crianças que trabalhavam já haviam repetido séries na escola e apontavam, como principal motivo para a repetência, a falta de interesse e a dificuldade de aprender e não o trabalho, 20% trabalhavam na rua, onde estão expostos aos vários problemas e perigos... esse trabalho reproduz e aprofunda as desigualdades sociais existentes, pois prejudica o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social na infância, uma vez que a criança que trabalha não dispõe de tempo para brincar nem para estudar de forma adequada ... (OIT, 2003, p. 141-42).

Para a OIT (2003) em 2001, do total de mão-de-obra ocupada brasileira (75,7 milhões): 7,2% eram de crianças e adolescentes, representando 5.482.515 de crianças com idade entre cinco e 17 anos que trabalhavam; 296.705 estavam com idade entre 5 e 9 anos e 1.935.269 entre 10 e 14 anos. Portanto, havia o total de 2.231.974 crianças com menos de 14 anos trabalhando, perfazendo um total de 7.714.489 crianças e adolescentes trabalhadores no país. Dados recentes indicam que há atualmente, no Brasil, 2.500.842 de crianças e jovens de 5 a 15 anos trabalhando (IPEA, 2008)

### **2.3.3 Legislação**

As condições de trabalho do adolescente encontram-se regulamentadas pela CF de 1988, pelo ECA e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O artigo 227 da CF de 1988 fixa como prioritária a ação conjunta da família, do Estado e da sociedade, a fim de garantir às crianças e adolescentes cidadania plena. Assim, as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e obrigações a quem o Estado, a família e a sociedade devem atender prioritariamente.

A CF, após a Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15/12/98, no artigo 7º, inciso XXXIII, estabeleceu a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos de idade e de qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

Para a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA, artigo 2º, adolescente é a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos.

Após uma análise do artigo 7º, inciso XXXIII da CF de 1988, combinado com o artigo 2º do ECA, conclui-se que existem três situações distintas para o adolescente, no que diz respeito ao trabalho:

A primeira situação é de que, para o adolescente entre 12 e 14 anos de idade é proibido qualquer trabalho; a segunda situação é a de que para o adolescente entre 14 anos de idade e 16 anos de idade é também vedado qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e a terceira situação é a de que, para o adolescente entre 16 e 18 anos de idade é permitido o exercício de trabalho, salvo o noturno, perigoso, insalubre, dentre outras situações.

A aprendizagem é regida pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2.000, destinada ao adolescente entre 14 e 18 anos de idade. O contrato de aprendizagem é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito, com anuência do responsável legal e por prazo determinado, que não poderá ser estipulado por mais de dois anos, sendo garantido o salário mínimo hora, salvo condição mais favorável, a título de remuneração, denominada de bolsa de aprendizagem.

A validade do contrato de aprendizagem pressupõe que seja anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que é um contrato de aprendizagem; que seja matrícula e freqüência do adolescente aprendiz à escola,

caso não haja concluído o ensino fundamental e que a inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnica profissional.

Os cursos para o programa de aprendizagem serão preferencialmente ministrados pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem: Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem no Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Serviço no Transporte (SENAT) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Serviço Rural (SENAR). Supletivamente poderá o curso para o programa de aprendizagem ser ministrado por escolas técnicas de educação ou por entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, desde que registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios, conforme o artigo 63 do ECA: a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, a atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e o horário especial para o exercício das atividades.

A jornada de trabalho deve ser de seis horas, afastada qualquer possibilidade de prorrogação e compensação de jornada e o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) será somente no percentual de 2% da remuneração devida no mês anterior.

Importante ainda ressaltar que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos para o programa de aprendizagem, adolescentes aprendizes equivalentes a 5%, no mínimo e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento cujas funções demandem formação profissional.



Na terceira situação anteriormente referida, que é a do adolescente entre 16 e 18 anos de idade, é permitido o exercício de trabalho, salvo o noturno, perigoso, insalubre, dentre outras situações. As atividades consideradas insalubres<sup>8</sup> (artigo 189 combinado com o artigo 405, inciso I da CLT e artigo 67, inciso II do ECA), são proibidas para preservar a boa saúde; as atividades perigosas (artigo 193 combinado com o artigo 405, inciso da CLT e artigo 67, inciso II do ECA), para preservar a vida; as atividades penosas (artigo 405, § 5º combinado com artigo 390 da CLT e artigo 67, inciso II do ECA, para preservar a integridade física.

As atividades noturnas (artigo 404 da CLT e artigo 67, inciso I do ECA), considerando noturno o trabalho executado no período compreendido entre as 22 horas e as 05 horas do dia seguinte, e em trabalhos que envolvam cargas pesadas são proibidas para preservar o bom desenvolvimento físico.

Para preservar o direito à frequência à escola (artigo 67, inciso IV do ECA), as jornadas de trabalho com horas extraordinárias (artigo 413 da CLT), são proibidas da mesma forma que os locais ou serviços que prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social (artigo 405, inciso II, artigo 407 da CLT e artigo 67, inciso III do ECA).

O artigo 405, § 2º, e artigo 406 da CLT confere ao Juiz da Infância e da Juventude competência para autorizar o adolescente a trabalhar em teatros, cinemas, boates, cassinos, cabarés, em circos exercendo funções de acrobatas, saltimbanco, ginasta, desde que a atividade que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral, e que a ocupação do adolescente seja indispensável à própria subsistência ou da família.

---

<sup>8</sup> *Atividades insalubres são aquelas que expõem os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites legais permitidos. Têm como base legal e conceitual a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e caracterização das atividades e operações insalubres normatizadas pela Norma Regulamentadora (NR) 15, ambas regulamentadas pela Portaria 3.214/78 (BRASIL, 1978).*

O parágrafo 1º do artigo 68 do ECA define o Trabalho Educativo, como sendo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo. Deve ser fundamentado em um programa social, realizado sob a responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, que o adolescente deverá estar filiado (BRASIL, 1995).

A norma do artigo 90, parágrafo Único do ECA prevê que as entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas sociais, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá comunicar o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária, de acordo artigo 91 do ECA (BRASIL, 1995).

O trabalho educativo deve assegurar ao adolescente que dele participe das condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada; das exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecendo sobre o aspecto produtivo e da remuneração pelo trabalho efetuado ou participação na venda dos produtos sem desfigurar o caráter educativo.

As legislações que regem o trabalho do adolescente no Brasil, que também tem como base as Convenções de nº. 138, que versa sobre a Idade Mínima de Admissão no Emprego, e a de nº. 182, sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, da OIT. Os países signatários devem elaborar listas das atividades mais prejudiciais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, de acordo com suas realidades (o Brasil ratificou a convenção em 1999), e regulamentado pelo Decreto nº 6.481 de 12

de junho de 2008. Na prática, o decreto proíbe, para menores de 18 anos, 93 atividades como: a produção de fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi, o trabalho doméstico e a venda de bebidas alcoólicas (BRASIL, 2008a). Adolescentes com 16 anos ou mais só poderão atuar nestas atividades com autorização do Ministério do Trabalho e apresentação de parecer técnico, assinado por um profissional habilitado da área de saúde e segurança do trabalho.

#### **2.4 Implicações do trabalho ao adolescente**

Diversos pesquisadores têm demonstrado as interferências do trabalho na vida e saúde dos adolescentes trabalhadores.

Estudos demonstram os aspectos positivos e benéficos da entrada do adolescente na força de trabalho, no sentido de contribuir para o crescimento como pessoa ou cidadão, incorporando sentimentos de auto-estima e realização à sua personalidade, desde que compatível e equilibrado com seu potencial energético (FORASTIERI, 1997).

Outros estudos argumentam que o trabalho pode tornar-se uma atividade com conseqüências negativas para o adolescente quando não pode ser conciliado com outras atividades tão importantes para ele como, por exemplo, o estudo, o lazer ou o próprio convívio em família (OLIVEIRA, FISCHER, AMARAL, TEIXEIRA, SÁ, 2005).

Estudo sobre as possíveis conseqüências do trabalho produtivo precoce sobre o desenvolvimento da criança, na dinâmica da vida dos adolescentes e no interior das famílias do Rio Grande do Norte, detectou que a cultura de valorização/dignificação do trabalho, a ineficiência ou inexistência de políticas públicas voltadas para essa população e a condição de pobreza a que estão submetidas, dentre outros fatores, têm contribuído para a manutenção da

exploração da mão - de- obra infanto-juvenil, a despeito do ECA e dos esforços para seu combate (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

#### **2.4.1 Percepção dos adolescentes**

Estudando a positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes de dois grupos de estudantes adolescentes, identificou-se a imagem positiva do adolescente trabalhador em ambos os grupos (OLIVEIRA et al., 2005). Já Oliveira et al. (2006) mostram o trabalho como um divisor marcante na estruturação da rotina diária, representado com forte valoração ambígua. Seus aspectos positivos são freqüentemente referidos por sua importância na formação do caráter e da responsabilidade do futuro adulto. Os aspectos negativos relacionam-se à interferência do trabalho na progressão escolar e na limitação do tempo para a execução de outras atividades, notadamente as de lazer e de convivência com amigos, tão importantes para a construção da personalidade do jovem.

Estudo feito com adolescentes de 15 à 17 anos demonstrou que o trabalho para aqueles jovens não é importante pela remuneração recebida, mas pelo aprendizado adquirido durante a experiência laboral, além do contato com colegas. Os jovens concordam, que a educação deveria preparar as pessoas para o mercado de trabalho, sendo que todos deveriam ter a oportunidade de trabalhar, mesmo que seja uma ocupação simples ou monótona, desde que bem remunerada (CERATTI et al., 2007).

A maior parte dos estudos no Brasil – e no exterior – com adolescentes trabalhadores desconsidera a existência de diferentes regimes de trabalho e busca comparar apenas os jovens que trabalham com os que não trabalham (GREENBERGER; STEINBERG; VAUX, 1981; SARRIERA, 1993). Um estudo

realizado por Hansen e Jarvis (2000), no entanto, salientou que diferentes contextos de emprego promovem diferentes repercussões no desenvolvimento do adolescente.

Foram estudados dois grupos distintos de adolescentes trabalhadores: adolescentes trabalhadores em regime educativo, inseridos em projetos sociais e jovens trabalhadores regulares, adolescentes que exercem atividade economicamente remunerada na economia regular ou irregular, legais ou não no exercício de suas funções e adolescentes não trabalhadores. Deste estudo em relação ao bem-estar subjetivo, a condição de não trabalhar não fez com que os jovens não trabalhadores participantes deste estudo obtivessem menores níveis de satisfação de vida do que aqueles trabalhadores (ARTECHE; BANDEIRA, 2003). Os resultados que apontaram para bons níveis de bem-estar nos três grupos, corroboram os achados da literatura, que indica que adolescentes reportam, em geral, bons níveis de bem-estar subjetivo (DIENER, 1996; WAGNER et al., 1999) e contraria os resultados obtidos por Sarriera (1993), em cujo estudo os jovens não trabalhadores apresentaram menores níveis de bem-estar.

O trabalho influencia o comportamento, a expectativa, o projeto de vida, a afetividade e a vida psíquica do indivíduo. A atividade profissional pode ser positiva para o desenvolvimento dos adolescentes, quando significar uma possibilidade de expressar habilidades, criatividade e desenvolvimento; ou negativa, quando essas possibilidades não existirem (MAURO; GIGLIO; GUIMARÃES, 2000).

Sobre a influência negativa do trabalho, sabe-se que:

...o adolescente trabalhador (...) enfrenta algumas situações desencadeantes de sofrimento emocional, tais como: condições de trabalho inadequadas; pouco convívio familiar; pouco tempo para dedicar-se a lazer e esportes; dificuldades escolares decorrentes do tempo restrito de dedicação aos estudos e do cansaço físico implicado na conciliação de duas jornadas, a de trabalho e a escolar; pouca oportunidade de qualificação profissional (MAURO; GIGLIO; GUIMARÃES, 2000, p. 109, 110).

Além disso, como geralmente o aprendizado do trabalho ocorre por imitação e como as necessidades e efeitos do trabalho do adolescente não são esclarecidos, os novos conhecimentos proporcionados pela atividade laboral pouco colaboram para o desenvolvimento profissional do mesmo. O trabalho pode afetar, também, a aprendizagem escolar e gerar repetências, desistências e faltas. Isso ocorre quando a atividade profissional é simplificada, automatizada, sem novidade, desinteressante, parcial, repetitiva e sem compreensão do todo (MAURO; GIGLIO; GUIMARÃES, 2000).

Por outro lado, o trabalho pode significar proteção à saúde mental quando proporciona ao adolescente uma identidade, aprendizagens sobre cidadania, auto-reconhecimento, auto-percepção, socialização, desenvolvimento de potencialidades e criação de novas expectativas (MAURO; GIGLIO; GUIMARÃES, 2000).

Investigação realizada reafirma esta crença, quando explica sobre o valor do trabalho para os adolescentes como um importante fator de integração social e oportunidade de expressão do talento e capacidade criativa deste grupo, bem como uma forma de diminuir a delinqüência juvenil (GOMES, 1988)

#### **2.4.2 Interferência do trabalho na escolarização**

De forma geral, a pobreza leva os adultos a permitirem o ingresso dos seus filhos ao mercado de trabalho para que possam ajudar na sobrevivência do grupo familiar e esse fato faz com que as crianças e adolescentes tenham dificuldade em freqüentar a escola.

Essa situação é confirmada pelos estudos que abordaram a questão do trabalho dos menores, tais como os de Derrien (1993); Minayo-Gomes e Meirelles

(1997); Gonçalves-Oliveira (1999); Lavrador et. al. (1999); Mello Jorge et al. (2002); Facchini et al. (2003), Silveira (2008) entre outros.

Há, no Brasil, 4.400.454 crianças e adolescentes trabalhando e estudando; as demais, 1.081.579 trabalham e não freqüentam a escola. Dos 4,4 milhões que estão empregadas e estudam, 1.131.561 trabalham 40 horas ou mais por semana; entre as que trabalham e não estudam, 705.037 trabalham 40 horas ou mais por semana, ou seja, um terço das crianças e adolescentes trabalhadores (1.836.598) cumprem jornada de adulto, de 40 horas ou mais por semana. O destaque para tal fato ocorre no Estado de São Paulo, onde 53,3% (398.837) das crianças e adolescentes trabalham 40 horas ou mais por semana, seguido de Rondônia, com 52% e Mato Grosso com 48,5% (BRASIL, 2003). Isso prejudica seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. Duas entre cada 10 crianças trabalhadoras, não freqüentam a escola e, em conseqüência, a taxa de analfabetismo entre elas atinge 20,1%, em relação a 7,6%, no caso das crianças que não trabalham. Na faixa etária de 15 a 17 anos, também são notados os efeitos danosos do trabalho sobre a escolarização. Entre os adolescentes que trabalham, somente 25,5% conseguiram concluir os oito anos de escolaridade básica, enquanto que entre os que não trabalham, esse percentual é significativamente maior, cerca de 44,2% (BRASIL, 2003).

Para Mello Jorge et al. (2002, p. 51).

... em relação à distribuição regional, no Nordeste caracteriza-se como sendo a que revela o menor número médio de anos de estudo na faixa de dez a 24 anos e as regiões Sul e Sudeste são as áreas onde esses valores são mais elevados. Verifica-se que, enquanto no Nordeste os adolescentes de dez anos têm, em média, 2,3 anos de estudo, no Sul, esse valor chega a 3,5 anos; na idade de catorze anos, as diferenças em termos absolutos são ainda mais gritantes: 4,4 anos no Nordeste, 6,6 no Sul e, aos dezesseis, respectivamente, 5,3 e 7,7 anos de estudo...

Em relação ao ingresso da criança e do adolescente ao mercado de trabalho, de acordo com os dados do IBGE de 1999, os mesmos autores mostram que:

... entre dez e catorze anos, a taxa de atividade laboral no Nordeste era de 24% seguida do Sul (18%), Centro-oeste e Norte, com cerca de 15%, e Sudeste com 10,8%. (...) o fato de essas crianças se iniciarem precocemente no mercado de trabalho vai ocasionar reflexo importante em sua vida escola, como abandono dos estudos ou, no mínimo concomitância de atividades ... (MELLO JORGE et al., 2002, p. 51).

Investigação realizada por Lavrador et al. (1999) buscou estimar a proporção de crianças e adolescentes estudantes, entre 11 e 15 anos, que desenvolviam alguma atividade laboral, a proporção de acidente de trabalho ocorrido, o tipo de acidente e as partes do corpo afetadas. Realizada em quatro escolas públicas da cidade de Ribeirão Preto, de quinta e oitava séries, os autores aplicaram-se questionários a 445 alunos. Encontraram porcentagem de estudantes que trabalhavam de 82,9%. Destes, 7,9% trabalhavam em casa e fora, 14,2% exclusivamente fora e 77,9% exclusivamente em casa ajudando os pais; 4,4% sofreram algum tipo de AT, 2,2% tiveram acidentes de trânsito, indo ou vindo do trabalho. 35,1% declararam que recebiam remuneração pelo trabalho desenvolvido.

Em estudo de Facchini et al. (2003) desenvolvido na cidade de Pelotas (RS) foram entrevistados 4.924 indivíduos entre seis e 17 anos de idade. Dos entrevistados, 51% eram do sexo masculino, 76% eram brancos e 95% estudavam. Cerca de 21% (1.014) já haviam trabalhado alguma vez; 9,7% (476) estavam trabalhando no momento da entrevista e 3,4% (169) procuravam trabalho. Em relação à idade das 476 crianças trabalhadoras, 70% tinham entre 14 e 17 anos de idade, 25% entre 10 e 13 anos, 5,3% entre seis e nove anos e 88% estavam no mercado informal. Quanto ao gênero, 71% eram meninos e 29%, meninas. Dos 14 aos 17 anos, 10% dos meninos e 17% das meninas trabalhavam no mercado formal. Os ramos econômicos com maiores prevalências do trabalho destes jovens foram comércio (34%); serviços não domésticos (24%); serviços domésticos (20%); construção civil (13%) e indústria (5%). Em todas as faixas etárias, atividades em



comércio e serviços domésticos foram significativamente mais freqüentes entre as meninas, enquanto as atividades em indústria, construção civil e serviços não domésticos foram altamente predominantes entre os meninos. Cerca de 40% das crianças e adolescentes trabalhavam 40 horas ou mais semanalmente e 16% trabalhavam à noite mais de 10 horas por semana. Até os 13 anos de idade, 42% das meninas e 21% dos meninos realizavam 40 horas ou mais de atividades laborais. Entre 14 e 17 anos de idade, 43% dos meninos e meninas trabalhavam 40 horas ou mais e contribuíam em média com 18% da renda familiar. As jornadas de trabalho de 40% das crianças e adolescentes de Pelotas eram de tempo completo (40 horas ou mais). Embora proporcionalmente menor do que a situação nacional (FAUSTO; CERVIN, 1996), este achado reforça o lado perverso do trabalho das crianças e adolescentes, devido aos riscos aumentados de exposição ocupacional e ao baixo aproveitamento escolar.

Ainda de acordo com o Facchini et al. (2003):

... a proporção da contribuição infanto-juvenil à renda familiar total crescia, quando a renda familiar dos adultos diminuía. Igualmente, quanto menor a renda familiar dos adultos, maior a exclusão escolar de adolescentes trabalhadores e maior a jornada de trabalho infanto-juvenil. Assim, (...) nossos achados mostraram que, em contextos urbanos de maior pobreza, as crianças trabalhadoras são mais jovens, são mais essenciais para o incremento da renda familiar e correm um maior risco de não completar o ciclo escolar básico... (FACCHINI et al., 2003, p. 960).

Os conflitos familiares acrescidos à menor renda, agravam as situações de fracasso e evasão escolar e, embora a escola não seja a garantia de superação desses conflitos, Silveira apud Botelho (2003) explica que “o espaço escolar representa uma oportunidade de resgate e superação de inúmeras carências presentes nesse contexto”.

Estudo de Hoelzel (2000) realizado no meio rural de Santa Cruz do Sul (RS) mostra o caminho percorrido por meninos e meninas rumo ao abandono da carreira

escolar. A autora descreve a fala de um agricultor que desejava retirar seu filho da escola e levá-lo ao trabalho para ajudar nas despesas da casa: “... se já passou da quarta série já sabe o suficiente pra por comida na mesa; além disso, aqui não é lugar de vagabundo”.

A autora explica tal citação, pela dificuldade de acesso à escola devido à permanência em tempo integral de meninos e meninas no trabalho na lavoura e a ajuda na subsistência do grupo familiar.

Infelizmente, a extensão e a natureza do impacto do trabalho infantil e do adolescente na saúde, educação e desenvolvimento das crianças têm sido relativamente pouco investigada (SCANLON et al., 2002). Ainda assim, as evidências indicam que seu impacto pode ser mais prejudicial, ou seja, quanto menor é a idade da criança, maior é a interferência em atividades escolares, recreação e repouso, maior a jornada de trabalho, incluindo o trabalho noturno e maior é a exposição aos riscos ocupacionais (FASSA et al., 2000).

Silveira (2008) entrevistou 133 alunos do ensino fundamental da rede pública municipal de Ribeirão Preto e constatou que as chances de um estudante do ensino fundamental repetir o ano, de trabalhar fora, é 260% maior em relação àqueles que não trabalham. Do total, 27,7% informaram estudar e trabalhar fora de casa. Entre os que trabalham fora, 38,9% informaram já terem repetido o ano, enquanto a média geral foi de 18,2%. Ao mesmo tempo, 10,8% dos alunos que não repetiram o ano não trabalhavam fora. 127 dos 133 entrevistados, ou seja, muitos, além da carga de trabalho fora de casa, ainda acumulam atividades dentro de casa. O tempo disponibilizado para essa ajuda variou entre meia hora e 12 horas.

Mesmo não sendo a jornada de trabalho coincidente com o horário escolar, os estudos fora desse horário ficam prejudicados, afetando o rendimento escolar,

conforme observado por Oliveira et al. (2001) em estudo com adolescentes de duas cidades do interior do Estado de São Paulo. Estudo de Andrade (1997) mostrou que o sono dos adolescentes fica prejudicado devido aos horários de entrada na escola e à fadiga causada pelo trabalho, além de aumentar os riscos de acidentes decorrentes da sonolência durante o trabalho. Para Fischer et al. (2003b), o padrão do ciclo vigília-sono típico de adolescentes fica alterado pelo fato dos jovens trabalharem e estudarem.

Essa dupla jornada obriga os adolescentes a acordarem muito cedo, e irem dormir tarde, contribuindo para uma redução crônica da duração do seu sono noturno e pela percepção de cansaço crônico (VINHA; CAVALCANTE; ANDRADE, 2002). Acrescenta-se a este fato a diminuição no tempo utilizado para realizar as tarefas escolares, impedindo o estudante trabalhador de se dedicar com mais afinco aos estudos dentro e fora do período escolar. Os débitos de sono podem ser responsáveis pelos problemas de atenção e concentração durante as aulas, com risco de baixo nível de desempenho escolar, além da maior incidência de uso de substâncias estimulantes (ANDRADE; MENNA-BARRETO, 1996).

Para análise dessa questão, além da abordagem objetiva dos danos à saúde e do aproveitamento escolar, igualmente importante é a abordagem das imagens que os atores sociais constroem do trabalho, da relação trabalho-estudo e de si próprios como trabalhadores. Essas imagens, ou representações, acabam por sustentar as práticas sociais que tendem a priorizar o trabalho sobre o estudo e a manutenção do jovem trabalhador no mercado de trabalho, muitas vezes abandonando a escola precocemente, ainda num momento de escolarização obrigatória.

Além disso, não encontra tempo e/ou possivelmente disposição para brincar, permanece evidentemente mais cansada em decorrência do esforço físico realizado

e diminui o seu rendimento escolar, quando consegue vaga para matricular-se em alguma escola (GONÇALVES-OLIVEIRA, 1999).

### **2.4.3 Enfermidades e acidentes de trabalho**

A inserção precoce do menor no mercado de trabalho parece propiciar-lhe AT e enfermidades variadas.

Ferreira (2001, p. 222) cita algumas conseqüências do trabalho infantil e do adolescente: "... deformações ósseas, físicas, mental e emocional além das intoxicações crônicas e acidentes, desenvolvimento da linguagem, aprendizado escolar, entre outros..."

Alguns estudos feitos em outros países mostram que os acidentes de trabalho são comuns entre crianças e adolescentes como os de Landrigan et al. (1995), nos Estados Unidos; Barker; Power; Roberts (1996), na Inglaterra; Graitcer e Lerer (1998), nos Estados Unidos; Laraqui (2000), em Marrocos; Runyan e Zakocs (2000), nos Estados Unidos, White e O'donnell, (2001) na Inglaterra; Woolf (2002), nos Estados Unidos; Suruda et al. (2003), nos Estados Unidos, entre outros.

Investigação realizada por Weller et al. (2003) no sul do Texas, Estados Unidos, com alunos do ensino médio, teve a finalidade de documentar a prevalência do trabalho e de ferimentos relacionados ao mesmo entre os estudantes de sexta e oitava séries, contabilizando 3.008 alunos; dentre estes 56% trabalhavam, uma média de 7,7 horas semanais; as horas semanais acima de 7,7 foram relacionadas aos AT e entre eles, o acidente devido ao trabalho na agricultura, restaurantes, construção civil, entre outros. Tal investigação recomenda a participação dos pais e profissionais a monitorar as horas de trabalho semanais desses jovens.

Munshi et al. (2002), aplicaram um questionário aos estudantes de seis colégios rurais de Minnesota, Estados Unidos, buscando avaliar as práticas de trabalho dos adolescentes e a incidência de acidentes laborais nas atividades agrícolas e não agrícolas. Entrevistaram um total de 2.250 alunos que responderam ao questionário; destes, 26,7% corresponderam aos acidentes ocorridos em trabalhos não agrícolas; 25,9% corresponderam aos eventos acidentários acontecidos nas atividades agrícolas e 21,9% em ambos. Ficou evidente que os estudantes que desenvolvem o trabalho agrícola e o não agrícola, simultaneamente, têm longas jornadas de trabalho e correm maior risco de acidentar-se, além de não se dedicar aos estudos.

Gharaibeh e Hoeman (2003) em investigação realizada na cidade de Irbid, Jordânia, aplicaram entrevista semi-estruturada às 41 crianças que trabalhavam na região industrial da referida cidade, observando que as que foram inseridas no trabalho eram pobres e tiveram de sair da escola para ajudar no sustento de suas famílias.

Mathews; Reis; Iacopino (2003) na Índia informam que 70 a 115 milhões de crianças entre as idades de cinco e 14 anos fazem parte da força de trabalho naquele país. O trabalho de criança no setor agrícola representa 80%. Foi realizado um estudo com 100 crianças que trabalhavam na plantação da semente de algodão em Andhra Pradesh: 88% eram meninas, com idades entre 7 a 14 anos. Encontrou-se crianças trabalhando em média 12 horas por dia, expostas aos pesticidas, pois não eram fornecidos equipamentos de segurança, sapatos ou água para lavar suas mãos e roupa. As crianças relataram ter cefaléia, irritações freqüentes na pele e olho após a pulverização de pesticidas. Todas as 100 crianças informaram que eram

incapazes de ir à escola durante a plantação de algodão devido ao intenso trabalho realizado.

No Brasil, de acordo com os dados oficiais disponíveis e, portanto apenas para o trabalho legalizado ou formal, em 1997, foram registrados 4.314 benefícios concedidos em decorrência de acidentes de trabalho para menores de 18 anos de idade. A gravidade desse problema mostra-se evidente no registro de 218 óbitos entre homens e mulheres nessa faixa de idade como consequência deste tipo de acidente (SANTANA et al., 2003). Possivelmente esses dados estão subestimados e são parciais, principalmente pela concentração de menores no setor informal da economia, ou pelo grande número de trabalhadores sem carteira de trabalho, para os quais usualmente não se emitem registros administrativos desses eventos (SANTANA et al., 2003).

Em pesquisa realizada em Porto Alegre, em 1998, por Ferreira e Valenzuela, foram investigados 2.800 AT entre trabalhadores urbanos segurados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), evidenciando a grande variedade de inserção de adolescentes no mercado formal de trabalho e a grande multiplicidade de tarefas a seu encargo. Os trabalhadores eram utilizados como “pau para toda obra”<sup>9</sup>, realizando atividades variadas, sendo-lhes imposta a condição de generalistas, sem formação técnico-profissional adequada, lidando com todo o tipo de tecnologia, tornando-os um grupo relevante de risco (FERREIRA, 2001), particularmente por não terem concluído ao menos o ensino fundamental e sofrerem acidentes e enfermidades relacionadas ao trabalho.

Atualmente, empresas admitem trabalhadores sem registro, incluindo-se menores de idade. Inseridos no mercado de trabalho, são estes os que mais desconhecem os direitos trabalhistas, submetendo-se a situações arriscadas,

insalubres e inadequadas, a salários aviltantes, trabalhando horas-extras, não se protegendo adequadamente dos riscos proporcionados por condições laborais inadequadas. Evidentemente arriscam-se então a ficarem enfermos e a acidentarem-se no trabalho. Tal fato foi encontrado em estudo realizado por Silveira (2003), em que a autora realizou um levantamento manual de todos os atendimentos feitos pela equipe de saúde as crianças e adolescentes acidentados em geral no período de 1º de junho de 2001 a 31 de maio de 2002 atendidos na Unidade Básica Distrital de Saúde. Encontrou 1.589 prontuários de crianças e adolescentes acidentados. Na leitura dos prontuários percebeu que muitas vezes o acidente tinha características que poderiam levar ao entendimento de sua relação com o trabalho, mas que não havia sido registrado pelos trabalhadores da área da saúde que atenderam o acidentado como tal. Buscando de modo detalhado, entre os 1.589 prontuários, os casos exclusivamente relacionados ao trabalho, a pesquisadora encontrou 56 prontuários de crianças e adolescentes cujas descrições enquadravam-se nas de AT com ou sem emissão de Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), obedecidos determinados critérios de inclusão e exclusão. Esses prontuários representaram 3,6% em relação ao total de prontuários das crianças e dos adolescentes acidentados em geral, atendidos neste serviço. Quanto às CAT, em apenas 21 (37,5%) prontuários constava este documento oficial.

Em outro estudo em Ribeirão Preto, foram encontradas crianças e adolescentes que trabalhavam e sofreram acidentes de trabalho, sendo atendidas em um hospital universitário local em que realizou a sua coleta de dados, referente a um período de dois anos. Os resultados demonstraram que havia 14.873 registros hospitalares, referentes aos acidentes e as diversas enfermidades, relatadas em 6.122 prontuários hospitalares. Deste total, conseguiu-se evidenciar nexo entre o

---

<sup>9</sup> As aspas são do autor, Ferreira (2001).

trabalho e o acidente em 618 pacientes/trabalhadores, identificando-se 22 crianças e adolescentes acidentados do trabalho (3,5% em relação aos 618), o que confirmou a subnumeração acidentária, já constatada pelos estudiosos do assunto, ao longo dos anos (SILVEIRA; ROBAZZI, 2003).

No caso específico do estudo enfocando as crianças, esta subnotificação foi também ocasionada pelos trabalhadores que realizam o atendimento à saúde, sendo que, sabidamente, eles não têm o hábito de notificar através dos instrumentos apropriados os acidentados de trabalho que atendem e, no caso específico das crianças vitimizadas por acidentes, possivelmente elas não foram “percebidas” como trabalhadores, o que certamente prejudicou o registro adequado e a notificação destes eventos acidentários.

As 22 crianças/adolescentes acidentadas do trabalho possuíam idades entre 6 a 18 anos e nos registros dos prontuários do hospital, os pais e acompanhantes informavam que “... a criança tinha acompanhado o pai para ajudar no trabalho com o trator ...”; “... cortava arame para ajudar, quando a faca entrou em seu olho ...”, “... caiu do trator ...”, “... estava ajudando na padaria quando o cilindro pegou a sua mão ...”, entre outros relatos, que demonstram a insegurança, insalubridade e perversidade do trabalho realizado por elas.

Destas crianças, oito sofreram acidentes com maquinarias a motor (36,4%), 27,3% sofreram queda e/ou colisão com veículos motorizados, 18,8% acidentaram-se realizando trabalho em padarias; 13,6% acidentaram-se com serras elétricas e furadeiras e uma recebeu picada de animal peçonhento. Em decorrência destes acidentes de trabalho, as crianças sofreram amputação traumática de membros (13,6%); fraturas (22,7%), lesões pós-traumáticas com ou sem avulsão (9,1%); ferimentos diversificados (13,6%), entre outros diagnósticos atribuídos pelos



médicos que as atenderam. Os membros superiores foram feridos por nove destes jovens (40,9%), seguidos dos inferiores e cabeça em igual percentual (18,2%), acrescido dos ferimentos em tronco (9,1%) e em partes inespecíficas (13,6%), denotando também a deficiência nos registros dos prontuários consultados. Estes resultados mostraram apenas um recorte de uma realidade muito maior que acontece na região de Ribeirão Preto, que é a presença de crianças e adolescentes na realização de trabalhos com características de possuírem diversificados riscos ocupacionais, serem insalubres, inseguros e perigosos.

Tal não identificação foi constatada também em outro estudo em que se fez uma análise de 607 prontuários hospitalares de acidentados atendidos durante o ano de 1997 em um hospital universitário de Ribeirão Preto (SP), procurando informações sobre menores de idade que, na ocasião do atendimento, possuíam até 14 anos e que sofreram AT. Foram encontrados nos registros realizados por médicos e equipe de enfermagem apenas seis (0,99 %) trabalhadores com tais características; destes, quatro (0,67%) eram meninos e duas (0,33%) meninas, trabalhando em empresas diversificadas como balconista, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de lavanderia. Um era trabalhador rural e dois outros acidentados eram 'do lar'<sup>10</sup>. Possivelmente havia outros acidentados, que, no entanto, não foram identificados ou caracterizados como vitimados pelo processo de trabalho. Os AT tiveram como *causas*: agressão durante o trabalho por meio de força corporal; contato com ferramentas manuais; agressão no trabalho por meio de disparo de arma de fogo ou de arma não especificada e queda de um nível a outro. Dois acidentes não tinham causa registrada. As partes do corpo alteradas em decorrência

---

<sup>10</sup> As aspas são dos autores, Silveira e Robazzi (2000). Segundo a CBO, empregado doméstico "preparam refeições e prestam assistência às pessoas, cuidam de peças do vestuário como roupas e sapatos e colaboram na administração da casa, conforme orientações recebidas. Fazem arrumação ou faxina e podem cuidar de plantas do ambiente interno e de animais domésticos" (BRASIL, 2002a).

dos acidentes foram: os membros inferiores, a cabeça, o tronco e os membros superiores. Em dois prontuários, não estavam registradas as partes do corpo afetadas, reforçando mais ainda a assertiva que o pessoal que realiza o atendimento hospitalar ao acidentado do trabalho, em geral não consegue identificá-lo como trabalhador (SILVEIRA; ROBAZZI, 2000).

No entanto, a despeito da existência no Brasil da proteção legal (BRASIL, 1988), de ações governamentais e de programas de auxílio à criança trabalhadora, as crianças e os adolescentes ainda são induzidos a trabalhar. Tal fato é antigo, cultural e historicamente aceito pela sociedade brasileira que considera melhor eles estarem trabalhando do que permanecerem vadiando e em contato com drogas e prostituição. Essa realidade é apontada nos textos de Soares (1995); Sabóia (1996); Pereira et al. (1997); Gonçalves-Oliveira (1999); Avancini (2001), entre outros.

Percebe-se então que o trabalho da criança e do adolescente pode ser caracterizado como uma situação na qual eles iniciam-se nas atividades laborais em idade prematura e acabam trabalhando em jornadas iguais ou até mesmo maiores que a dos adultos. Recebem uma remuneração, muitas vezes simbólica pelo seu trabalho ou, às vezes, nada ganham. Ficam sujeitos às condições perigosas, como por exemplo, locais com risco iminente de acidentes e com diversificados agentes de risco ocupacional. Acresce-se a isso que, em muitas situações, o próprio trabalho os impede ou dificulta o acesso à educação, contribuindo para a reprodução de sua difícil condição social, ou seja, não tendo uma qualificação profissional, continuarão realizando o mesmo tipo de trabalho sem nenhuma perspectiva de crescimento devido à insuficiência de conhecimentos ou até mesmo pela falta de oportunidades.

#### **2.4.4 Trabalho do Adolescente e interação com a Família**

Sob a ótica da família, de forma geral, percebe-se que trabalho do menor é, culturalmente, aceito por ela, tanto no que se refere às famílias das classes populares, quanto das mais favorecidas economicamente e até mesmo é explorado pelos familiares, que consideram ser melhor a criança e o jovem estar trabalhando do que permanecendo nas ruas, dependendo de esmolas e submetendo-se a riscos e atividades laborativas violentas, tal como a prostituição (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

As famílias acreditam que o salário que esta criança recebe, geralmente é importante para complementar a renda e garantir a sobrevivência, além do trabalho ser meritório e benéfico para os jovens trabalhadores (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

Pode se perceber que para algumas famílias o trabalho infanto-juvenil é tido como rotina, é uma passagem para a vida adulta, onde o adolescente se considera adulto e importante, já que é autônomo financeiramente. Oliveira e Robazzi (2001) concluíram que as famílias não são as grandes culpadas, já que o mercado dá oportunidade para o trabalho infantil, elas então apenas se utilizam desse recurso.

As produções acadêmicas sobre o tema do atual estudo, na grande maioria das vezes tratam o trabalho infanto-juvenil como uma categoria homogênea, caracterizando-o como negativo, onde a família é a exploradora dos próprios filhos ou conivente com as representações sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Se em grande parte das vezes a utilização da mão-de-obra infanto-juvenil é marcada pela exploração, de outro lado é preciso reconhecer que nem todos os pais são exploradores e nem todo trabalho é penoso (ALVES-MAZZOTTI, 2002).

Alves-Mazzotti (2002) procurou ressaltar que nem todo trabalho infanto-juvenil é penoso, insalubre ou humilhante, que nem todos os pais são exploradores, e que a homogeneização leva a estereótipos, que aumentam ainda mais a exclusão social. Isto mascara a inadequação do sistema educacional em atender crianças mais pobres, atribuindo às famílias a culpa pelo fracasso escolar do filho, além de culpabilizar a família pelo trabalho precoce, esquecendo que elas também são vítimas dos mecanismos sociais perpetuadores da pobreza. Observa-se que as duas situações contribuem para que as raízes do problema permaneçam intactas.



Com base no exposto, o estudo tem como:

### **3.1 Objetivo geral:**

Identificar, as repercussões do trabalho na vida de adolescentes de uma cidade do interior de Minas Gerais, segundo a sua ótica.

### **3.2 Objetivos específicos:**

Identificar as características biopsicossociais e sócio-econômicas dos adolescentes;

Caracterizar o grupo familiar quanto ao número de pessoas e renda familiar;

Descrever o trabalho desenvolvido pelos adolescentes segundo tipo, local de trabalho, número de horas trabalhadas, remuneração, tempo que desenvolve esse tipo de trabalho, trabalhos anteriores e ocorrência de AT e adoecimentos do trabalho;

Identificar os benefícios e malefícios propiciados pelo trabalho sob a ótica do adolescente.



## 4.1 Caracterização do estudo

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo no qual a coleta de informações, mediante a análise estatística permite a informação numérica e possibilita ao pesquisador uma avaliação sistemática do assunto, com análise comparativa dos dados numéricos com a análise qualitativa das percepções daqueles que vivenciam a situação estudada.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 1996).

A importância da abordagem qualitativa acontece por uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto. Nesse tipo de pesquisa, destacam-se a empatia com os motivos que levaram às ações, as intenções e os projetos dos atores a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações entre pesquisador e pesquisados se tornam construções humanas significativas (MINAYO; SANCHES, 1993).

Para se trabalhar com o método qualitativo, é importante que se construa um instrumento para coleta de dados - como um roteiro - com alguns questionamentos sobre o assunto a ser pesquisado (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000).

### 4.1.1 Local de estudo

O estudo foi realizado em uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais (MG) que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem população estimada em 144.420 habitantes, sendo a cidade mais populosa do sul do Estado. A área é de 545,7 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica, de 272,52 hab/km<sup>2</sup>.

O estudo ocorreu em dois Programas de Iniciação do Adolescente ao Trabalho. Um deles é ligado a uma entidade sem fins lucrativos, cadastrado no Conselho



Nacional de Assistência Social como instituição filantrópica. O outro programa é ligado a uma Associação Comercial e parceiro da Secretaria de Assistência Social. O objetivo de ambos é promover o jovem de 16 a 18 anos de idade na iniciação ao trabalho, retirando o jovem da rua e proporcionando-lhe aprendizado para o mercado de trabalho.

#### **4.1.2 Coleta de dados**

Os dados foram coletados durante o segundo semestre de 2008.

#### **4.1.3 Sujeitos**

Considerou-se sujeito do presente estudo todos os adolescentes, com até 18 anos incompletos, que foram identificados, como trabalhadores dos Programas de Iniciação do Adolescente ao Trabalho.

Os programas tinham à época de início de coleta de dados, 165 adolescentes inscritos (53 em um e 112 no outro). A coleta de dados foi realizada até a saturação das informações.

Foram incluídos todos aqueles que, após autorização dos pais e/ou responsáveis que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), consentiram em participar do estudo. Foram excluídos todos aqueles que não foram autorizados ou se recusaram a participar, além dos dez adolescentes que participaram do teste piloto.

Obedecidos tais critérios, tornaram-se sujeitos do estudo 66 adolescentes.

## **4.2 Procedimentos Ético-legais**

Para a realização deste estudo, respeitou-se as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres humanos, emanadas da Resolução nº. 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996b). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais nº CAAE - 1086.0.213.000-08 (ANEXO A).

O projeto também foi encaminhado às Diretorias dos Programas de Iniciação do Adolescente ao Trabalho, que autorizaram a sua realização.

Todos os participantes do estudo foram esclarecidos sobre a pesquisa e após o próprio consentimento levaram o TCLE para a assinatura dos pais e/ou responsáveis (APÊNDICE A).

### **4.3 Procedimentos Metodológicos**

Estes procedimentos ocorreram em algumas etapas, a saber:

#### ***Primeira Etapa***

Para a coleta de dados utilizou-se um instrumento tipo questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas, construído pela autora, que possibilitou obter informações sobre a realidade desses sujeitos, quanto aos seus aspectos socio-demográficos e econômicos, ao perfil de sua família (quanto ao número de pessoas, renda familiar), ao local e tipo de trabalho desenvolvido, ao número de horas trabalhadas, a remuneração, ao tempo da atividade de trabalho, ao trabalho anterior, ao fato de ter sofrido ou não AT ou adoecimentos/enfermidades; as percepções dos adolescentes sobre o trabalho e aos riscos ou prejuízos à sua saúde ou desenvolvimento (APÊNDICE B).

Este instrumento de coleta de dados foi validado por sete especialistas na área de saúde do trabalhador e adolescência. Para esta validação, foi solicitado aos

avaliadores que lessem os objetivos do estudo e que avaliassem a coerência do instrumento quanto à forma, conteúdo, clareza semântica e objetividade das questões elaboradas.

Após a devolução, foi realizado um teste piloto com 10 adolescentes de um dos programas a fim de observar a sua aplicabilidade. A partir das sugestões e das dificuldades apresentadas, o instrumento foi alterado quanto à categorização, organização espacial e linguagem, visando facilitar a compreensão dos participantes.

### ***Segunda Etapa***

Nesta etapa, foi realizada a visita aos locais de trabalho sendo estes: cinco secretarias da prefeitura municipal, uma universidade e a Associação Comercial. Nesses locais, ocorreu a explicação da pesquisa abrangendo a leitura dos objetivos, do instrumento de coleta de dados e do TCLE com a finalidade de sanar dúvidas e o adolescente conversar com seu pai/responsável sobre a pesquisa e solicitar sua autorização. O adolescente levava o TCLE para que o pai/responsável lesse e após consentimento, assinasse.

### ***Terceira Etapa***

Após a devolução dos TCLE foi realizado o agendamento da entrevistas com o chefe do setor de trabalho dos adolescentes e realizada a coleta de dados. Para a obtenção da entrevista, foi selecionado um local com menor movimentação e atividade, tentando preservar a privacidade dos adolescentes e da pesquisadora.

Para a coleta de dados qualitativos as entrevistas foram gravadas com o uso de um aparelho MP3 marca Samsung Modelo YP-U2, a partir de três questões:

*“Fale sobre o que significa o trabalho para você”;*

*“Fale sobre as coisas que o trabalho trouxe para você, para sua saúde e para seu desenvolvimento” e*

*“Fale sobre o que a sua família pensa de você trabalhar”.*

Essas questões permitiram que o adolescente falasse livremente. As respostas foram gravadas e posteriormente transcritas.

### **Quarta Etapa**

Constituiu-se na categorização das variáveis quantitativas. Quanto a escolarização, a categorização ocorreu de acordo com a legislação da área de educação que considera como básica: ensino fundamental de 5ª a 8ª série e ensino médio de 1ª a 3ª série, além do curso técnico (SOUZA, 1997).

Em relação à **etnia** foram categorizadas como branco, pardo, afro-descendente, indígena e outros. Optou-se pelo termo etnia considerando-o como um conceito que incorpora na sua definição variáveis culturais, sociais, religiosas, lingüísticas e dialéticas (ALVES; FORTUNA; TORALLES, 2005).

Os dados quanto à **família** foram categorizados numericamente pela composição, pela paternidade/maternidade ou não dos adolescentes e pela renda familiar, definida em salários mínimos (SM)<sup>11</sup>

Os dados relativos à **ocupação**<sup>12</sup> anterior conforme a Classificação

---

<sup>11</sup> O salário mínimo surgiu no Brasil em meados da década de 30. A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano, sendo reajustado periodicamente. O último reajuste foi em 2008 para R\$ 415,00 com vigência a partir de 01 de março, sendo que em 2009 o reajuste será a partir de 01 de fevereiro e de 2010 para frente sempre a partir de 01 de janeiro com pagamento até o quinto dia útil do mês de fevereiro (BRASIL, 2008b).

<sup>12</sup> Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas; ocupacional, em uma classificação, representa a agregação de situações similares de

Brasileira de Ocupações (CBO) <sup>13</sup>. Para confecção das tabelas, foi considerada apenas a última ocupação exercida pelos adolescentes.

Quanto ao **acidente e adoecimento do trabalho**, a categorização ocorreu de acordo com a legislação acidentária e a literatura (BRASIL, 1991; WUSCH FILHO, 1999): ocorrido durante o horário de exercício do trabalho, no percurso da residência do trabalhador para o trabalho e vice-versa e as doenças relacionadas ao trabalho, independentemente do fato ter ocorrido no trabalho atual ou anterior. O adoecimento relacionado ao trabalho também é considerado, pela legislação vigente, um AT.

### **Quinta Etapa**

Constituiu-se na fase de alimentação de um banco de dados para posterior análise. As variáveis do instrumento haviam sido codificadas anteriormente junto com a construção do mesmo. Elaborou-se então um dicionário (*codebook*) bem como um banco de dados, empregando-se um aplicativo *MS Excel-XP*.

Foi realizado o processo de validação por dupla alimentação (digitação) mediante duas digitações independentes, em duas planilhas.

A análise estatística foi executada utilizando-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 14.0. Obteve-se assim as tabelas sobre a distribuição das características dos adolescentes, de suas famílias, dos Acidentes e Adoecimento do Trabalho, características do trabalho atual e anterior e das atividades do trabalho anterior dos adolescentes, segundo a CBO.

---

*emprego e/ou trabalho; emprego ou situação de trabalho é definido como um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício (BRASIL, 2002a).*

<sup>13</sup> *A CBO constitui-se em uma ferramenta fundamental para as estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional e no rastreamento de vagas (BRASIL, 2002a).*

### **Sexta Etapa**

Paralelamente à alimentação do banco de dados, iniciou-se a transcrição das respostas gravadas, sem correção da linguagem. Após várias leituras, agrupou-se aquelas falas que possuíam sentidos parecidos e as dividiu-se em categorias.

Para esta etapa da pesquisa, os adolescentes foram identificados pela letra E e receberam uma numeração de acordo com a ordem da entrevista. Assim passaram a ser indicados nos trechos das suas falas como E1, E2, E3 sucessivamente.

Para os dados qualitativos, optou-se pela Análise de Conteúdo utilizando o referencial teórico de Bardin (2004), sob a designação de análise temática ou categórica, que consiste na decomposição de textos em unidades e depois classificação por reagrupamento. Prevê três fases de execução: a *análise prévia*, que consiste na organização dos dados coletados, buscando sistematizar as idéias iniciais com vistas a um plano de análise; a *análise exploratória*, orientado pelos objetivos da pesquisa. Para isso, elaborou-se os indicadores, fazendo-se os recortes necessários nos dados para que pudessem ser categorizados. A terceira fase consiste na exploração do conteúdo ou o tratamento dos dados transformando os dados brutos colhidos pelas entrevistas numa representação clara do conteúdo destas e suas características principais, categorizando os dados em unidades de sentido expressas em palavras, frases ou seqüências da fala, ou seja, agrupando-os por analogia, segundo o campo de significação delimitado em cada categoria.

A partir desse referencial, foi realizada a categorização dos dados, classificando os elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e reagrupamento em categorias segundo analogia.

Assim para a primeira questão: *“Fale sobre o que significa o trabalho para*

você” emergiram quatro categorias: independência financeira, ajuda familiar, valoração pessoal e valoração profissional.

Na segunda questão “*Fale sobre as coisas que o trabalho trouxe para você, para sua saúde, para seu desenvolvimento*”, organizou-se duas categorias: repercussões positivas subdivididas em: desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e de comunicação; desenvolvimento pessoal, intelectual e físico; independência e liberdade; ocupação do tempo e melhoria na condição de vida e repercussões negativas subdivididas em cansaço e preocupação; falta de tempo para lazer, estudo, convívio familiar e com amigos e riscos do trabalho.

Na terceira questão “*Fale sobre o que a sua família pensa de você trabalhar*”, emergiram três categorias temáticas: apoio, aspecto financeiro, oportunidade, além da categoria “outros”.

Buscou-se aprofundar a análise a partir dos pontos de vista dos entrevistados tentando desvendar o conteúdo latente, através de seu suporte teórico e de informações histórico-culturais (TRIVIÑOS, 1987).





Em relação ao objetivo de se **identificar as características sócio-demográficas e econômicas dos adolescentes e a caracterização do grupo familiar quanto ao número de pessoas e renda**, os resultados dos 66 adolescentes pesquisados encontram-se nas Tabelas 1 e 2, respectivamente.

**Tabela 1 – Distribuição das características dos adolescentes. Minas Gerais, 2008 (n=66)**

Variáveis		f	%
<b>Sexo</b>	Masculino	42	63,64
	Feminino	24	36,36
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>100,00</b>
<b>Escolaridade</b>	6ª Serie Ensino Fundamental	1	1,52
	7ª Serie Ensino Fundamental	4	6,06
	8ª Serie Ensino Fundamental	7	10,61
	1º ano Ensino Médio	19	28,79
	2º ano Ensino Médio	18	27,27
	3º ano Ensino Médio	14	21,21
	Curso Técnico	1	1,52
	Não estuda	2	3,03
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>100,00</b>
<b>Etnia</b>	Branco	39	59,09
	Pardo	7	10,61
	Afro-descendente	20	30,30
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>100,00</b>

Dos 66 adolescentes, 23 (34,85%) tinham 16 anos e 43 (65,15%) têm 17 anos, o que coincide com os dados que trezentos mil adolescentes entre 16 e 17 anos trabalham no Brasil (IBGE, s.d.).

Em relação ao sexo, a maioria (63,64%) era do sexo masculino, realidade evidenciada em outros estudos (SILVEIRA, 2003; OIT, 2006; REZENDE, 2008).

Silva (2001) também constatou os diferenciais na taxa de atividade de jovens brasileiros, dos sexos feminino e masculino. Usando dados da PNAD de 2001, para

jovens de 15 a 24 anos, a autora afirma que a taxa de atividade dos homens é maior do que a das mulheres, o que se justifica num mercado de trabalho menos atrativo para as mulheres. Ademais, as mulheres costumam, tradicionalmente, envolver-se mais em atividades domésticas, que não são consideradas trabalho pelo IBGE.

Entretanto, analisando essa evolução de 1995 a 2005, a ocupação masculina cresceu menos (9%) que a feminina (14,6%), enquanto o aumento da população economicamente ativa masculina foi quase a metade (16,3%) da verificada no sexo feminino (31%). Em parte, essa diferença diz respeito ao avanço da educação entre os jovens do sexo masculino como um mecanismo eficiente de postergação do ingresso no mercado de trabalho (POCHMANN, 2007).

Quanto à escolaridade 18,19% cursavam o Ensino Fundamental. Um (1,52%) freqüentava um Curso Técnico e dois referiram não estudar atualmente. Quanto aos demais, 77,27% cursavam o Ensino Médio.

Considerando que o sistema educacional brasileiro possui uma adequação série-idade em que o ensino médio corresponde aos adolescentes de 15 a 17 anos, constata-se que 28 meninos e nove meninas estão “atrasados” em relação à série que deveriam estar cursando.

A defasagem escolar é uma característica do perfil dos estudantes brasileiros, ocorrendo em todos os níveis de ensino, inclusive em seus estágios iniciais. Isso porque mesmo entre crianças de sete anos, idade correspondente à primeira série do ensino fundamental, em 2001, 15,4% delas ingressaram no sistema educacional já defasadas. Conforme o esperado, este indicador tende a aumentar progressivamente com a idade do estudante e de forma mais intensa na rede pública de ensino (SABÓIA SOARES; KAPPEL, 2004).

No estudo de Rezende (2008), também foi constatado a defasagem escolar. A autora cita que este atraso pode ter diversos motivos: desinteresse do adolescente pelo estudo, falta de motivação por parte da escola ou ainda, sobrecarga sofrida pelo menor submetido a dupla jornada (estudo e trabalho) antes que seu corpo esteja fisicamente preparado para tal.

O trabalho pode comprometer os estudos (FRANLIN et al., 2001; SILVEIRA, 2008). Este comprometimento pode ser gerado pela falta de tempo e/ou condições físicas e mentais de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE mostra que 87,2% das crianças e adolescentes entre sete e 14 anos não sabem ler e escrever; apesar da frequência escolar ser de 97,6% no Brasil em 2007. Entre os adolescentes de 14 ou 15 anos, a taxa de escolarização é de 84,2%. Entre os que não trabalham, o percentual de escolarização chega a 93,7%. Para os jovens de 16 ou 17 anos, essa taxa entre os que trabalham é de 70,8% em relação aos 82,4% entre os não-ocupados (BELCHIOR, 2008).

Na década de 90, houve uma elevação generalizada da escolaridade dos trabalhadores. No caso dos adolescentes entre 15 e 17 anos, este movimento foi bastante intenso: 10,1% dos adolescentes trabalhadores no mercado formal tinham a 4ª série incompleta em 1989, porcentagem que se reduz para 3,8% em 1999. Em relação ao ensino médio incompleto, a porcentagem se eleva de 12,3% em 1989 para 31,0% em 1999 (BRASIL, 2002b). Entretanto, deve-se analisar esses dados considerando também o aumento da oferta de vagas.

Essa realidade pode ser melhor entendida considerando-se o contexto histórico das mudanças educacionais.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), em 1996, houve importantes transformações: o ensino médio passou a corresponder aos 9º, 10º e 11º anos de escolarização configurando-se no terceiro e último nível da Educação Básica, que contempla ainda a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

O ensino fundamental, até 2004, tinha duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, tendo por objetivo a formação básica, na faixa etária entre sete e 14 anos e jornada escolar anual de 800 horas-aula, distribuídas em 200 dias letivos.

O ensino médio caracteriza-se como de formação geral e a preparação para o trabalho torna-se base para a formação de todos e para todos os tipos de trabalho e, portanto, não habilitando profissionalmente. A LDB (BRASIL, 1996c) institui a Educação Profissional como modalidade de ensino, com duração de três anos, no caso do Nível Técnico.

O Decreto Federal nº 2.208/97, que regulamentou a LDB, estabeleceu uma organização curricular para a educação profissional de nível técnico, de forma independente e articulada ao ensino médio, associando a formação técnica a uma sólida educação básica e apontando para a necessidade de definição clara de diretrizes curriculares, com o objetivo de adequá-las às tendências do mundo do trabalho. No entanto, ao pretender ampliar as oportunidades para a formação técnica e profissional, o referido Decreto acabou por dificultar o acesso a esse tipo de escolaridade por parte da população que mais se beneficiaria dela: o grande contingente de jovens que trabalha durante o dia e frequenta o ensino médio à noite (BRASIL, 1997).

Apesar dos números de matriculados triplicarem nos últimos dez anos por todos estes motivos, o ensino médio mostra-se heterogêneo, não conseguindo superar a realidade do ensino fundamental e reproduzindo suas fragilidades (CASTRO, 2008).

Outro importante fator a se considerar é a interferência da escolaridade na renda. No estudo de Sabóia, Soares e Kappel (2004), considerando a população de 15 a 24 anos de idade, tem-se que a taxa de escolarização aumentou progressivamente com o rendimento familiar *per capita*. As pessoas de 15 a 17 anos de idade situadas no primeiro quinto da distribuição (20% mais pobres) possuíam uma taxa de escolarização de aproximadamente 71%, contra 95% daquelas situadas no último quinto da mesma distribuição (20% mais ricas).

A partir dos dados da PNAD de 2001 sobre o abandono escolar precoce para o grupo de adolescentes de 15 a 17 anos, constatou que o principal motivo declarado da não frequência escolar foi a própria vontade do estudante ou dos pais ou responsáveis (42,3%), seguido pela ajuda nos afazeres domésticos, trabalho ou procura por trabalho (24,1%) (SABOIA; SOARES; KAPPEL, 2004).

Quanto mais precoce a entrada no mercado de trabalho, menor a média de escolaridade. Trabalhadores que começaram a trabalhar com menos de nove anos de idade são os que possuem a menor média de escolaridade (LOPES; SOUZA; PONTILI, 2006).

Considerando todos esses fatores (nível de escolaridade do pai e da mãe, a renda familiar, o tipo de moradia e o acesso a bens culturais), estudo recente da Fundação Itaú Social conclui que o contexto familiar é responsável por 70% do desempenho escolar de um estudante, restando à escola e suas condições interferir, positiva ou negativamente, nos 30% restantes (FAMÍLIA..., 2008).

No presente estudo, com relação à etnia, 39 (59,09%) eram brancos, 20 (30,30%) afro-descendentes e sete (10,61%) pardos. Essas informações são coincidentes com as do estudo sobre os dados da PNAD, em que a maioria dos adolescentes brasileiros era formada por brancos ou pardos na zona urbana. As pessoas de raça negra correspondiam a, aproximadamente, 5% da população, em todos os estratos analisados, ao mesmo tempo em que os amarelos e indígenas compunham percentuais inferiores a 1% (KASSOUF, 2004).

Quanto à caracterização da família em relação à composição e renda, foi construída a Tabela 2, apresentada a seguir:

**Tabela 2 – Distribuição das características das famílias dos adolescentes. Minas Gerais, 2008 (n=66)**

<b>Variáveis</b>	<b>f</b>	<b>%</b>	
<b>Número de familiares residentes</b>	2 a 4 pessoas	29	43,94
	5 a 7 pessoas	35	53,03
	8 a 10 pessoas	2	3,03
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100</b>	
<b>Renda familiar</b>	Até 1 SM*	8	12,12
	1 a 3 SM	31	46,97
	3 a 5 SM	18	27,27
	Acima de 5 SM	7	10,61
	Não sabe informar	2	3,03
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	

\* SM: Salário mínimo.

Em relação à composição familiar, na casa da maioria dos adolescentes (43,94%) moravam duas a quatro pessoas. No entanto, a média de membros na família foi de cinco pessoas. Foi questionado também se os adolescentes tinham filhos. Apenas um (1,52%) dos 66 adolescentes relatou ser pai.

O adolescente que referiu ser pai relacionou o trabalho ao papel de 'homem da casa', apesar de relatar que não mora com o filho e a mãe da criança. Em um estudo com adolescentes masculinos que se tornaram pais com menos de 20 anos, identificaram-se estereótipos de gênero em que se destacavam papéis de líder, provedor e ativo sexualmente, bem como a rejeição a ser cuidador. Esses papéis apareceram consolidados principalmente na perspectiva dos entrevistados acerca do trabalho como marcador de sua condição de homem e provedor da família e a paternidade foi vivenciada como uma prova final de sua condição de homem adulto e de trabalhador (ALMEIDA; HARDY, 2007).

A maternidade e a paternidade na adolescência têm sido cada vez maiores: 17,9% de mulheres e 6,3% de homens tornam-se pais antes dos vinte anos. Os jovens pais apresentam baixa escolaridade e inserção precoce no mercado de trabalho. A maioria desses jovens declara renda familiar per capita de até um salário mínimo (ALMEIDA; AQUINO; BARROS, 2006).

Quanto à Renda Familiar: oito adolescentes (12,12%) relataram que a renda familiar é de até um SM<sup>14</sup> (R\$415,00), 31 (46,97%) de um a três SM, 18 (27,27%) de três a cinco SM e sete (10,61%) acima de cinco SM. Dois adolescentes não souberam informar a renda familiar.

Estudo constatou que 43% das famílias apresentavam renda *per capita* inferior a um SM e apenas 3% tinham rendas superiores a cinco SM, 27% dessas pessoas pertenciam a famílias com renda per capita entre um e dois SM (KASSOUF, 2004). Cerca de 18,2% das famílias com adolescentes trabalhadores entre 15 e 19 anos residentes no meio urbano têm entre 50% e 100% de sua renda advinda do trabalho de adolescentes. No meio rural, isto ocorre com 20,9% das famílias (IBGE, 1999).

Outra investigação realizada com base nos dados da PNAD mostrou que em todos os intervalos de idade em relação à renda familiar, quanto maior for a renda familiar, maior a permanência da criança na escola (KASSOUF, 2004).

Dados semelhantes foram encontrados por Ferrão, Beltrão e Santos (2002) que também evidenciaram uma correlação negativa entre a defasagem idade-série e o nível socioeconômico do aluno.

Para atingir o objetivo de descrever **o trabalho desenvolvido pelos adolescentes segundo tipo, local de trabalho, número de horas trabalhadas, remuneração, tempo que desenvolve esse tipo de trabalho, trabalhos anteriores e ocorrência de AT e adoecimentos no trabalho**, construiu-se as Tabelas 3, 4 e 5 conforme dispostas a seguir:

**Tabela 3 – Distribuição de Acidentes e Adoecimento do Trabalho entre adolescentes trabalhadores. Minas Gerais, 2008 (n=66)**

Variáveis		f*	%**
<b>Acidente de Trabalho</b>	Sim	9	13,64
	Não	57	86,36
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>100,00</b>
<b>Número de AT</b>	1	3	33,33
	2	1	11,11
	3	2	22,22
	Vários acidentes	3	33,33
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>100,00</b>
<b>Atividades</b>	Serviços Gerais	5	55,56
	Trabalhadores da Indústria Extrativa e da Construção Civil	2	22,22
	Trabalhadores dos Serviços	1	11,11
	Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	1	11,11
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>100</b>

<sup>14</sup> Salário mínimo vigente em Dezembro de 2008.



<b>Adoecimento de trabalho</b>	Sim	4	6,06
	Não	62	93,94
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>100,00</b>
<b>Número de adoecimentos</b>	1	2	50,00
	2	2	50,00
<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>100</b>
<b>Atividades</b>	Serviços Gerais	2	50,00
	Trabalhadores da Indústria Extrativa e da Construção Civil	1	25,00
	Contínuo	1	25,00
<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>100</b>

\* Refere-se ao número de adolescentes que sofreram AT ou adoeceram e as respectivas atividades que realizavam.

\*\* A porcentagem foi calculada quanto aos valores daquelas que referiram ter sofrido AT e adoecimentos respectivamente 9 e 4.

Dos 66 adolescentes estudados, nove (13,64%) referiram ter sofrido AT quer seja no trabalho atual ou anterior, sendo que a maioria (66,66%) sofreu mais de um acidente. Desses, três adolescentes despertaram a atenção por referirem que nem se lembravam de quantas vezes tinham sofrido AT, pois foram muitos. O que pode ser evidenciado a seguir:

*“Ah... nem lembro, cada dia acontecia uma coisa... machucava ...o pé ou a mão... [com o] carrinho de mão [ou] a pá...” (E20).*

Este fato mostra a falta de informação e conscientização sobre o problema e a necessidade de prevenir e notificar os AT.

Mediante a análise de estatísticas de acidentes de trabalho, que, das 3.284 mortes por esses eventos no Brasil, 361 (11,0%) ocorreram em Minas Gerais. Quanto à população adolescente, o Estado contribuiu com um percentual de 21,9% do total de 105 mortes de trabalhadores até 19 anos, representando um coeficiente

de 14,95 por 100.000 trabalhadores, maior que o encontrado em outros estados, como São Paulo (5,36) e Rio de Janeiro (3,18) (LIMA, 1999).

Quanto a poliacidentabilidade, ou seja, os múltiplos AT sofridos pelo mesmo trabalhador, este fato que remete à questão dos altos custos dos acidentes (DELA COLETA et al., 1986) e o seu impacto na vida destes trabalhadores. A poliacidentabilidade foi relatada por dois adolescentes que eram serventes de pedreiro e o terceiro que realizava atividade de serviços gerais. Tal fato é facilmente entendido face aos riscos e condições de trabalho dessas áreas.

*“Ah... tinha muitas vezes que eu machucava... [em uma das vezes] cai e ralei o braço... na outra semana furei o pé... (E20).*

A construção civil é um ramo tradicionalmente gerador de acidentes de trabalho (SILVEIRA et al., 2005). Uma das explicações para esse fato é o ambiente laboral que contem variados riscos, que por sua vez favorecem a ocorrência de problemas de saúde nos trabalhadores, podendo acontecer de modo sutil ou explícito, provocando-lhes numerosos e prejudiciais danos.

Tais danos podem ser provocados pelos AT, que ocorrem pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional ou doença que cause a morte e a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (THAME, 1992). São eventos bem configurados no tempo e no espaço, cujas conseqüências imediatas, na quase totalidade dos casos, permitem estabelecer facilmente o nexos causal com o trabalho (BINDER; ALMEIDA, 2003).

Os AT são de notificação compulsória, mediante a CAT, de ordem legal, que representa o registro e o reconhecimento oficial do acidente e o direito do

trabalhador ao seguro acidentário (WÜNSCH FILHO, 1999). Necessariamente a CAT deve ser emitida em seis vias, sendo uma delas destinada à Previdência Social, que é a instituição pagadora do benefício ao trabalhador acidentado e que fica afastado do trabalho por mais de 15 dias. Devem ser notificados os acidentes-tipo, os de trajeto e as doenças profissionais. Entretanto, essa não é realidade constatada por diversos estudos, que ao contrário, evidenciam a subnotificação acidentária.

Em estudo com 781 estudantes de 11 a 19 anos de duas escolas públicas de ensino médio de duas cidades do interior do Estado de São Paulo identificou-se que 604 estudantes relataram possuir experiência de trabalho; destes, 47% já haviam sofrido acidentes. Entre aqueles que, no período da coleta de dados, estavam trabalhando (n=555), 38% afirmaram ter sofrido acidentes nos postos de trabalho que ocupavam naquele momento (FISCHER et al., 2003b).

Investigação realizada em um Hospital Universitário de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, verificou-se, nos prontuários hospitalares, nas anotações efetuadas por profissionais da equipe de saúde, a incidência de AT ocorridos e suas possíveis relações com a ocupação dos pacientes/trabalhadores, que procuraram atendimento à saúde no período de dois anos consecutivos. Foram pesquisados 6.122 prontuários, objetivando investigar o número de trabalhadores acidentados, assim como suas características pessoais e dos acidentes, como as causas, as partes do corpo atingidas e pelos AT. De 6.122 prontuários hospitalares de pacientes acidentados no trabalho, 150 (2,45%) referiam-se aos trabalhadores da construção civil. Todos eram do sexo masculino e 55,3% procedentes da própria cidade. As causas predominantes foram as quedas (37,7%); as partes do corpo mais lesadas foram os membros superiores (30,7%) (SILVEIRA; ROBAZZI; WALTER; MARZIALE, 2005).

Na presente investigação, dos nove adolescentes que referiram ter sofrido AT, cinco realizavam atividades de serviços gerais. Artigos científicos sobre AT entre trabalhadores de serviços gerais são escassos. Em um estudo que objetivou verificar em prontuários hospitalares o número de pacientes com AT e entre estes os que tinham a ocupação de Serviços Gerais, as causas dos acidentes e as partes do corpo atingidas, constatou-se que, 40 pacientes realizavam o trabalho de Serviços Gerais, sendo: 57,5% com idades entre 20 e 39 anos. As principais causas dos AT aconteceram em decorrência do contato com máquinas variadas, tubos, quedas, penetração de corpos estranhos; as partes do corpo mais lesadas foram membros superiores e múltiplas partes. Por não ter qualificação, este trabalhador submete-se à realizar as mais variadas atividades, para as quais não está capacitado (SILVEIRA; ROBAZZI; MARZIALE, 2003).

Também as doenças profissionais e as do trabalho são consideradas como AT, segundo a lei dos benefícios da Previdência Social (BRASIL, 1991).

A doença profissional é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício peculiar a determinada atividade e constante da relação enquanto a doença do trabalho é adquirida ou desencadeada em função de condições específicas em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente, constante da relação mencionada (MENDES, 2003).

As primeiras doenças conhecidas como ergopatias, tecnopatias ou doenças profissionais típicas são consideradas as decorrentes do exercício do trabalho, relacionadas a um risco específico direto, cujo nexo causal é presumido. As doenças do trabalho ocorrem em função das condições em que este trabalho é desenvolvido e são denominadas também de mesopatias ou moléstias profissionais atípicas (CARMO et al., 1995).

No presente estudo, quatro adolescentes relataram ter adoecido por causa do trabalho sendo dois trabalhadores de Serviços Gerais, um trabalhador da Indústria Extrativa e da Construção Civil e um Contínuo.

Analisando o entendimento dos adolescentes sobre os riscos à saúde provocados pelo trabalho, identificou deficiências quanto ao conceito de AT típico e de trajeto, caracterização de doença de trabalho e agressão no trabalho. Esse estudo demonstra a necessidade de educação e promoção da saúde no trabalho também com os adolescentes (LIMA; CÂMARA, 2002).

**Tabela 4 – Distribuição das características do trabalho atual e anterior dos adolescentes. Minas Gerais, 2008 (n=66)**

<b>Variáveis</b>		<b>f</b>	<b>%</b>
<b>Período de Trabalho atual</b>	Até 6 meses	22	33,33
	7 a 12 meses	24	36,36
	Acima de 13 meses	20	30,30
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>100,00</b>
<b>Local de Trabalho</b>	Rua	27	40,91
	Setores administrativos	39	59,09
	<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>
<b>Trabalho anterior</b>	Sim	33	50,00
	Não	33	50,00
<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>100,00</b>
<b>Registro (CTPS) *</b>	Sim	6	18,18
	Não	27	81,82
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100,00</b>
<b>Período de trabalho anterior</b>	Até 6 meses	13	39,39
	7 a 12 meses	11	33,33
	13 a 18 meses	2	6,06
	Acima de 24 meses	7	21,21
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100,00</b>

\* CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social

Percebe-se que em relação ao tempo de trabalho atual, a distribuição dos sujeitos encontra-se assemelhada entre até seis meses e de sete a 13 meses. Quanto ao local de trabalho, a maioria (59,09%) trabalha em setores administrativos.

No presente estudo, os adolescentes trabalhavam de seis a oito horas por dia. Estudantes do ensino médio que realizam trabalhos de “baixa intensidade”, isto é, trabalhos de no máximo quatro horas por dia, ou 20 horas semanais, quando chegam à faculdade aproveitam melhor o estudo, têm menos desemprego e recebem melhores salários (FRANKLIN et al., 2001).

O trabalho dos adolescentes em 70% dos casos ocupa uma jornada diária de oito horas, habitual no mundo de trabalho adulto e 30% deles trabalham em jornada diária de quatro horas, com um número de cinco dias trabalhados na semana. O fato de trabalharem em jornadas de trabalho iguais as dos adultos, em tempo integral, com os mesmos dias na semana, aliado a freqüência na escola no período noturno, denota o caráter sofrido do cotidiano de trabalho destes adolescentes (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

O salário deles varia de R\$280,00 (2/3 de 1 SM) a R\$415,00 (1 SM) dependendo do local e da carga horária diária. Se considerarmos os oito adolescentes que referem ser a renda familiar de até um SM, constata-se que provavelmente só o adolescente trabalha na casa.

O trabalho do adolescente é entendido como um rito de passagem para a vida adulta; ele percebe-se adulto e importante, porque já produz, tem autonomia financeira em relação a seus pais, algumas vezes mesmo, ganhando até mais do que eles. Esse é um processo de adultização, em que o adolescente assume papéis sociais destinados ao adulto; em vez de consumidor da renda familiar passa a ser provedor. Entretanto, essa situação de adultização não é acompanhada por um

processo de amadurecimento psicológico, o que possivelmente trará prejuízos afetivos e intelectuais ao jovem (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001). Há uma inversão do lugar da criança na sociedade, imputando-se a ela o papel de provedor (ou co-provedor) da família, substituindo em parte a função dos adultos (DIEESE, 1997); pode-se constatar essa realidade através das falas dos adolescentes a seguir:

*“Ah, pior que, ‘tipo’ só eu que trabalho em casa, aí ‘tipo’ ajuda bastante, todo mundo fica alegre né, pelo menos, que é três sobrinhos e minha mãe, aí ‘tipo’ que é eu que ajudo em casa, aí eles fica alegre lá né?” (E42).*

*“Acha bom né, que é o único que trabalha lá em casa e eles acha que é bom” (E47).*

Essas questões devem ser compreendidas a partir do ponto de vista social, não do individual; não é a família que inventa o trabalho precoce de seus filhos para aumento da renda, existe uma demanda de mercado para este trabalho, então, o que ela faz é utilizar os meios legitimados socialmente para resolver seu problema de sobrevivência.

Na presente investigação, quanto ao tipo de trabalho atual, realizam atividades administrativas ou “guardinhas” de trânsito. Quanto ao local de trabalho, 27 (40,91%) realizam o trabalho nas ruas e 39 (59,09%) em setores administrativos de diversas instituições, entre elas, secretarias municipais de educação, saúde, entre outras. Há também adolescentes trabalhando nos setores administrativos de universidades, empresas do ramo alimentício e do ramo de mineração.

Quanto ao trabalho na rua, os adolescentes desenvolvem as atividades em ambiente aberto, sem aparatos de proteção próprios de ambientes confinados (REZENDE, 2008). Há além da exposição ao sol, prejuízo do trabalho em dias de chuva, pois o uso de guarda-chuvas atrapalha as atividades. Além disso, deve-se destacar o prejuízo à saúde destes jovens, devido à friagem e pés molhados durante a sua jornada de trabalho. Constatou-se a inexistência de um posto de apoio que lhes assegure o atendimento de suas necessidades básicas, criando, portanto, a dependência da colaboração de outrem no oferecimento de abrigo, água e o uso de banheiros (MARCELLO; ISHIKAWA; ONESTI, 2003).

Além disso, atuam sem mediadores e devido ao contato direto com os usuários durante a jornada de trabalho, ficam vulneráveis a diversas situações, entre elas os conflitos e agressões diretas, sejam elas voltadas para o seu corpo ou para a sua integridade moral. *“Essa situação de exposição excessiva leva-os a vivenciar, freqüentemente, situações de risco e trabalhar com medo”* (LANCMAN et al., 2007, p. 86).

Parte das atividades dos agentes de trânsito<sup>15</sup> são desenvolvidas em espaços coletivos. A natureza do serviço prestado nem sempre agrada aos munícipes (fiscalização, cobrança e restrição do uso do espaço público, emissão de multas entre outros). O contato direto com os usuários, por vezes torna esses trabalhadores - na sua maioria mulheres - alvos e anteparo de irritação, insatisfação, revolta e agressões, que estariam, na maior parte das vezes, destinadas às instituições que eles representam.

---

<sup>15</sup> Segundo a CBO, os agentes de trânsito estão incluídos na família 5172 – Policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito e sua descrição contemplam a manutenção da fluidez e a segurança do trânsito urbano e rodoviário; fiscalizam o cumprimento das leis de trânsito; colaboram com a segurança pública; protegem bens públicos, serviços e instalações (BRASIL, 2002a).



No trabalho de LANCMAN et al. (2007, p. 87) constata-se que a atitude tomada pelo agente no momento de enfrentamento com o munícipe poderá acirrar ou abrandar o conflito: *"O usuário já chega xingando, tem que ser rude ou ser gentil, depende de como aborda e como é abordado"*.

No presente estudo diversos adolescentes relataram situações como essa:

*"Tem gente que maltrata... usuários sem educação... a gente não pode falar nada, né?" (E1).*

*"... O homem veio para cima de mim na rua... bateu em minha pasta... pois o papel na minha cara..." (E11).*

Essa situação de violência com os trabalhadores é significativa entre algumas categorias de trabalhadores tais como: bancários, policiais, trabalhadores do trânsito, seguranças, motoristas e cobradores de ônibus, funcionários dos guichês do metrô, motoristas de táxi, funcionários que trabalham com transporte de valores, trabalhadores da saúde, professores, agentes carcerários, caixas de supermercados, trabalhadores de bares e restaurantes, trabalhadores de postos de gasolina, entre outros (LANCMAN et al., 2007).

Estudos da União Européia revelam que 4% da população ativa afirmam já ter sofrido violência no trabalho e os ambientes de maior risco estão concentrados no setor de serviços, entre eles, setores de saúde, transporte, comércio varejista e educação (AGENCY FACTS, 2002).

A violência no trabalho não é só um episódio isolado ou um problema individual, mas uma questão estrutural e relacionada à organização do trabalho (ILO, 2002). O contato com os clientes aumenta o risco de violência. Entre os fatores de

risco mais comuns estão: o manuseio de mercadorias e dinheiro; trabalho isolado; desempenho de funções de inspeção; emissão de faturas e multas; controle e exercício de autoridade; contato com clientes problemáticos; organizações mal geridas que podem aumentar a agressão por parte dos clientes entre outros (AGENCY FACTS, 2002).

A comissão europeia responsável pelo programa de saúde e segurança no trabalho (1996-2000) identificou a violência no trabalho como um risco emergente com base na constatação de que 16% da população ativa na Europa estão expostos à violência no trabalho, sobretudo entre agentes de administração pública, que trabalham em contato direto com a clientela (EUROGIPINFO, 1998).

Talvez por essa situação, o Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2008 que regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, proíba entre outras 93 atividades, o trabalho nas ruas (BRASIL, 2008a).

Quanto ao tempo de trabalho atual 22 (33,33%) estão no emprego há 6 meses; 24 (36,36%) de 7 a 12 meses e 20 (30,30) há mais de 13 meses. Os programas garantem até dois anos de permanência. Entretanto, alguns jovens conseguem outro emprego antes do término do prazo ou saem por outros motivos.

Quanto ao fato de já terem trabalho anteriormente, constatou-se o mesmo percentual de jovens (50,00%) que já haviam trabalhado antes e os que não haviam. Dos 33 que já trabalharam anteriormente, apenas seis (18,18%) referiram ter registro anotado na CTPS, conforme prevê a legislação nacional.

O número de jovens, com idades entre 15 e 24 anos, inseridos no mercado informal de trabalho é comparativamente maior que o número de adultos, com idades entre 25 e 64 anos (SILVA, 2001).

A informalidade expressa-se na não-garantia de direitos inerentes ao trabalho (OLIVEIRA et al., 2006; LIMA; RIBEIRO, 2007). Em algumas situações não são respeitados os direitos básicos, como a assinatura da carteira de trabalho, com a conseqüente perda dos demais direitos assegurados pela legislação brasileira (BRASIL, 1995). A situação torna-se mais preocupante, pois o número de jovens, com idades entre 15 e 24 anos, inseridos no mercado informal de trabalho é comparativamente maior que o número de adultos, com idades entre 25 e 64 anos (SILVA, 2001).

No presente estudo, pode se constatar outra importante faceta do trabalho adolescente: a informalidade, algo considerado 'normal' para o próprio adolescente. Quando questionados se já haviam trabalhado anteriormente, a maioria respondia "*não..., quer dizer com carteira [CPTS] é a primeira vez*". Percebe-se, através deste tipo de depoimento que os jovens reconhecem a informalidade como uma situação 'normal'. Mas reconhecem a 'segurança' de estar registrado conforme depoimentos a seguir:

*“... Olha, você sabe que a gente trabalha por aí... sem garantia... sem registro... mas aqui não, aqui é bom, porque a gente é registrado... (E7).*

*“... Sem carteira... a gente machucava e ficava sem ajuda... quando saía não pegava nada... (E20).*

Quanto ao período no trabalho anterior, obteve-se que 13 (39,39%) trabalharam até seis meses, 11 (33,33%) de sete a 12 meses, dois (6,06%) de 13 a 18 meses e sete (21,21%) acima de 24 meses. Este último dado é preocupante, pois

dentre os sete adolescentes que relataram trabalhar há mais de dois anos, um relatou trabalhar há quatro anos e outro há sete anos ou seja, iniciou a vida laboral aos nove anos como trabalhador rural, porteiro, servente de pedreiro.

*“...Ah, ... eu era pequeno, tipo nove anos... eu ajudava meu pai na roça... depois, quando a gente veio para a cidade, fui trabalhar de servente com meu tio... [depois como] porteiro... (E27).*

Esses dados coincidem com os da PNAD de 1998, que constatou que, dentre as crianças com 14 anos, a maior parte dos trabalhadores agrícolas começou a trabalhar com idades entre 10 a 12 anos (52%), enquanto, nos outros ramos de atividade, a maioria das pessoas ingressou no mercado de trabalho entre 13 e 14 anos, havendo freqüências que variaram de 46%, na indústria, a 60% no ramo de atividade social (KASSOUF, 2004).

As pessoas que ingressaram mais jovem no trabalho têm cerca de 42,8% a menos de anos de escolaridade se comparadas às ingressantes com maior idade. A maioria dos trabalhadores paranaenses que estavam com idade entre 18 e 60 anos, começou a trabalhar ainda criança ou adolescente. Na área urbana 41,46% dos trabalhadores ingressaram no trabalho com idade entre 10 e 14 anos, sendo que na área rural este percentual é ainda maior, atingindo 53,29%. Destaca-se, ainda, o número de pessoas que iniciaram sua vida laboral com idade inferior a nove anos, sendo 13,52% e 31,92% para as áreas urbana e rural, respectivamente. Para os trabalhadores que começaram a trabalhar com idade entre 15 e 17 anos, na área urbana foi registrado um valor de 25,78% e, na área rural, de 10,60% (LOPES; SOUZA, PONTILI, 2006).

**Tabela 5 – Distribuição das atividades do trabalho anterior dos adolescentes, segundo a CBO. Minas Gerais, 2008 (n=33)**

Famílias da CBO-2002 <sup>1</sup>	Subgrupos da CBO- 2002	Registro em Carteira				Total	
		Não		Sim		F	%*****
		f	% ***	f	%****		
5134 - Garçons, barmen, copeiros e <i>sommeliers</i>							
5161 - Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene	Trabalhadores dos Serviços	7	25,93	2	33,33	9	27,27
5162 - Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos							
5211 - Operadores do comércio em lojas e mercados							
5243 - Vendedores ambulantes	Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	7	25,93	1	16,67	8	24,24
Diversas famílias	Serviços Gerais**	4	14,81	2	33,33	6	18,18
7170 - Ajudantes de obras civis							
7166 - Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)	Trabalhadores da Indústria Extrativa e da Construção Civil	4	14,81	-	-	4	12,12
3714 – Recreadores	Técnicos em nível médio dos serv. cult, comum. e desportos	2	7,41	-	-	2	6,06
6210 - Trabalhadores agropecuários em geral	Trabalhadores na exploração agropecuária	1	3,70	1	16,67	2	6,06
4122 – Contínuos	Escriturários	1	3,70	-	-	1	3,03
7832 - Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	Trabalhadores de funções transversais	1	3,70	-	-	1	3,03
<b>Total</b>		<b>27</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

\* As ocupações foram categorizadas segundo a CBO. A primeira coluna refere-se às famílias que são as unidades do sistema de classificação. Na segunda coluna estão os Subgrupos Principais que configuram, principalmente, as grandes linhas do mercado de trabalho.

\*\* Não se constitui um subgrupo como os demais

\*\*\* Porcentagens em relação a 27 (total de adolescentes que referiram ter trabalhado anteriormente, porém sem registro em carteira).

\*\*\*\* Porcentagens em relação a 6 (total de adolescentes que referiram ter trabalhado anteriormente, porém com registro em carteira).

\*\*\*\*\* Porcentagens em relação a 33 (total de adolescentes que referiram ter trabalhado anteriormente, independente de registro em carteira).

A Tabela 5 evidenciou que nove (27,27%) dos 33 adolescentes que referiram já ter trabalhado anteriormente exerceram atividades relacionadas aos serviços, a maioria (25,93%) deles sem registro em carteira de trabalho. Essas atividades incluem Garçons, barmen, copeiros e *sommeliers*, Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene e Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos.

Tais atividades estão classificadas no mesmo subgrupo que os trabalhadores dos serviços domésticos.

A participação de adolescentes no trabalho doméstico é elevada. No ano de 2003 representavam 6,9% e em 2007 7,8% segundo dados da PNAD (IPEA, 2008) Vale ressaltar que é grande o grau de informalidade nessa atividade: em 1998, trabalhavam sem carteira assinada 85,05% das babás/atendentes–ocupação doméstica predominantemente juvenil–, muito embora quase metade delas tivesse mais de cinco anos de estudo.

Em outro estudo, a maior parte dos adolescentes de 15 a 17 anos estavam ocupados como empregados e trabalhadores domésticos (60,3%). Ao associar a análise deste indicador à frequência escolar desses adolescentes, observa-se que, nas categorias “empregados e trabalhadores domésticos” e “empregadores e conta-própria”, a grande maioria dos ocupados não freqüentava escola, enquanto para os trabalhadores não remunerados ou para os que produziam para próprio consumo, a grande maioria freqüentava escola (SABÓIA; SOARES; KAPPEL, 2004).

Em segundo lugar aparecem como ocupações anteriores o subgrupo dos “Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio”: sete (25,93%) sem registro em carteira e um (16,67) com registro, totalizando 8 (24,24%) dos 33 que já trabalharam. Esse subgrupo abrange as famílias dos “5211 - Operadores do comércio em lojas e mercados” e “5243 - Vendedores ambulantes”.

Dados da PNAD de 1998 apontam que adolescentes empregados informais, são principalmente balconistas, ajudantes de pedreiro e empregados domésticos gerais. Entre os empregos formais, os principais são mais uma vez balconistas, contínuos e serviços domésticos diversos. Os principais trabalhos por conta própria são os ajudantes, ambulantes e agricultores (SCHWARTZMAN, 2001). Essas atividades normalmente não exigem uma qualificação prévia e normalmente expõem os adolescentes aos ambientes laborais diversos e arriscados.

Em terceiro lugar, as atividades descritas como Serviços Gerais foram relatadas por seis (18,18%) adolescentes: quatro (14,81%) sem registro e dois (33,33) com registro.

Observa-se que as ocupações nomeadas como serviços gerais<sup>16</sup> representam um mosaico de atividades diversificadas entre eles. O MTE entende, através da CBO, que estas pessoas executam trabalho rotineiro de conservação, manutenção e limpeza em geral, mas os direcionam também para as atividades de escritórios, pesca, manutenção de barcos, carpintaria, marcenaria, pintura, serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, operação de equipamentos de chamadas telefônicas, prestação de contas, recolhimento de impostos, entre outras, o que abrange uma multiplicidade de funções (BRASIL, 2002a).

Estudo em um hospital do interior do Estado de São Paulo, considerou como de serviços gerais os trabalhadores do serviço de limpeza hospitalar. Dentre 50 pesquisados, a maioria começou a trabalhar precocemente, 74% eram do sexo

---

<sup>16</sup> Segundo a CBO, suas atividades são "Executam manutenções elétrica e hidráulica, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Realizam manutenção de carpintaria e marcenaria, consertando móveis. Executam serviços gerais em residências e serviços de apoio nas áreas de recursos humanos. Auxiliam tripulação em serviços gerais e carregam e descarregam embarcação. Realizam serviços de manutenção de embarcações de pesca em estaleiros. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências.

feminino e com baixa escolaridade, 36% referiram doenças diagnosticadas pelo médico. Outro fator importante a se considerar foi o fato de que eram trabalhadores terceirizados (CHILLIDA; COCCO, 2004).

Em quarto lugar apareceu os “Trabalhadores da Indústria Extrativa e da Construção Civil” com quatro adolescentes, todos sem registro. Esse subgrupo abrange “Ajudantes de obras civis” e “Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)”.

A construção civil representa uma porta de entrada para o mercado de trabalho, mas não uma atividade atrativa para o jovem, que tão logo encontra oportunidade de trabalhar em outra ocupação, a abandona (SANTANA; OLIVEIRA, 2004). Esta explicação encontra suporte nos achados etnográficos descritos por Iriart et al. (2002) de que não os pais não desejam que os filhos sigam a mesma profissão. Além disso, as ocupação de pedreiro e ajudante de pedreiro são alvo de discriminação social e desvalorização.

Os efeitos positivos do trabalho do adolescente referem-se principalmente ao desenvolvimento comportamental e psicológico (FITZGERALD; LAIDLAW, 1995). Entretanto, um grande número de estudos indica uma maior vulnerabilidade <sup>17</sup> de adolescentes, situações de risco <sup>18</sup>, aos efeitos adversos de riscos ocupacionais (VINGILIS; TERRANCE; ADLAF, 1998) uma maior ocorrência de comprometimento

---

<sup>17</sup> *Vulnerabilidade: entende-se como condição “desfavorável”. É condição objetiva da situação de exclusão e que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer. O que identifica a vulnerabilidade são os processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural. As vulnerabilidades são em geral, o objeto de políticas ao nível “macro”, cujos efeitos se manifestam como distribuição de “probabilidades” para populações afetadas (CHIMIN JUNIOR; ROSSI, 2008).*

<sup>18</sup> *Situações de risco: entende-se a dimensão subjetiva na qual os indivíduos, contrabalançam as condições de vulnerabilidade e as suas possibilidades e capacidades de enfrentá-las. Diante de uma mesma situação objetiva de vulnerabilidade, os indivíduos correm maior ou menor risco diante de suas capacidades subjetivas de agir. Exemplos de situações de risco abuso e exploração comercial e sexual, dependente do uso e vítima da exploração comercial de substâncias psicoativas, vítimas de*



do desempenho escolar, com conseqüências sobre a escolaridade (SILVEIRA, 2008), problemas de saúde e do desenvolvimento (FASSA et al., 2000; GARAVELLO et. al., 2001). Esta entrada precoce no mercado de trabalho pode também determinar que grande parte dos trabalhadores da construção civil tenha pouca qualificação profissional, característica dos pedreiros.

Em quinto lugar, dois (7,41%) adolescentes referiram trabalhar como “Recreadores”, subgrupo “Técnicos em nível médio dos serv. cult, comum. e desportos” e dois como “Trabalhadores agropecuários em geral” subgrupo Trabalhadores na exploração agropecuária, um com e outro sem registro.

As atividades de recreadores são exercidas principalmente nos hotéis e pousadas da cidade, visto que é um a cidade turística e que há muita oferta de postos de trabalho nessas atividades. Entretanto, não é exigida a formação de nível técnico como pressupõe o subgrupo.

Quanto às atividades rurais é importante ressaltar que é uma importante área que absorve a mão de obra infantil e do adolescente. No estudo de Kassouf (2004), a maioria dos trabalhadores começou a trabalhar em atividades econômicas com idades de 13 a 14 anos, em praticamente todos os ramos de atividade, exceto no agrícola, pois nesse ramo tem-se uma grande freqüência de trabalhadores que ingressaram no trabalho entre 10 a 12 anos (45%) e até nove anos (30%). A maior incidência de trabalho precoce entre crianças do meio rural vem sendo constatada por diversos pesquisadores.

A taxa de atividade infantil pode ser relativamente maior em países que têm um setor agrícola extenso, visto que a criança é impelida a colaborar com o trabalho desenvolvido por seus pais, tanto na lavoura, quanto na criação de animais (ANKER,

2000). No que se refere à incidência de trabalho precoce, o fato da criança ingressar muito cedo no mercado de trabalho impede o maior acúmulo de capital humano, comprometendo suas chances de melhorar a renda no futuro (GALLI, 2001). Tal situação pode ocorrer independente de a criança estar engajada em trabalhos de tempo integral ou parcial, pois o trabalho priva o engajamento adequado na vida escolar, bem como em atividades extraclasse (KASSOUF, 2004).

Através da abordagem qualitativa buscou-se conhecer os sentimentos, opiniões e a maneira como o adolescente percebe **os benefícios e malefícios propiciados pelo trabalho**. Para tanto, elaborou-se três questões norteadoras:

*“Fale sobre o que significa o trabalho para você”;*

*“Fale sobre as coisas que o trabalho trouxe para você, para sua saúde e para seu desenvolvimento”*

*“Fale sobre o que a sua família pensa de você trabalhar”.*

Assim para a primeira questão emergiram quatro categorias: independência financeira, ajuda familiar, valoração pessoal e valoração profissional.

### ***Independência financeira***

Inserir-se no mundo do trabalho significa ter acesso aos bens de consumo. É ter autonomia, mesmo que restrita, da sua vida financeira (FERNANDES, 2008).

Significa auto-sustento, controle financeiro e disponibilidade de renda própria para se manter e para o lazer.

O controle financeiro e disponibilidade de renda própria para se manter e para o lazer podem ser percebidos através das falas que se seguem:

*“...não precisa depender, tenho meu dinheiro só para mim para comprar minhas coisinhas.... sem pedir dinheiro a ninguém ...” (E1).*

*“...Trabalho, trabalho pra mim é pra mim se eu não trabalhar não vou ter meu dinheiro, minha mãe e meu pai não vai ficar sustentando pro resto da vida, eu não vou ficar dependendo deles pro resto da vida, primeiro que nenhum deles é eterno, nenhum deles é obrigado a me sustentar pro resto da vida, eu tenho que ter meu serviço, pra mim ralar dar valor no que eu ganho e tipo isso né. O que vem fácil “cê” não da valor né? Não saiu do teu bolso...(E8).*

*“...Eu gosto de trabalhar, a gente pode sair, passear.. com nosso próprio dinheiro...” (E24).*

A idéia de independência e de sobrevivência advém da remuneração almejada, a qual traz uma conotação libertadora: os jovens libertam-se dos pais e o dinheiro ganho com sacrifício hoje que permitirá obter uma vida mais tranqüila no futuro (MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007).

... do ponto de vista da própria criança e do adolescente, especialmente nos meios urbanos, a vontade de ganhar o próprio dinheiro é mais um motivo para trabalhar desde cedo. O trabalho significa a independência em relação à família e a possibilidade sedutora de ter acesso a determinados bens de consumo, que não poderiam ser ofertados pelos pais, e cuja posse assume um alto valor simbólico em vista à construção de uma identidade no interior de uma sociedade de consumo de massas... (SILVEIRA; AMARAL; CAMPINEIRO, 2000, p. 11).

Em um estudo português com adolescentes e adultos sobre os significados construídos em torno da experiência profissional e do trabalho a diferença mais importante foi a valorização econômica do trabalho por parte dos adolescentes e uma maior reserva dos adultos de assumirem explicitamente esta dimensão mais instrumental do trabalho (GONÇALVES; COIMBRA, 2000). Estudos recentes também têm demonstrado que as dimensões mais extrínsecas do trabalho (dinheiro, poder e prestígio social) são as mais valorizadas por outros trabalhadores (WACH, 1997; PARADA; CASTRO; COIMBRA, 1998) correspondendo às valorizações dos adolescentes e às representações sociais dominantes (GONÇALVES; COIMBRA, 2000).

### ***Ajuda familiar***

A segunda categoria é a ajuda à família para complementação da renda familiar e como satisfação em poder ajudar, como se observa na fala a seguir:

*“... É, precisa prá ajudar também né, por que pai e mãe às vezes não dá conta de sustentar uma família sozinho, eles precisa de uma ajuda e é até bom que a gente pode ajudar. E ter uma renda um pouco melhor né?...” (E8).*

*“...Trabalho pra mim é ajudar a família em casa...” (E42).*

A composição da renda familiar também foi um dos motivos elencados para trabalhar para 33% das crianças e adolescentes pesquisados. Além disso, aparecem as seguintes justificativas: ganhar dinheiro (11,1%), gostar de trabalhar (5,5%) (SILVEIRA, 2008). No estudo de Fernandes (2008), os resultados mostraram que influência dos familiares é fator determinante na precocidade do trabalho, objetivando a manutenção do orçamento financeiro familiar e o afastamento das influências do mundo marginalizado.

De modo geral, as principais razões que mantêm os adolescentes no trabalho são a renda, que auxilia a família e a perspectiva de independência pessoal e financeira obtida através do trabalho. A mão de obra jovem é usada como ajuda no sustento familiar. Nas comunidades de baixa renda, um jovem que trabalha é motivo de orgulho para os pais, até porque há uma crença de que as pessoas que começam a trabalhar precocemente têm mais chances de ser bem sucedidas (CARMO, 1992). O valor que foi atribuído ao trabalho em contraposição à ociosidade foi apontado por Colbari (1995). Neste sentido, a família e a religião sustentaram o valor do homem que trabalha.

### ***Valoração pessoal***

Nessa categoria emergiram para o trabalho significados como a elevação da auto-estima, sentir-se útil, tornar-se digno e fortalecimento do caráter através do trabalho. Também apareceram idéias como o crescimento, respeito, mudança de comportamento, responsabilidade e realização.

*“...Prá mim trabalho significa, pelo menos no meu caso, o primeiro serviço, uma experiência nova, que a gente tá começando a aprender mais sobre a vida e tamos esperando cada vez mais crescer (E18)*

*“O trabalho pra mim é uma forma que as pessoas tem para se sentir útil, uma forma para crescer na vida... (E21)..*

O significado do trabalho versa sobre o sentido de decisão e de afirmação. Os jovens querem trabalhar para se sentirem importantes dentro de sua família, mas, também, para poderem comprar, com o seu dinheiro, certos objetos fundamentais na construção de uma identidade jovem (ABRAMO, 1994; DAUSTER, 1992). Há uma certa pressão do consumo como um dos mais fortes motivos que impulsionam os jovens para o trabalho (FERRETTI; MADEIRA, 1992). Manifestações de amargura ou revolta pelo fato de precisarem trabalhar são pouco freqüentes (GOUVEIA, 1983).

*“...Ah, o trabalho pra mim significa muito ... o eu to ganhando meu dinheiro pra comprar as coisas que eu gosto ...(E32).*

*“...Ah, eu num acho ruim não, eu gosto, fico feliz, porque posso comprar roupa do jeito que eu gosto... fico satisfeita...(E59).*

Contrariamente a esses achados, estudo sobre o significado do trabalho para adolescentes de uma das periferias de Brasília, apontou que para eles o trabalho aparece como um meio de assegurar a sobrevivência e de satisfação de necessidades e desejos: não é percebido como fonte de satisfação em si mesmo,

como atividade construtiva e oportunidade de realização pessoal (ABRAMOVAY et al., 1999).

No presente estudo, a quase totalidade dos sujeitos expressa um sentimento de auto-realização e de orgulho. Dessa maneira, o trabalho afirma-se como a necessidade transformada em virtude (GOUVEIA, 1983).

Independência, satisfação pessoal, crescimento, identidade são aspectos apontados como compoendo a dimensão individual de sentido que o trabalho promove (MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007).

O trabalho auxilia o adolescente a melhor compreender e a aceitar regras de conduta social ou ajuda-o a diminuir a distância entre ele e seu contexto de relações

*“... Depois que eu comecei a trabalhar eu comecei a ser mais responsável, ser mais assim educado com as pessoas, como lidar, como conversar com as pessoas... eu fico orgulhoso ...” (E22).*

*“... Trouxe responsabilidade, trouxe “tipo” calma “né” por que eu trabalho com o público a gente vai criando mais calma... eu gosto de saber que eu melhorei” (E49).*

Para Ferreira e Mendes (2003), o reconhecimento está relacionado aos sentimentos de valorização, orgulho e identificação com a atividade.

### **Valoração profissional**

Para muitos adolescentes o trabalho apresenta-se como uma oportunidade de aprendizado, experiência e de valorização profissional. Os depoimentos, a seguir, mostram este fato:

*“...Pra mim trabalho ... é oportunidade de crescer na vida e conseguir o seu currículo prá quando você tiver mais velho ...” (E37).*

*“...Bom, o trabalho prá mim significa algo que me ajuda a expandir meus conhecimentos, me ajuda “né”, a melhorar conhecer mais as coisas, conhecer mais de tudo ... ajuda prá mim mais prá frente ter um serviço melhor “né”, prá mim ir aprendendo e ir pegando o jeito “né”, prá continuar mais prá frente e ter uma carreira boa, daí significa bastante coisa prá mim “né”, por que me ajuda bastante, eu acho uma boa oportunidade...” (E53).*

O adolescente, através do trabalho, pode não expressar uma grande satisfação pessoal ou construir sua independência ou ainda identificar aprendizagens e crescimento, mas, de fato, vale-se da experiência laboral como uma oportunidade de qualificar seu momento de vida (JACOBINA; COSTA, 2007).

Tal assertiva pode ser evidenciada, como se segue:

*“...Adquirir novas experiências, fico mais profissional. Eu não trabalho por dinheiro eu trabalho por experiência...” (E17).*

*“... Eu queria muito trabalhar, então... primeiro emprego, adquirindo experiências... tô desenvolvendo e me empenhando bastante no meu serviço, no meu trabalho, tô crescendo profissionalmente... como eu queria... (E60).*



Há muitos motivos para o ingresso no mercado de trabalho. Em uma pesquisa sobre os motivos que levam o adolescente a trabalhar, constatou-se que a maioria o fazia por vontade própria. No setor agrícola, 28% desses trabalhadores afirmaram estar trabalhando para satisfazer a vontade dos pais, enquanto, na construção civil, esse percentual corresponde a 18% e, no comércio 15%. Destaca-se o alto percentual de adolescentes que disseram querer trabalhar no ramo de atividade social (92%), o que se justifica pelo fato de esse setor da atividade econômica incluir funções de menor esforço físico e maiores possibilidades de crescimento profissional (KASSOUF, 2004).

Considerando que o adolescente tem o direito de se profissionalizar, deve-se pensar em alternativas de trabalho que, além de lhe proporcionarem uma renda financeira, possibilitem um desenvolvimento profissional, social e pessoal. Alguns autores trouxeram reflexões a respeito dos benefícios que o trabalho proporciona ao indivíduo, em especial à formação de sua identidade. Carmo (1992, p. 15) afirma que o trabalho pode ser definido como toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. O homem interage com a natureza objetivando retirar dela a sua subsistência. Na realização do trabalho o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, na realização de atividades, estabelece a base das relações sociais. O trabalho pode ser considerado um ato de liberdade, pois permite a projeção da consciência na sua idealização. No entanto, o trabalho torna-se alienante quando "... é parcelarizado, rotinizado, despersonalizado e leva o homem a sentir-se alheio, distante ou estranho àquilo que produz". Ou seja, o trabalho por si só não é nocivo e perigoso; ao contrário o que o torna perigoso é a forma como ele é organizado pelo homem (COHN; MARSIGLIA, 1994). Este fato refere-se a questões relacionadas com a

organização, administração e o método de trabalho, bem como, a qualidade das relações interpessoais (COSTA; LIMA, 2003).

O contexto é constituído por três aspectos: a organização do trabalho, as suas condições e as relações socioprofissionais (FERREIRA; MENDES, 2003; BASTOS, 2004).

A organização do trabalho refere-se às regras, normas, foco da produtividade e divisão do trabalho que demonstra a identidade da organização e a forma de lidar com seus processos organizacionais. As condições de trabalho referem-se à infraestrutura oferecida para a realização das atividades, bem como suas práticas de recursos humanos. As relações socioprofissionais estabelecidas referem-se ao aspecto relacional entre pares, chefia e clientes, possibilitando a análise da organização com a sociedade. São essas dimensões, ao serem avaliadas de forma negativa ou positiva pelo trabalhador, as responsáveis pelo desencadeamento das vivências de prazer ou de sofrimento (MENDES; SILVA, 2006).

*“Ah, trabalho ainda mais aqui ... não trouxe coisa ruim não, bem que eu fiz bastante amizade que aí não acho que coisa ruim não teve nenhum não.. A gente aprende com o chefe, com os colegas... outra coisa é que tem bastante organização... então a gente aprende... (E41).*

*“... lidar com as pessoas e a maneira de você poder enxergar isso realmente é ter um diálogo bom, você ter um coordenador ... te ajuda... aprende... acho que o trabalho me deu essa disponibilidade, reclamar a gente não pode reclamar (E5).*

*“... ele [o chefe] interfere... tá bom que é serviço, mas ele ajuda na vida pessoal um pouco também, ele é diferente entendeu? Conversa, ajuda bastante né? (E8).*

O prazer é proveniente da gratificação pulsional, resultante da consonância entre a subjetividade do trabalhador (sonhos, desejos, anseios) e o que é oferecido pelo contexto de trabalho (DEJOURS, 1994; MENDES; CRUZ, 2004). Vários seriam os indicadores de prazer no trabalho: valorização, reconhecimento, liberdade, realização, gratificação, orgulho no trabalho, capacidade de aprendizagem, sentido no trabalho. O sentimento de liberdade está associado à possibilidade de pensar, falar e agir sobre a atividade.

*“... eu fico orgulhoso... às vezes eles [os coordenadores] elogia a gente... então a gente se esforça mais... quer aprender... mostrar serviço... porque a gente pode crescer... (E9).*

*“... às vezes, eu não sei;... eu falo ...aí alguém ensina...(E12).*

O sofrimento está vinculado aos sentimentos como angústia, medo e insegurança, provenientes do conflito entre as necessidades de gratificação e a restrição de satisfazê-las impostas pelas limitações das situações de trabalho. Pode ser expresso por meio de sentimentos como ansiedade, insatisfação, solidão, inutilidade, desvalorização e desgaste. O sentimento de desvalorização é definido como o sentimento de insegurança e incompetência do trabalhador perante questões de produtividade e desempenho. Já o desgaste está ligado aos

sentimentos de cansaço, estresse, desânimo, sobrecarga e frustração (FERREIRA; MENDES, 2003).

*“... Aqui é muito rápido o sistema, então não tem tempo de parar, é muito rápido mesmo, nem fechou um mês e já chega conta do mês seguinte... (E17).*

Diversos estudos tem relacionado a organização do trabalho ao sofrimento físico e psicológico do trabalhador (MENDES; TAMOYO, 2001; LANCMAN; SNELWAR, 2004; MARTINS; ROBAZZI, 2006). Vários motivos são elencados, inclusive a influência da introdução de recursos tecnológicos avançados que, progressivamente, vão tornando o conteúdo do trabalho cada vez mais esvaziado de sentido.

Os adultos que sofrem mais diretamente os impactos dos avanços tecnológicos e da reestruturação produtiva, visto que os menores só poderão vivenciar estas condições como aprendizes, legitimados por cursos de preparação para o trabalho adulto. Embora tenham que cumprir ordens, seguir normas e regras e atender a uma rotina instituída encontram possibilidades de socialização e interação com os usuários de seus serviços de forma mais pessoal e diferenciada. É um trabalho que permite certa liberdade e criatividade por parte de quem o executa, possibilitando-lhe a sensação de estar no controle da situação e de deter um poder, por mínimo que seja, mesmo que por um período breve.

É difícil conceber uma nova organização no processo de trabalho sem sofrimento, mas há como organizar o trabalho de forma a torná-lo mais favorável à negociação para superação do sofrimento. A saúde, o prazer no trabalho, a

realização de si mesmo, e a construção da identidade são ganhos com superação do sofrimento, que é um componente básico da relação no trabalho.

Na segunda questão *“Fale sobre as coisas que o trabalho trouxe para você, para sua saúde, para seu desenvolvimento”*, buscou-se identificar a percepção dos adolescentes sobre as diversas repercussões do trabalho em sua vida. A partir desta questão organizou-se duas categorias: repercussões positivas e repercussões negativas.

As repercussões positivas estão subdivididas em: desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e de comunicação; desenvolvimento pessoal, intelectual e físico; independência e liberdade; a ocupação do tempo e melhoria na condição de vida.

### ***Desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e de comunicação***

O sentido do trabalho baseia-se na articulação de elementos afetivos, mentais e sociais de forma a integrar a cognição, a linguagem e a comunicação considerando ainda as relações sociais que afetam os adolescentes que estão vivenciando essa situação.

*“...O trabalho pra mim hoje, ele me edificou, ele me deu responsabilidade, ele me deu relacionamentos com as outras pessoas que, de maneira geral você aprende a lidar com o público, por que aqui é uma escola, por que você nunca encontra pessoas que estão do mesmo jeito: pessoas que estão revoltadas, muito*

*educadas, sem educação, e você aprende como lidar com as pessoas...” (E5).*

*“... Ah, trabalho... trouxe... bastante amizade... e assim era meio tímido e perdi um pouco da timidez...” (E41).*

O trabalho adquire um caráter socializador, ao proporcionar ao adolescente um maior convívio social, mais acesso a novas idéias e a inclusão em um novo grupo social. As exigências da função e o contato constante com a equipe de trabalho fazem com que o jovem adquira e amplie repertórios de habilidades sociais necessários para a execução do trabalho e para a convivência em grupo. Na realização do trabalho o indivíduo pode produzir, transformar e estabelecer a base das relações sociais ao se relacionar com outras pessoas (CARMO, 1992),.

Os relacionamentos interpessoais dão significado ao trabalho. Morin, Tonelli e Pliopas (2007) apresentam às experiências vividas nas empresas uma conotação positiva, explicitando que no trabalho podem se desenvolver laços de afeição duráveis. Pode-se considerar também que haja perda de significado do trabalho em situações nas quais as relações interpessoais possam ser fonte de frustração.

### ***Desenvolvimento pessoal, intelectual e físico***

Há uma contradição entre trabalho e escola caracterizada pela presença da dimensão das conseqüências deste trabalho para a escolarização, tais como maior cansaço, falta de tempo para o estudo, atrapalhar o estudo entre outros, ao lado da dimensão moral do trabalho, associando valores, tais como a maior maturidade do

aluno trabalhador, a necessidade de construção de um futuro e o aprendizado resultante do trabalho entre outros (OLIVEIRA et al., 2001).

Esta afirmação pode ser percebida nas seguintes falas:

*“... tudo que a gente aprende aqui pode passar pros outras também... a gente amadurece convivendo com as pessoas mais velhas... mas fico muito cansada (E36).*

*“Trouxe liberdade, independência..Trouxe também o cansaço.... (E24).*

O trabalho parece funcionar como um mecanismo de legitimação de valores sociais hegemônicos (OLIVEIRA et al., 2001), como a responsabilidade, o respeito ao outro, amadurecimento e a pontualidade.

Outro determinante importante do trabalho registrado pela literatura sobre este tema constituem-se nos padrões culturais e comportamentais estabelecidos nas classes populares, que levam à construção de uma visão positiva acerca do trabalho dos adolescentes, pois acredita-se que o fato de trabalhar inculcaria neles a disciplina, a responsabilidade e a experiência necessárias ao bom desempenho na vida profissional futura. Assim, a importância atribuída ao trabalho, como um princípio educativo, desencadeia um processo no qual a necessidade é transfigurada em virtude (GOUVEIA, 1983).

*“...Ah, eu fiquei mais tranqüilo em casa ... melhorei muito em casa, brigava muito com meu irmão, ficava muito a toa... (E29).*

*“...Ah, eu amadureci muito com o trabalho... (E27).*

O trabalho juvenil traz a assunção de responsabilidades, com a luta pela própria sobrevivência e do grupo familiar, num momento em que é necessário ao indivíduo obter garantias mínimas de segurança para a estruturação da autoconfiança e da identidade; ou seja, ele vira adulto quando ainda está em formação (ACIOLY FILHO, 2008).

Os seguintes depoimentos retratam tal realidade:

*“...O trabalho pra mim hoje, ele me edificou, ele me deu responsabilidade...” (E5).*

*“...Responsabilidade, juízo? Antes eu não tinha responsabilidade, nem juízo, hoje em dia eu tenho, como se diz, é errando que se aprende a acertar...” (E8).*

Os adolescentes também reconhecem no trabalho uma forma de aprimoramento intelectual, conforme descrito na fala a seguir:

*“... Ah... eu acho que eu fiquei... mais inteligente também no trabalho...” (E44).*

É nessa fase que o jovem passa por um período de consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental assim como a definição de conceitos socioemocionais necessários a essa nova fase. Unem-se a isso, as novas e variadas circunstâncias peculiares à realidade de um aluno dessa modalidade o



que requer habilidades acadêmicas e interpessoais que garantam a plena inserção do mesmo no mercado de trabalho (MACHADO, 2007),.

No presente estudo, o trabalho foi visto pelos adolescentes como responsável pelo crescimento físico e agilidade, conforme pode ser constatado a seguir:

*“... Ah, acho,... na saúde eu acho que eu fiquei mais [saudável], meu corpo desenvolveu mais, ficou mais ágil assim, entendeu?, ... mais esperto...” (E44).*

### ***Independência e liberdade***

Inserir-se no mundo do trabalho significa auto-sustento, controle financeiro e disponibilidade de renda própria para se manter e para o lazer. A remuneração advinda do trabalho traz uma conotação libertadora, conforme encontra-se evidenciado a seguir:

*“...Eu gosto de trabalhar, a gente pode sair, passear.. com nosso próprio dinheiro...Trouxe liberdade, independência...” (E24).*

*“... Porque não precisa depender, tenho meu dinheiro só para mim para comprar minhas coisinhas....” (E1).*

### ***Ocupação do tempo***

A ocupação do tempo livre e a otimização do tempo emergiram como uma das categorias.

*“Trabalho é uma forma da gente ocupar o tempo né?” (E6).*

*“... tá sendo muito bom que eu to fora dos maus caminhos fora das drogas e ocupando um pouco do, um pouco do tempo da minha vida... (E37).*

Na passagem da infância para o início da adolescência, o padrão de influência de atividades de tempo livre não sofre grandes alterações (CASTELLA SARRIERA et al., 2007) Quanto mais velhos os adolescentes ficam, mais autonomia têm em relação às atividades de tempo livre, que se torna mais presente em variados grau. Entretanto, conciliar trabalho e escola faz com que esses jovens trabalhadores busquem compensar no fim de semana o desgaste da semana - alguns com diversão e abusos, outros com descanso.

*“... Eu trabalho e estudo a semana inteira, mas no final de semana, eu saio com meus amigos...” (E14).*

Estudo evidenciou que, os adolescentes sentem prazer e satisfação na presença do grupo de amigos, tendo a atividade realizada uma importância secundária (CASTELLA SARRIERA et al., 2007). O tempo livre vivenciado junto aos amigos proporciona o estabelecimento de relações nas quais elaboram e compartilham visões de mundo, negociam significados, criam cumplicidades com os diversos grupos de amigos, desenvolvem maior independência emocional e se envolvem mais com questões do seu contexto social (CÂMARA, 2003).

### **Melhoria da condição de vida**

A compreensão do mundo econômico, do uso do dinheiro como um instrumento que permite aos cidadãos de uma maneira geral adquirir bens e serviços tem contribuído para definir, em grande parte, as características da sociedade moderna (DENEGRÍ, 1995). É preciso reconhecer que a vida social do homem se expressa em função de movimentos que têm como um dos seus fundamentos os aspectos econômicos, como o uso do dinheiro e as relações que o sujeito estabelece com o seu entorno e que estão associadas a ele. O ser humano, desde muito cedo, começa a se relacionar com esta realidade. De fato, desde os seus primeiros anos de vida, em suas experiências cotidianas, ele realiza um esforço constante para compreender as relações econômicas em que está inserido, construindo modelos explicativos capazes de dar conta dos processos vividos por ele.

*“...eu tenho que ter meu serviço, prá mim ralar, aprender dar valor no que eu ganho ... [antes] num dava valor: o que vem fácil “cê” não da valor né? ... não saiu do teu bolso... agora eu aprendi a gastar... (E8).*

Desta forma, os estudos que focam a compreensão que crianças e adolescentes têm da realidade econômica e os conceitos que eles possuem sobre o uso, origem e circulação do dinheiro têm uma importância capital para a compreensão de processos mais gerais através dos quais o sujeito constrói um modelo organizado do mundo social e de suas relações no mundo.

A compreensão do mundo econômico e do uso do dinheiro como um instrumento de acesso aos bens e serviços é básica nas relações que são estabelecidas hoje na sociedade moderna (FURTH, 1980). A vida social do homem

acontece imersa num sistema de instituições que são estruturadas basicamente em termos econômicos, sendo o uso do dinheiro e as relações que se estabelecem a partir dele, determinantes nas definições de domínio das relações pessoais e institucionais. A compreensão que os adolescentes constroem sobre a realidade econômica e os conceitos que desenvolvem desses temas têm um significado importante, pois podem servir para compreender os processos mais gerais por meio dos quais os indivíduos desenvolvem um modelo coerente e organizado do mundo social em que vivem e de suas relações.

*“...prá tudo a gente precisa de dinheiro né?... então agora eu posso também... posso comprar, sair ... (E15).*

*“...com o trabalho eu pude fazer academia, posso pagar uma academia...(E35).*

Para muitos, a inserção laboral representa a transformação da realidade social de exclusão e sofrimento, pela perspectiva futura de melhoria do nível de qualidade de vida (CASTELLA SARRIERA et al., 2001).

O trabalho, dependendo de sua estruturação, “tanto poderá fortalecer a saúde mental quanto levar a distúrbios que se expressarão coletivamente em termos psicossociais e/ou individuais, em manifestações psicossomáticas ou psiquiátricas” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 46). Logo, a saúde mental estará dependente de como o trabalho é articulado e vivenciado pelos trabalhadores. No caso do jovem de classe popular que está mais a mercê de trabalhos mais precários, podemos pensar que ele poderá estar sujeito a distúrbios psicossociais em uma fase em que ainda está definindo a identidade ocupacional e a pessoal.

As repercussões negativas do trabalho relatadas pelos adolescentes estão subdivididas em: cansaço e preocupação; falta de tempo para lazer, estudo, convívio familiar e com amigos e riscos do trabalho.

### ***Cansaço e preocupação***

À debilitação da sua condição física acrescenta-se um estado de fadiga e falta de disposição e tempo para engajamento em outras atividades, déficit de atenção e de concentração e restrições às possibilidades de relações sociais (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003). No estudo de Vinha, Cavalcante e Andrade (2002), constatou-se também a percepção de cansaço crônico entre os trabalhadores adolescentes.

*“...Ah, o trabalho trouxe pra mim, ... de ruim assim é que eu fico muito preocupado com as coisas, preocupo, qualquer coisinha eu fico preocupado, as coisas que dá errado ou da certo, essas coisas assim, as vezes vou fazer uma coisa fico com aquela consciência vai dar certo, vai dar errado...” (E10).*

*“...As coisas ruim é cansaço, exigência, é muita pressão... fico preocupado de não dar conta... (E26).*

### ***Falta de tempo para lazer, estudo, convívio familiar e com amigos***

Os adolescentes relatam que a atividade laborativa diminui o tempo disponível para seu lazer, vida em família, educação, e oportunidade de estabelecer relações com outras pessoas da comunidade em geral.

*“...também foi que escola também a gente fica meio prejudicado né que não tem tempo de estudar...” (E39).*

*“... o ruim é que quase não vejo minha mãe.... eu chego e ela já tá dormindo...” (E13).*

O pouco tempo de permanência com os familiares resulta do desejo de manterem outras formas de sociabilidade, como a de se encontrarem com os amigos do trabalho. Esse desejo de partilhar a convivência com diferentes pessoas é dificultado pelo escasso tempo de que dispõem, pois quase todos trabalham em período integral, o que faz com que saiam de manhã para o trabalho, de onde seguem diretamente para a escola, voltando para casa apenas à noite. Eles não consideram o trabalho em si como elemento prejudicial para o desempenho acadêmico, mas lamentam a quantidade de horas dedicadas à atividade profissional que provoca exaustão no fim do dia, quando freqüentam a escola e onde devem concentrar-se nas aulas.

O fato de não considerarem o trabalho como entrave para melhor aproveitamento escolar pode estar relacionado com a valorização do status de trabalhador (WATARAI; ROMANELLI, 2005).

O lazer pode ser considerado como o conjunto de ocupações a que o indivíduo pode entregar-se de boa mente, já para descansar, já para se divertir, já para desenvolver a sua participação social voluntária, a sua informação ou a sua

formação desinteressada, depois de haver-se libertado de todas as obrigações profissionais, familiares ou sociais (DUMAZEDIER, 1973).

O futuro deve ser baseado na conciliação entre trabalho, lazer e estudo. Segundo ele, para se viver bem, deve-se estar no centro deste equilíbrio. “Diversão na infância, estudo na juventude, repouso na velhice: esse modelo ficou ultrapassado” (DE MASI, 2000b p.300),.

O pouco convívio familiar e o escasso tempo para dedicar-se a lazer e esportes é considerado como uma influência negativa do trabalho (MAURO; GIGLIO; GUIMARÃES, 2000).

### ***Riscos do trabalho***

*“Ah,... que a gente [fica] assim na rua, os outros xingando... [é ruim]...” (E45).*

Os riscos ocupacionais são gerados pelos seguintes agentes causadores de agravos à saúde no ambiente de trabalho: agentes físicos, agentes químicos, agentes ergonômicos, agentes mecânicos, agentes biológicos e agentes psicossociais (ROBAZZI; MARZIALE, 1999).

A fadiga ocupacional é conseqüência da exaustão corporal provocada por uma carga de trabalho além do suportável pelo organismo do indivíduo São principalmente relevantes em nosso país devido à alta temperatura ambiente, sendo sua ocorrência mais precoce e grave nos adolescentes. Ela pode determinar o desenvolvimento mais precoce das denominadas doenças relacionadas ao trabalho, como as infecções respiratórias, hipertensão arterial, vícios de refração, atopias e outras (ASMUS et al., 2005).

Os agentes químicos são as substâncias químicas que se apresentam na forma de gases, vapores, poeiras, fumaças, névoas e neblinas no ambiente de trabalho e os agentes físicos são o ruído, calor, frio, radiação, vibração, alterações da ventilação e iluminação deste mesmo ambiente de trabalho. Quando expostos a tais agentes, comparados com adultos, adolescentes e crianças apresentam reações orgânicas mais severas por causa dos menores pesos corporais e resultantes maiores níveis de absorção por peso corporal (WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO, 1987). Adolescentes trabalhadores têm menor tolerância ao calor do que adultos (SUHAREVA; SABALOV, 1973).

*“... [é ruim]... ficar no sol (E45).*

Os riscos ergonômicos e de acidentes podem ser vivenciados pela rapidez e repetição dos movimentos, as posturas viciosas e forçadas, os deslocamentos corporais forçados, a concentração de força mecânica excessiva, a necessidade de adequação dos instrumentos, roupas e acessórios de trabalho ao indivíduo. Os principais problemas de saúde ocupacional relacionados à não aplicação das práticas ergonômicas à população adolescente trabalhadora a fadiga ocupacional e o trauma ocupacional (ASMUS et al., 1996). Como encontrou-se na seguinte fala:

*“... cansa porque fico muito tempo em pé... (E9).*

A contaminação por agentes biológicos em ambientes de trabalho insalubres ocorre mais facilmente em crianças e adolescentes, podendo gerar gripes, dermatofitoses, leptospiroses e outras, que apresentam nexos causais com o ambiente em que trabalham ou com as atividades que exercem, devido à imaturidade do



sistema imune e o aporte nutricional insuficiente associado ao gasto calórico aumentado pela atividade laborativa (ASMUS et al., 1996).

Entrevista realizada com os adolescentes trabalhadores do Paraná mostrou que o trabalho não é visto como negativo em suas vidas, mesmo que reconheçam que algumas atividades são prejudiciais ao seu desenvolvimento biopsicossocial (GONÇALVES, 2006).

Os significados positivos foram os benefícios financeiros, acesso ao ensino superior, o desenvolvimento de habilidades de comunicação, postura, relacionamento, de cidadania e de estilo de vida saudáveis. Os significados negativos estão relacionados aos efeitos sobre a saúde, tanto física quanto mental e a deficiência no aprendizado, devido a má qualidade do ensino público (FERNANDES, 2008).

A forma como os adolescentes enxergam o trabalho é influenciada por diversos fatores. Mesmo reconhecendo os fatores negativos, os pontos positivos parecem superar os negativos.

A opinião da família acerca da condição ocupacional do adolescente foi avaliada de acordo com o ponto de vista do próprio jovem. A fim de explorar essa questão foi formulada a pergunta “*Fale sobre o que a sua família pensa de você trabalhar?*”. Emergiram três categorias temáticas: apoio, aspecto financeiro, oportunidade, além da categoria “outros”.

### **Apoio**

A maioria dos adolescentes relatou que a família apóia o seu trabalho e explicita diversos motivos para o apoio. Os pais incentivam os filhos a procurar

trabalho para que não fiquem "na rua", ociosos, sujeitos a influências indesejáveis e as drogas. A simples opinião da família favorável ao início do trabalho é tida como importante e motivadora pelos adolescentes.

Pode-se perceber esta realidade através da fala dos adolescentes:

*“Eles apóiam e tudo mais né, eles acham bom, a eles sentem orgulho né, já por pensar que o filho deles já trabalha nessa idade, já correu atrás né, pra ter um emprego ao invés de ficar em casa sem fazer nada ou tá com eletrodomésticos né, como diz né, os computadores, vídeo games, essas coisas, mas não ao contrário, já tá trabalhando né, já tá correndo atrás do seu próprio futuro, do seu dinheiro” (E34).*

*“Ah, eles acham que é uma maneira de aprender mais, que eu posso aprender trabalhando. É melhor trabalhar começar mais cedo e depois no final a gente aprende mais” (E36).*

*“... Me apóia muito trabalhar fala que, é um incentivo muito bom, que vai trazer bastante melhorias pra meu futuro também né... pra mim poder fazer uma faculdade assim eu já ter né, prestar um vestibular assim né, mais ou menos especificar a área que eu quero ficar fazer né, é bom...” (E58).*

O ingresso e a permanência no mercado de trabalho é estimulado pelos pais. Estes fazem uma avaliação positiva do trabalho por considerarem que assimilaram os valores transmitidos e que o desempenho de uma atividade remunerada oferece

aprendizado que pode favorecer tanto o desenvolvimento e o amadurecimento pessoal quanto o acesso a melhores empregos (WATARAI, 2006).

Por outro lado os pais também tem a percepção de que o trabalho não é totalmente benéfico aos filhos, podendo prejudicar sua escolarização e suas possibilidades de ascensão social.

*“... Minha família acha que é bom... Mas meu pai fala que se eu achar puxado estudar e trabalhar, eu posso sair...” (E1).*

O papel da mãe mostra-se fundamental na inserção ou não destes adolescentes no mercado de trabalho. As genitoras desejam que seus filhos saiam do ciclo da pobreza financeira e intelectual (FERNANDES, 2008). Por vivenciarem as dificuldades domésticas e as instabilidades que levam ao desemprego parecem sentir a necessidade de uma vivência laboral como pré-requisito ou um diferencial na disputa de uma colocação no mercado do trabalho.

*“... Minha mãe... ficou feliz deu trabalhá...” (E29).*

*“... Minha mãe adora, por que eu dou um pouquinho de paz pra ela “né”, e vai indo a gente vai criando uma responsabilidade com o tempo que isso ajuda...” (E51).*

Já em outras falas, evidencia-se que a família, ou parte dela, é contra ao trabalho precoce, mas acaba cedendo ao desejo do próprio adolescente.

*“... Minha mãe gosta. Só que meu pai ... ele não gosta ... não quer q eu trabalhe... porque ele acha que judia da pessoa... mas ... eu gosto de trabalhar...” (E3).*

*“... Todo mundo contra, por que eles falam que eu não preciso trabalhar e eu falo mãe todo mundo precisa trabalhar, aí toda vez que eu falo que eu to cansada eles falam que a opção de trabalhar é sua, agora você agüenta...” (E17).*

Para os jovens trabalhadores a influência dos familiares é fator determinante na precocidade do trabalho devido às questões de manutenção do orçamento financeiro do núcleo familiar e à preocupação de que o lazer e a ociosidade podem induzi-los para o mundo marginalizado das influencias negativas e de perversão como a criminalidade e as drogas.

*“... Ah, eles acham bom né, pelo menos eu não tô junto com alguns amigos... tem uns que são usuários de drogas, foi bom que as vezes eu não ando junto com eles mais...” (E10).*

*“... Acha bom por que, eu trabalhando, não tô na rua, não to fazendo coisa errada e eu to investindo no meu futuro...” (E18).*

A família e o trabalho tendem a ser as forças que mais influenciam a manutenção da identidade da pessoa por oferecerem sustento econômico, identidade pessoal e contexto social. Além disso, as atitudes no trabalho tornam-se enraizadas e são levadas para a vida doméstica, cada ambiente induz padrões

estruturais semelhantes em outros ambientes e tanto o trabalho, quanto a vida em família influenciam um ao outro. O que acontece no local de trabalho pode ser uma consequência ou antecedente do que ocorre na família (FISHMAN, 1998).

A identidade ocupacional, que é um dos componentes da identidade pessoal, diz respeito a como uma pessoa integra “suas diferentes identificações e sabe o que quer fazer, de que modo e em que contexto” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 49).

A escolha ocupacional é o reflexo de como o jovem lida com sua crise de identidade, lançando mão de suas capacidades em prol de uma atitude ocupacional. Esta maneira de lidar institui a identidade ocupacional resultando na escolha de uma profissão. No desenvolvimento da identidade ocupacional ocorre a análise do contexto sociocultural, das instituições, das organizações existentes, das tecnologias disponíveis etc. relacionando-se às oportunidades que os adolescentes podem vivenciar, significando “quando, onde e como” será a profissão escolhida. O jovem está, portanto, na etapa da exploração, em busca de respostas à escolha profissional e da definição de seus projetos de vida (BOHOSLAVSKY, 1998).

A mudança de *status* do adolescente na família, a partir da sua experiência de trabalho do jovem, não ocorre apenas como resultado de sua ascensão financeira, mas também por um deslocamento de função da figura paterna. As mudanças no interior das famílias, provocadas pela entrada precoce dos adolescentes no mundo do trabalho, representam, para eles, uma inserção artificial na vida adulta. Nessas condições, a independência financeira pode ser experimentada como independência emocional e social por um indivíduo que, na verdade, ainda está se descobrindo, está em plena construção da identidade, que ainda precisaria de limites e de orientação e que, efetivamente, ainda não viveu o suficiente para ter maturidade

física, cognitiva, emocional ou social para o exercício das funções por ele assumidas (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

A adolescência de um ou mais membros da família, por si só, já desequilibra o sistema familiar. Nessa fase de desenvolvimento, a família terá que modificar o que é e o que não é permitido em relação ao adolescente. Se, no entanto, a tolerância do sistema familiar às mudanças é muito limitada, pode-se impor ao adolescente mais lealdade para com a família, acarretando-lhe, inclusive, sentimentos de culpa graças à tentativa de manter inalterados os usuais padrões de interação (CALIL, 1987). Além disso, é importante levarmos em consideração que o sistema familiar é um sistema dentro de outro sistema, na medida em que é o primeiro lugar de socialização do indivíduo, sem por isso ficar isento das influências contraditórias dos sistemas sociais mais amplos (SEGOND, 1992).

Em Campinas (SP), Fernandes (2008) constatou entre os jovens de seu estudo que imperava a imagem positiva do trabalho por parte dos adolescentes, pois o ingresso no mundo do trabalho, deu-lhes respeitabilidade por parte dos membros de sua família.

*“...Acho que minha família pensa que eu... [sou] um pequeno guerreiro... (E5).*

Em um estudo sobre a avaliação das redes sociais<sup>19</sup> de adolescentes em situação de risco, Pereira e Sudbrack (2003) comentam que além do trabalho ser um modo de sustento individual e familiar para jovens, a inserção precoce no mundo do trabalho constitui uma forma de atingir a independência financeira necessária para

---

<sup>19</sup> *Redes sociais constituem-se no conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, sendo que, o que vai determinar a qualidade das relações sociais e*

manter a auto-estima e o respeito da comunidade, uma possibilidade de maior autonomia perante os familiares e uma forma de manter a mente e o corpo ocupados.

O adolescente, através do trabalho, pode não expressar uma grande satisfação pessoal ou construir sua independência em relação ao trabalho - ou ainda identificar aprendizagens e crescimento -, mas, de fato, vale-se da experiência laboral como uma oportunidade de qualificar seu momento de vida (JACOBINA; COSTA, 2007). Independência, satisfação pessoal, crescimento, identidade são aspectos apontados por Morin, Tonelli e Pliopas (2007) como compoendo a dimensão individual de sentido que o trabalho promove. O trabalho quando auxilia o adolescente a melhor compreender e a aceitar regras de conduta social ou o ajuda a diminuir a distância entre ele e seu contexto de relações, então temos uma experiência com significado muito positivo, afinal, não é pouco para eles poder ir a festas ou “não ficar na rua, arrumar confusão, roubar”. Essa idéia sobre o trabalho é compartilhada pelas famílias dos adolescentes pesquisados.

### ***Aspecto financeiro***

Quanto a esta categoria, segundo os adolescentes a família vê no trabalho uma ajuda, uma complementaridade, o que pode ser evidenciado pelos depoimentos que se seguem:

*“... Pensa que é bom por causa que a partir dos 16 anos cê já começa a sentir útil, cê ajuda na renda em casa... (E21).*

*“... Ah... eles pensa bom, porque eu levo o dinheiro que ganho pra casa... meus irmão também trabalha e aí, todo mundo faz isso... levo o dinheiro que ganha e divide pra pagá as conta...(E37).*

O trabalho configura-se como uma forma de reprodução de desigualdades na medida em que se impõe pela necessidade econômica das famílias e de valores sociais incorporados pelos jovens quando o associam a um valor moral (OLIVEIRA et al., 2001), a uma obrigatoriedade de sustento.

A contribuição de adolescentes com algum rendimento monetário para o pagamento de despesas (aluguel, luz, alimentos, roupas, saúde e educação), pode ser bastante significativa nas famílias de mais baixa renda e constitui-se em grande preocupação em colaborar com as despesas domésticas (DOMINGUES; ALVARENGA, 1997; SOUSA; BRANDÃO, 2008).

Em Pelotas, a proporção da contribuição infanto-juvenil à renda familiar total crescia, quando a renda familiar dos adultos diminuía. Igualmente, quanto menor a renda familiar dos adultos, maior a exclusão escolar de adolescentes trabalhadores e maior a jornada de trabalho. O trabalho do adolescente mostra-se efetivo no incremento da renda familiar, aumentando-a em cerca de 9%, se comparada à renda de famílias em que não ha ocorrência de trabalho juvenil (FACCHINI et al., 2003).

Questões sociais, culturais e históricas contribuem para que as pessoas desde jovens tenham oportunidades de trabalho, remuneração e compromissos familiares e incorporem responsabilidades familiares. Por sua vez, as famílias desses jovens incorporam essa ‘ajuda’ como obrigatoriedade.

Grande parte dos pais acredita ser importante que seus filhos aprendam algum ofício logo na adolescência para irem se “acostumando” com a vida laboriosa,



além de julgar importante os filhos terem o próprio dinheiro com o intuito de ‘valorizar’ o ‘trabalho’ e lidar melhor com o dinheiro que recebem (LIMA, 2006).

### **Oportunidade**

Em relação à oportunidade, a maioria dos adolescentes relata que para suas famílias, o trabalho é uma ocasião de ‘virar gente’, de ‘ter futuro’.

As seguintes falas retratam essa realidade:

*“... Trabalho é bom por que aprender cada vez mais, adquire experiência pra poder gerar um futuro melhor assim. Trabalho é pra mim aprender né ... vou ter que ter um futuro, assim, mais pro futuro ter uma família assim, já é bom desde o começo assim já ir aprendendo já...” (E7).*

No estudo de Oliveira et al. (2001) a ascensão social dos jovens trabalhadores, seja essa mobilidade social garantida por um melhor emprego ou profissão, seja assegurada por elementos abstratos como “ser alguém na vida”, está associada ao sucesso financeiro.

Adolescentes de classes populares consideram o estudo e o trabalho formas de ascensão social e de transformação da identidade social. Enfim, ser cidadão é ser reconhecido como tal (CHAVES, 2001).

As perspectivas para o futuro envolvem o desejo de ascensão social, que pode ser alcançado por meio dos estudos e do trabalho (SOUSA; BRANDÃO, 2008).

Aspecto importante constatado em estudo sobre trabalho infantil foi a valorização de modelos profissionais dominantes, relacionados a uma expectativa de

futuro de posições sociais mais altas do que aquelas vividas pelas gerações precedentes. Juntamente com isso vem a posição dos pais com relação ao futuro dos filhos. Praticamente todos eles pensam o futuro dos filhos distante do próprio futuro, ou seja, pode-se perceber uma tendência à desqualificação das atividades que exercem. Isso remete a idéia de aproximação dessa geração de adolescentes com uma formação profissional que lhes parece sinalizar uma real possibilidade de realização dentro de outros mundos e profissões que não a de seus pais. Desta forma, os planos e sonhos são vividos com o sentimento de esperança e crença em um futuro o mais distante possível do que percebem do presente e do que ouvem de seus pais a respeito das enormes dificuldades vividas no passado e no presente deles (LIMA, 2006).

O futuro é percebido como um desafio que depende de muito esforço pessoal. As possibilidades de entrada no mercado de trabalho são tidas pelos adolescentes de classes populares como forma de ascensão social.

### **Outras**

Quanto a esta categoria, há algumas falas que representam o determinismo e a continuidade do ciclo de ingresso do adolescente no mercado de trabalho tal como aconteceu com os pais, o que pode ser evidenciado a seguir:

*“...Ah, fazer o que né? Tem que trabalhar desde cedo mesmo né?...”*

(E9)

Há ainda que se considerar que, geralmente, os pais de crianças e adolescentes que trabalham, trabalharam também desde muito jovens e raramente

freqüentaram a escola. Ao ver muitos adultos desempregados ou subempregados, mesmo tendo estudo, consideram que é melhor que seus filhos aprendam um ofício além da escola, para não correrem o risco de ficar na mesma situação. Adolescentes tendem a acreditar que o trabalho valoriza-os diante de si próprios e de seus pais, permite-lhes adquirir uma independência financeira e psicológica e ajudar suas famílias, mesmo que essa aparente conquista tenha um preço um tanto quanto alto a pagar (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

O depoimento a seguir exemplifica esta questão:

*“Lá em casa, lá todo mundo começou a trabalhar muito cedo, meu pai começou a trabalhar aos oito, minha mãe aos 12... então o que acontece: eu acho que minha família pensa de mim como um pequeno vencedor... a gente tem que aprender a ser responsável desde cedo, cuidar das ... coisas da nossa família, acho que minha família pensa que eu [sou] um pequeno guerreiro...(E5).*

Quando o pai e a mãe trabalham, existe maior tendência para que os filhos também trabalhem. Isso pode ser interpretado como significando que o trabalho dos filhos é antes uma atividade complementar ao trabalho dos pais do que uma compensação pela ausência de trabalho destes. Esses dados sugerem que o trabalho de crianças e adolescentes, está associado a tradições específicas do trabalho, com raízes prováveis na cultura de imigrantes de origem italiana, alemã e japonesa, entre outros, e não às necessidades econômicas prementes ou condições de exploração extrema (SCHWARTZMAN, 2004).



O presente estudo evidenciou que de 66 adolescentes dos programas de iniciação ao trabalho de uma cidade do interior de Minas Gerais a maioria: era do sexo masculino, de cor branca, possuía 17 anos, estava no ensino médio e atrasada em relação à série que deveriam estar cursando.

A média de membros na família foi de cinco pessoas e a maioria apresentava renda familiar de um a três salários-mínimo.

Quanto ao tipo de trabalho atual, os adolescentes trabalhavam de 6 a 8 horas por dia, com salários variados dependendo do local e da carga horária diária. Realizam atividades administrativas ou guardas de trânsito; estavam no emprego de 7 a 12 meses.

Apenas nove adolescentes referiram ter sofrido AT (no trabalho atual ou anterior), alguns mais de uma vez principalmente em ocupações de pouco reconhecimento social.

Metade dos sujeitos já haviam trabalhado anteriormente, poucos com registro em carteira de trabalho, conforme prevê a legislação trabalhista. Este fato demonstra a informalidade do trabalho realizado pelos adolescentes e a sua invisibilidade perante a sociedade

Quanto aos benefícios e malefícios propiciados pelo trabalho sob a ótica do adolescente, as repercussões positivas foram o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e de comunicação, o desenvolvimento pessoal, intelectual e físico, a independência e a liberdade, a ocupação do tempo, as alterações biológicas, a ajuda à família e melhoria na condição de vida. As repercussões negativas foram: cansaço, preocupação, perda do convívio familiar e com amigos, riscos do trabalho e falta de tempo para estudos e lazer. O tempo foi um dos aspectos considerados positivo e também negativo.

Para a família, no entendimento do adolescente, seu trabalho significa apoio, aspecto financeiro e oportunidade.

A forma como o adolescente enxerga o trabalho é influenciada por diversos fatores. Entretanto, mesmo reconhecendo os aspectos negativos relacionados ao trabalho, os pontos positivos os superam. A partir desse olhar, entende-se que o trabalho pode ser benéfico, se forem obedecidos os limites de idade, horas trabalhadas e tipos de atividades, estabelecidos pela legislação, acrescido de acompanhamento de uma equipe multiprofissional no atendimento a saúde integral do adolescente.

Esta investigação contribui para ampliar o conhecimento existente referente ao assunto, aos profissionais da área da saúde e da enfermagem. Pode contribuir ainda no planejamento de programas de formação de adolescentes para a capacitação para o trabalho e ainda para ações preventivas quanto ao AT e doenças ocupacionais.

É importante que a enfermagem atenha-se a esta realidade, aprenda a obter informações adequadas sobre a situação vivenciada pelo adolescente trabalhador para poder orientar adequadamente as famílias sobre os agravos à saúde que podem acontecer às crianças e adolescentes que realizam tanto as atividades laborativas obrigatórias em suas casas como nos ambientes ocupacionais e valorizar os aspectos positivos que o trabalho traz a sua vida.

*REFERÊNCIAS*

---

ABRAMO, H. W. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

ABRAMOVAY, M.; WAISELFISZ, J.J.; ANDRADE, C.C.; RUA, M.G. **Gangues, galeras, chegados e rappers**: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ACIOLY FILHO, A. C. Fatos geradores e conseqüências do Trabalho Infantil. 2008. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=598> Acesso em: 29 out. 2008.

AGENCY FACTS. FACTS 24. Agência Européia para a segurança e a saúde no Trabalho. 2002. **Violência no trabalho**. Disponível em: <http://agency.osha.eu.int/publications/factsheets/24/factsheetsn24-pt.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2005

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. M.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A.M.M.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2001. p. 163-178.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.171 p.

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canvieira e os impactos sobre sua saúde. **Informações Econômicas**, v. 27, n. 6, p. 7- 16, jun. 1997.

ALMEIDA, A. F. F; HARDY, E. Vulnerabilidade de gênero para a paternidade em homens adolescentes. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 4, 2007 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102007000400010&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000400010&lng=&nrm=iso). Acesso em: 09 out 2008. doi: 10.1590/S0034-89102007000400010.

ALMEIDA, M. M. C.; AQUINO, E. M. L.; BARROS, A. P. Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006000700005&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000700005&lng=&nrm=iso). Acesso em: 28 out 2008. doi: 10.1590/S0102-311X2006000700005.

ALVES, C.; FORTUNA, C. M. M.; TORALLES, M. B. P. A aplicação e o conceito de raça em saúde pública: definições, controvérsias e sugestões para uniformizar sua utilização nas pesquisas biomédicas e na prática clínica. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 75, n. 1, p. 92-115, jan.-jun. 2005.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. **Rev. Bras. Educação**, São Paulo, n. 19, p. 87-98, 2002. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501908.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2007.



AMADOR, L. F. C. B. F.; AZEVEDO, A. N.; SAMPAIO, A. M.; NASCIMENTO, E. F. Relações trabalhistas no mundo atual: uma visão contemporânea das mudanças trabalhistas dos tempos recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1997, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, XXI ENANPAD, 1997. v. 11, n. 3, p. 1-15.

ANDRADE, M. M. M. Padrões temporais das expressões da sonolência em adolescentes. 1997. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ANDRADE, M. M. M.; MENNA-BARRETO, L. Diurnal variation in oral temperature, sleepiness and performance of high school girls. **Biol. Rhythm Res.**, v. 27, n. 3, p. 336-342, 1996.

ANKER, R. **Conceptual and research frameworks for the economics of child labour and its elimination**. Genebra: ILO, 2000. 48 p.

ANTUNES, R. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: GOMES, A. (Org.). **O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: A. Garibaldi, 2001.

ARTECHE, A. X.; BANDEIRA, D. R. Bem-estar subjetivo: um estudo com adolescentes trabalhadores. **Psico-USF**, v. 8, n. 2, p. 193-201, jul./dez. 2003.

ASMUS, C. I. R. F.; BARKER, S. L.; RUZANY, M. H.; MEIRELLES, Z. V. Riscos ocupacionais na infância e na adolescência. **J. Pediatria**, v. 72, n. 4, p. 203-208, 1996.

ASMUS, C. I. R. F.; RAYMUNDO, C. M.; BARKER, S. L.; PEPE, C. C. C. A.; RUZANY, M. H. Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000400018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 ago. 2008. doi: 10.1590/S1413-81232005000400018

AVANCINI, M. Menores criticam lei que os proíbe de trabalhar. **O Estado de São Paulo**, p. A9, 12 mar. 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004. 223p.

BARKER, M.; POWER, C.; ROBERTS, I. Injuries and the risk of disability in teenagers and young adults. **Arch. Dis. Childhood**, v. 75, n. 2, p. 156-158, Aug. 1996.

BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BELCHIOR, L. **Dois milhões de jovens vão à escola sem saber ler e escrever, mostra IBGE**. 24 Set 2008. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u448289.shtml> Acesso em: 28 out. 2008.

BINDER, M. C. P.; ALMEIDA, I. M. Acidentes do trabalho: acaso ou descaso? In: MENDES, R. **Patologia do trabalho**. São Paulo: Atheneu, 2003. v. 2, p. 769-808.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Adolescência: tornar-se jovem. In: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Introdução ao estudo de Psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva. 1989. p. 226-234.

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. 11ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, A. V. B.; ZANELLI, J. C. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Cap. 1, p. 24-62.

BOTELHO, S. M. N. **Prostituição de adolescentes: uma abordagem construída na adversidade da sociedade**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

BRASIL. **Portaria MTB nº 3.214, de 08 de junho de 1978**. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. 1978. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/legislacao/normas\\_regulamentadoras/default.asp](http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/default.asp) Acesso em: 20 fev. 2008.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei 8.213, de 24 de Julho de 1991**. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providencias. 1991. Disponível em: <[http://www.trt02.gov.br/Geral/tribunal2/Legis/Leis/8213\\_91.html](http://www.trt02.gov.br/Geral/tribunal2/Legis/Leis/8213_91.html)> Acesso em: 15 fev. 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1995. 206 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Diagnóstico preliminar dos focos de trabalho da criança e do adolescente no Brasil**. Brasília, out. 1996a.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde **Resoluções 196**. 1996b. Disponível em:<<http://conselho.saude.gov.br>> Acesso em: 07 jan. 2007

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB)**. 1996c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm). Acesso em: 27 out. 2008.

BRASIL. ANPED. **Parecer da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação sobre a proposta elaborada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação**. São Paulo: ANPED, dez. 1997.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O trabalho infantil no Brasil: situação atual e perspectiva de sua eliminação**. 1998. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/mdsg/textos/tarbin.p.htm> Acesso em: 01 março 2005

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2002a. Disponível em: <http://www.metecbo.gov.br>> Acesso em 30 mai. 2008.

BRASIL. Grupo Técnico para Elaboração de Propostas de Políticas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda. **Adolescência, escolaridade, profissionalização e renda**. Brasília, 2002b. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/adol.pdf> Acesso em: 27 out. 2008.

BRASIL. **Convenção da OIT**. Brasília: MTE, SIT, 2002c. 62 p. Disponível em:<[http://www.mte.gov.br/seg\\_sau/pub\\_cne\\_convencoes\\_oit.pdf](http://www.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_convencoes_oit.pdf)> Acesso em: 07 jan. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). **Trabalho infantil no Brasil 2001**. Brasília, 2003.

BRASIL. Decreto n.º6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. **Casa Civil**. 2008a Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm) Acesso em 17 out. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Emprego e Renda. **Salário Mínimo**. 2008b. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/sal\\_min/default.asp](http://www.mte.gov.br/sal_min/default.asp) Acesso em 25 out 2008.

CALIL, V. L. L. **Terapia familiar e do casal**. São Paulo: Summus, 1987.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estud. Psicol (Natal)**, v. 6, n. 2, p.227-233, jul.-dez. 2001.

CAMPOS, R.; FRANCISCHINI, R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano **Psicol. em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2003.

CARMO, J. C.; ALMEIDA, I. M.; BADINTER, M. C. P.; SETTIMI, M. M. Acidentes de trabalho. In: MENDES, R. (org.) **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995. Cap. 18, p. 431-455.

CARMO, P. S. **A ideologia do trabalho**. 9.ed. São Paulo: Moderna, 1992.

CASTELLA SARRIERA, J.; SILVA, M. A.; KABBAS, C. P.; LOPES, V. B. Formação da identidade ocupacional em adolescentes. **Estudos de Psicol.**, v. 6, n. 1, p. 27-32, 2001.

CASTELLA SARRIERA, J.; PARADISO, A. C.; MOUSQUER, P. N. ;MARQUES,L.F. ; HERMEL, J.S. ; COELHO, R.P.S. Significado do tempo livre para adolescentes de classe popular. **Psicol. cienc. prof.** ,v. 27, n. 4, p. 718-729, dic. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007001200012&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200012&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 1414-9893. Acesso em: 02 Nov 2008.

CÂMARA, S. G. **Comportamentos de risco na adolescência**: enfrentamento violento, conduta sexual de risco e consumo de drogas ilegais. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CASTRO, C. M. O ensino médio: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362008000100008&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000100008&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 28 out 2008. doi: 10.1590/S0104-40362008000100008.

CERATTI, L.; VIEIRA, J. L.; NEVES, J. R. L. L.; BRITO, T. C.; ARAUJO, C. M. G. O sentido do trabalho para adolescentes participantes do projeto menor aprendiz. In: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 6. Florianópolis, 16 a 19 de Maio de 2007. **Anais...** Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [http://www.sepex.ufsc.br/anais\\_6/trabalhos/172.html](http://www.sepex.ufsc.br/anais_6/trabalhos/172.html). Acesso em: 26 set. 2008.

CHAVES, E. S. Significações atribuídas ao cotidiano pelo adolescente pobre. **Rev. Bras. Crescimento e Desenvolv. Humano**, v. 11, n. 1, p. 71-85, 2001.

CHILLIDA, M. S. P.; COCCO, M. I. M. Saúde do trabalhador & terceirização: perfil de trabalhadores de serviço de limpeza hospitalar. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692004000200018&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000200018&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 26 out 2008. doi: 10.1590/S0104-11692004000200018.

CHIMIN JUNIOR, A. B.; ROSSI, R. Dimensão espacial da vulnerabilidade dos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei para práticas infracionais na área urbana da cidade de Ponta Grossa – PR. In: **Fazendo Gênero 8 – Corpo Violência e Poder**. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em:

[www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST24/Chimin Jr-%20Rossi\\_24.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST24/Chimin_Jr-%20Rossi_24.pdf) Acesso em: 29 out. 2008.

COHN, A.; MARSIGLIA, R. G. Processo e organização do trabalho. In: ROCHA, E. L.; RIGOTTO, R. M.; BUSCHINELLI, J. T. P. **Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1994. p. 56-108.

COLBARI, A. L. **A ética do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Letras & Letras, 1995.

COSTA, J. R. A.; LIMA, J. V. Estratégias para o enfermeiro enfrentar o stress em seu trabalho com portador de transtorno mental. **Rev. Gaúch. Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 325-335, dez. 2003.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. O trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 437-441, abr.jun. 1998.

CUNHA, A. S. O trabalho infantil livre em Mariana na primeira metade do século XIX. S.d. Disponível em: [http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h11\\_1.doc](http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h11_1.doc) Acesso em: 07 jan. 2008.

DAUSTER, T. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 82, p. 31-36, ago. 1992.

DELA COLETA, J. A.; SILVA, L. H. L. M.; FREITAS, L.; PETERS, L. R. As causas dos acidentes de trabalho para operários acidentados e não acidentados, chefias e supervisores de segurança. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, Brasília, v. 53, n. 14, p. 42-51, 1986.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000a.

DE MASI, D. **O ócio criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000b. 319 p.

DEL PRIORI, M. (Org). **História das crianças no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DEJOURS, C. A carga psíquica no trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 21-32.

DENEGRI, M. **El desarrollo del concepto de dinero**: su función, acuñación y circulación. 1995. Tesis (Doctoral) - Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). O trabalho tolerado de crianças até catorze anos. **Estudos e Pesquisas**, v.16, n. 193, p. 6-20, abril 1997.

DERRIEN, J. M. **A fiscalização do trabalho e o trabalho infantil**. 2 ed. Brasília: OIT, 1993.

DIENER, E. Subjective well-being in cross-cultural perspective. In: GRAD, H. (Org.). **Key issues incross-cultural psychology: selected papers from the twelfth International Congress of the International Association for Cross-Cultural Psychology** Champaign-Urbana, IL, 1996. p. 319-331.

DOMINGUES, C. M. A. S.; ALVARENGA, A. T. Identidade e sexualidade no discurso adolescente. **Rev. Bras. Crescimento e Desenvol. Humano**, v. 7, n. 2, p. 32-68, 1997.

DUARTE, P. C. A. V. Redes sociais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional Antidrogas. (Orgs.). **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Brasília: UnB, 2006. p. 156-161.

DUMAZEDIER, J. Trabalho e lazer. In: FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. v. 2, p. 397-427.

DUPAS, G. Economia global e exclusão social. **O Estado de São Paulo**, 2 abr. 1999. PB4.

EUROGIPINFO. La violence au travail dans le pays de l'union: une réalité à prendre au sérieux. **Rev. sur la Prévention des Risques Professionnels en Europe**, n. 20, Paris, 1998. Disponível em: <<http://www.inrs.fr/INRS-PUB/inrs01.nsf>>. Acesso em: 15 nov. 2005.

FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G.; DALL'AGNOL. M.; MAIA, M. F. S. Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 953-961, 2003.

FAMÍLIA é responsável por 70% do desempenho escolar. 30 de outubro de 2008. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/geral/not\\_ger269449,0.htm](http://www.estadao.com.br/geral/not_ger269449,0.htm) Acesso em: 30 out. 2008.

FASSA, A. C. G.; FACCHINI, L. A.; DALL'AGNOL, M. M.; CHRISTIANI, M. D. Child labor and health: problems and Perspectives. **Int. J. Occup. Environ. Health**, v. 6, n. 1, p. 55-62, 2000.

FAUSTO A.; CERVINI, R. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERNANDES, A. C. P. **O trabalho do adolescente como aprendiz na cidade de Campinas, Estado de São Paulo**. 2008. 139 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FERRÃO, M.E.; BELTRÃO, K.I.; SANTOS, D.P. **Política de não-repetência e a qualidade da educação: evidências obtidas na modelagem dos dados da 4ª série do Saeb-99**. 2001. Brasília: MEC/INEP, 2002.

FERREIRA, M. A F.; VALENZUELA, M. C. **Estudo epidemiológico dos acidentes do trabalho em Porto Alegre: relatório final de pesquisa, financiamento FAPERG**. Porto Alegre: Escola de Saúde Pública, 1998.

FERREIRA, M. A. F. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. **Estudos Psicol.**, v. 6, n. 2, p. 213-225, 2001.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores-fiscais da Previdência Social Brasileira**. Brasília: Ler, Pensar, Agir. 2003.

FERRETTI, C. J.; MADEIRA, F. R. Educação/Trabalho: reinventando o passado?. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, nº 80, p. 75-86, 1992.

FERRO, A. R. **Avaliação dos impactos do programa Bolsa Escola no trabalho infantil no Brasil**. 2004. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

FISCHER, F. M.; OLIVEIRA, D. C.; TEIXEIRA, L. R.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; AMARAL, M. A. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. **Ciênc. Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 2003a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232003000400019&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400019&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Out 2008. doi: 10.1590/S1413-81232003000400019.

FISCHER, F. M.; MARTINS, I. S.; OLIVEIRA, D. C.; TEIXEIRA, L. R.; LATORRE, M. R.; COOPER, S. P. Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 351-356, jun. 2003b.

FISHMAN, H. C. **Terapia estrutural intensiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FITZGERALD, S. T.; LAIDLAW, A. D. Adolescents and work risks and benefits of teenage employment. **Am. Assoc. Occup. Health Nurses J.**, v. 43, p. 185-189, 1995.

FORASTIERI, V. **Children at work: health and safety risks**. Geneva (Ss): International Labour Office, 1997. 138 p.

FRANKLIN, R. N.; PINTO, E. C. M. M.; LUCAS, J. T.; LINNÉ, M.; PEIXOTO, R. SAUER, M. T. N.; SILVA, C. H.; NADER, P. J. H. O trabalho precoce e riscos à saúde. **Adolesc. Latinoam.**, v. 2, n. 2, p. 80-89, mar. 2001. Disponible en: <[http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-71302001000200004&lng=es&nrm=iso](http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000200004&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 1414-7130. Acceso em: 28 Octubre 2008.

- FURTH, H. **The Word of grown-ups. Children's conceptions of society.** Nueva York: Elsevier North Holland, 1980.
- GALLI, R. **The economic impact of child labour.** Genebra: ILO. Decent Work Research Programme, 2001. 26 p.
- GARAVELLO, E. T. A.; MARQUES, M. M. C.; FONSECA, M. C. A.; KLEMENC, M. O trabalho do adolescente e a sua relação com o aproveitamento escolar e a saúde. **Rev. Bras. Saúde Ocupacional**, v. 99/100, p. 109-119, 2001.
- GHARAIBEH, M.; HOEMAN S. Health hazards and risks for abuse among child labor in Jordan. **J. Pediatric Nurs.**, v. 18, n. 2, p. 140-147, Apr. 2003.
- GIRARD, C. F. N. **Dossiê: globalização e trabalho, perspectivas de gênero.** Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 52 p.
- GOMES, S. M. T. A. O adolescente e a força de trabalho. **J. Pediatr.**, Rio de Janeiro, n.64, v.4, p.139-142, abr. 1988.
- GONÇALVES, C. M.; COIMBRA, J. Como construir trajetórias de vida em tempos de caos e imprevisibilidade. In: SÁNCHEZ, A. R.; FERNÁNDEZ, M. V. (Eds.). O reto da convergência dos sistemas formativos e a melhora da qualidade da formação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GALICIA E NORTE DE PORTUGAL DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO, 1. **Actas.** Santiago de Compostela, 2000.
- GONÇALVES, P. F. **O trabalho como experiência moral: significados e expectativas subjacentes à inserção de crianças, adolescentes e responsáveis no PETI/Ipatinga-MG.** 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.
- GONÇALVES, R. O trabalho infantil e a Agenda social. **Rev. do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 221-240, jun. 1997.
- GONÇALVES-OLIVEIRA, B. R. **O adolescente trabalhador: determinantes e repercussões do trabalho precoce de um grupo de jovens de Cascavel – Paraná.** 1999. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999.
- GOUVEIA, A. J. O trabalho infantil do menor: necessidade transfigurada em virtude. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, p. 55-62, fev. 1983.
- GRAITCER, P. I.; LERER L. B. **Child labor and health: quantifying the global health impacts of child labor.** Washington: The World Bank, 1998.
- GREENBERGER, E.; STEINBERG, L.; VAUX, A. Adolescents who work: health and behavioral consequences of job stress. **Develop. Psychol.**, v. 17, n. 6, p. 691-703, 1981.
- HANSEN, D.; JARVIS, P. Adolescent employment and psychosocial outcomes. **Youth Soc.**, v. 31, n. 4, p. 417-436, 2000.



HOELZEL, F. **O trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul.** 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Crianças e adolescentes: indicadores sociais, 1997.** Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). s.d. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 28 out. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). PNAD 2007. Primeiras Análises. Mercado de Trabalho. Trabalho Infantil. Previdência. Volume 2. 30 de setembro de 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado\\_presidencia/08\\_09\\_30\\_Pnad\\_PrimeirasAnalises\\_N10MT.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_09_30_Pnad_PrimeirasAnalises_N10MT.pdf). Acesso em: 01 nov. 2008.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Introduction to violence at work. SafeWork-Violence at work,** 2002. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/violence/index.htm>. Acesso em: 15 nov. 2005.

IRIART, J.; OLIVEIRA, R. P.; XAVIER, S.; ARAÚJO, G.; COSTA, A. **Trajetórias ocupacionais e percepção da informalidade entre empregadas em serviços domésticos: relatório de pesquisa.** Salvador: I Oficina sobre Trabalho Informal e Saúde/Instituto de Saúde Coletiva/Ministério da Saúde, Coordenação de Saúde do Trabalhador, Universidade Federal da Bahia, 2002.

JACOBINA, O. M. P.; COSTA, L. F. "Para não ser bandido": adolescentes em conflito com a lei e trabalho. **Cad. Psicol. Social do Trabalho**, v. 10, n. 2, p. 95-110, dez. 2007.

KASSOUF, A. L. **Legislação, trabalho e escolaridade dos adolescentes no Brasil.** Brasília: OIT, 2004. 84 p.

LANCMAN, S.; SNELWAR, L. I. **Christophe Dejours. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. 346 p.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I.; UCHIDA, S.; UACEK, T.A. O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. **Interface**, Botucatu, v. 11, n. 21, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832007000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 out. 2008. doi: 10.1590/S1414-32832007000100008

LANDIGRAN, PJ; POLLACK, SH.; GODBOLD, JG; BELVILLE, R. Occupational Injuries: epidemiology, prevention, treatment. In: CHRISTOPFFEL, K. K.; RUNYAN, C. W. **Adolescent medicine. Occup. Injuries: epidemiology and prevention**, v. 6, n. 2, p. 207-214, 1995.

LARAQUI, C.H. ; CAUBET, A. ; LARAQUI, O. ; BELAMALLEM, I. ; HAROURATE, K. ; CURTES, J.P. ; VERGER, C. Child labor in the artisan sector of Morocco: determinants and health effects. **Sante Publique**, v. 12, n. 1, p. 31-43, Mar. 2000.

LASSANCE, M. C.; SPARTA, M. A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Rev. Bras. Orientação Profissional**, v. 4, n. 1/2, p. 13-19, 2003.

LAVRADOR, M. A. S.; ROBAZZI, M. L. C. C.; CANO, M. A. T.; XELEGATI, R.; SALVARANI, F. A.; SILVEIRA, R. C. P.; JULIÃO, F. S. Acidentes ocupacionais entre crianças da rede pública de ensino da cidade de Ribeirão Preto (SP), Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA REGIÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE BIOMETRIA, 44.; SIMPÓSIO DE ESTATÍSTICA APLICADA À EXPERIMENTAÇÃO AGRONÔMICA, 8. Botucatu (SP), 1999. **Programas e resumos**. Botucatu: Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria (RBRAS), Departamento de Bioestatística do Instituto de Biociências, 1999. p. 198.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (Orgs.). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2000. p. 11-35.

LIMA, M. B.; RIBEIRO, D. F. Vivências do trabalho infantil na realidade de um bairro de trabalhadores informais de uma cidade industrial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA E IX SEMANA DE PSICOLOGIA, 3. **Anais.....** 18 a 21 setembro de 2007. Disponível em: <http://www.unifran.br/neic/admin/arquivos/Marilia.pdf> Acesso em: 13 out. 2008.

LIMA, M.I.M.; CAMARA, V.M. Uma metodologia para avaliar e ampliar o conhecimento de adolescentes do ensino fundamental sobre acidentes de trabalho. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, Feb. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2002000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000100012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 Nov. 2008. doi: 10.1590/S0102-311X2002000100012.

LIMA, A. C. O valor social das crianças: um estudo sobre as definições de trabalho infantil legítimo e ilegítimo entre crianças de baixa renda de Campinas. In: JORNADA DE JOVENS PESQUISADORES DA AUGM, 14. **Anais...** 13 a 15 de setembro de 2006. p. 316.

LIMA, M. I. M. **Saúde e trabalho no ensino fundamental: construção de um programa pelos professores**. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LIMA, S. A. G. Impacto precoce do trabalho infantil. 29 set. 2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/29/20/2920>. Acesso em: 07 jan. 2008.

LISBOA, M. D. Orientação profissional e o mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H. P. (Orgs.). **Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e**

instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 33-49.

LISBOA, T. K. Um olhar por baixo do tapete: mulheres terceirizados. **Mulher e Trabalho**, p. 161-168, 2004.

LOBATO, C. R. P. S. O significado do trabalho para o adulto jovem no mundo do provisório. **Rev. Psicol. da UnC**, v. 1, n. 2, p. 44-53, 2004. Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2004/revistas/psicologia/2/22.pdf> Acesso em: 13 out. 2008.

LOPES, J. L.; SOUZA, E. L. C.; PONTILI, R. M. Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná. 2006. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/janetelopesedicleiasouzaerosangelapontili.pdf> Acesso em: 27 out. 2008.

LOYOLA, C. Sexualidade do adolescente. In: CAVALCANTI, R. (Coord.). **Saúde Sexual e reprodutiva: ensinando a ensinar**. Brasília: CESEX, 1990. 443 p.

MACHADO, M. R. A evasão nos cursos de agropecuária, agroindústria, agrimensura e informática da escola agrotécnica federal de inconfidentes-mg, no período de 2002 a 2006. 2007. Disponível em: <http://aprender.unb.br/blog/index.php?filtertype=site&filterselect=0&blogpage=13> Acesso em: 02 nov. 2008.

MADEIRA, F. R. Pobreza, escola e trabalho. Convicções virtuosas, conexões viciosas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-83, jan./mar. 1993.

MARCELLO, M.; ISHIKAWA, N. K.; ONESTI, L. A. Trabalho do menor: um olhar diferente. **Terra e Cultura**, ano 19, nº 36, 2003. Disponível em: [http://web.unifil.br/docs/revista\\_eletronica/terra\\_cultura/36/Terra%20e%20Cultura\\_36-8.pdf](http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/36/Terra%20e%20Cultura_36-8.pdf). Acesso em: 29 out. 2008.

MARQUES, V. R. B. Stories of hygienization through labour: children from Paraná in the XIXth century. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 59, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622003000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 jan. 2008. doi: 10.1590/S0101-32622003000100005

MARTINS, J. T.; ROBAZZI, M. L. C. C. Sentimentos de prazer e sofrimento de docentes na implementação de um currículo. **Rev. Gauch. Enfermagem**, v. 27, n. 2, p. 284-290, jun. 2006. Disponível em: [http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69332006000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69332006000200016&lng=pt&nrm=iso). ISSN 0102-6933. Acesso em: 30 out. 2008.

MATHEWS, R.; REIS, C.; IACOPINO, V. Child labor. A matter of health and human rights. **J. Ambulatory Care Manage.**, v. 26, n. 2, p. 181-182, Apr.-Jun. 2003.

- MATTOSO, J. E. Desemprego e relações de trabalho. **O Estado de São Paulo**, 15 fev. 1996. p.A2.
- MAURO, M. L. F.; GIGLIO, J. S.; GUIMARÃES, L. A. M. Saúde mental do adolescente trabalhador. In: GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S. (Orgs.). **Série saúde mental e trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. v. 1, p. 109-127.
- MELLO JORGE, M. H. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M. F. (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: EDUSP, 2002. 313 p.
- MELO, A. I. S. C.; ALMEIDA, G. E. S.; MATTOS, U. A. O. Na corda bamba do trabalho precarizado: a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 195-215.
- MENDES, A. M.; CRUZ, R. M. Trabalho e saúde no contexto organizacional: vicissitudes teóricas. In: TAMAYO, A. (Org.). **Cultura e saúde nas organizações** Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 39-55.
- MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **PsicoUSF**, v. 6, n. 1, p. 39-46, jun. 2001. Disponível em: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712001000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712001000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 nov. 2008.
- MENDES, A. M. B.; SILVA, R. R. Prazer e sofrimento no trabalho dos líderes religiosos numa organização protestante neopentecostal e noutra tradicional. **PsicoUSF**, v. 11, n.1, p. 103-112, jun. 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712006000100012&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712006000100012&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 1413-8271. Acesso em: 30 Outubro 2008.
- MENDES, R. Conceito de patologia do trabalho. In: Mendes, R. **Patologia do Trabalho**. São Paulo: Atheneu, 003. v. 1, p. 119.
- MIELNIK, I. O adolescente, a escola e o trabalho. **Pediatria Moderna**, v. 23, n. 8, p. 278-291, 1987.
- MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-ABRASCO, 1996.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.
- MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z. V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, v. 13, supl. 2, p. 135-140, 1997.
- MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicol. Soc.**, v. 19, n. spe, p. 47-56, 2007.

MUNSCHI, K.; PARKER, D. L.; BANNERMAN-THOMPSON, H.; MERCHANT, D. Causes, nature, and outcomes of work-related injuries to adolescents working at farm and non-farm jobs in rural Minnesota. **Am. J. Industrial Med.**, v. 42, n. 2, p. 142-149, Aug. 2002.

NAVARRO, V.L. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392003000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 dec 2008. doi: 10.1590/S0102-88392003000200005.

OLIVEIRA, B. R. G.; ROBAZZI, M. L. C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 83-89, 2001.

OLIVEIRA, D.; GOMES, A. M. T.; BENITE, A. M.; VALOIS, B. R. G. Cotidiano e adolescência: representações e práticas de trabalho, escola, relacionamentos interpessoais e futuro. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 182-190, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-35522006000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-35522006000200005&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-3552 Acesso em: 13 out. 2008.

OLIVEIRA, D. C.; FISCHER, F. M.; MARTINS, I. S.; TEIXEIRA, L. R.; SÁ, C. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. **Estud. Psicol. (Natal)**, Natal, v. 6, n. 2, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2001000200012&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2001000200012&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 31 ago 2008. doi: 10.1590/S1413-294X2001000200012

OLIVEIRA, D. C.; FISCHER, F. M.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; GOMES, A. M. T. Teorias do senso comum sobre o trabalho do adolescente em São Paulo e Rio de Janeiro – Brasil. **Ciên, Cuid Saúde**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 135-146, maio/ago. 2006.

OLIVEIRA, D. C.; FISCHER, F. M.; AMARAL, M. A. I.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; SÁ, C. P. A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722005000100017&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000100017&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 09 out 2008. doi: 10.1590/S0102-79722005000100017

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**: os 10 anos do IPEC no Brasil. Brasília: OIT, 2003. 262 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **A eliminação do trabalho infantil**: um objetivo ao nosso alcance. SUPLEMENTO – BRASIL RELATÓRIO GLOBAL – 2006. 2006. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/info/download/GR\\_2006\\_Suplemento\\_Brasil.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/info/download/GR_2006_Suplemento_Brasil.pdf)> Acesso em: 07 jan. 2008.

PARADA, F.; CASTRO, G.; COIMBRA, J. L. Portuguese adolescents work associated meanings: an exploratory study. 6th Biennial Conference of the EARA, Budapest, June the 3rd to 7th, 1998.

PEREIRA, I.; CARVALHO, M. C. B.; CALIL, M. I.; MESTRINER, M. L. O trabalho do adolescente: mitos e dilemas. Brasília: Ministério do Trabalho, FUNDACENTRO, 1997. Cad. Ação, 62 p.

PEREIRA, S. E. N. F.; SUDBRACK, M. F. O. Avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco. In: SUDBRACK, M. F. O.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; SEIDL, E. M. F.; SILVA, M. T. (Orgs.). **Adolescentes e drogas no contexto da Justiça**. Brasília: Plano Editora, 2003. v. 1, p. 167-190.

POCHMANN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. 2007. Disponível em: <http://www.cursodeveraofortaleza.com.br/2007/Textos/Situa%E7%E3o%20do%20Jovem%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf> Acesso em: 28 out. 2008.

REZENDE, M. P. O impacto no trabalho precoce na adolescência: um estudo de Enfermagem. 2008. 113 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

RIBEIRO, C. V. S.; LEDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estud. Pesqui. Psicol.**, v. 4, n. 2, dez. 2004. Disponível em: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812004000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 out. 2008.

RIGOTTO, R. M. Saúde dos Trabalhadores e Meio Ambiente em tempos de globalização e reestruturação positiva. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, Brasília, v. 25, n. 93/94, p. 9-20, 1998.

ROBAZZI, M. L. C. C.; CANO, M. A. T.; FÁVERO, M. O trabalho da criança e do adolescente no Brasil: acidentes ocupacionais e programas de prevenção existentes. **Rev. Bras. Saúde Escolar**, v. 4, p. 57-59, 1996.

ROBAZZI, M. L. C. C.; MARZIALE, M. H. P. Alguns problemas ocupacionais decorrentes do trabalho de enfermagem no Brasil. **Rev. Bras. Enfermagem**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 331-338, jul./set. 1999.

RUNYAN C. W.; ZAKOCS, R. C. Epidemiology and prevention of injuries among adolescent workers in the United States. **Ann. Rev. Public Health**, v. 21, p. 247-269, 2000.

RUZANY, M. H. **Saúde do adolescente**: um desafio ético. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

SABOIA, A. L.; SOARES, B. C.; KAPPEL, D. B. Adolescentes e jovens no Brasil: escolarização e inserção no mercado de trabalho. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, 24 setembro 2004. **Anais...** Caxambú-MG: ABEP, 2004.

SABOIA, J. Trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90. **Cad. Políticas Sociais**, UNICEF, n. 3, out. 1996.

SANTANA, V.; ITAPARICA, M.; AMORIM, A. M.; ARAÚJO FILHO, J.B.; ARAÚJO, G.; OLIVEIRA, M.I; COOPER, S. Acidentes de trabalho não fatais em adolescentes. **Cadernos Saúde Pública**, v.19, n.2 p.407-420, mar./abr. 2003.

SANTANA, V. S.; OLIVEIRA, R. P. Health and work in the construction industry in an urban area of Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2004000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2008. doi: 10.1590/S0102-311X2004000300017

SARRIERA, J. Aspectos psicossociais do desemprego juvenil: uma análise a partir do fracasso escolar para intervenção preventiva. **Psico**, v. 24, n. 2, p. 23-39, 1993.

SCANLON, T. J.; PRIOR, V. ; LAMARAO, M.L. ; LYNCH, M.A. ; SCANLON, F. Child labour. **Br. Med. J.**, v. 325, n. 7, p. 401-403, 2002.

SCHWARTZMAN, S. Trabalho infantil no Brasil. - Brasília: OIT, 2001.

SCHWARTZMAN, S. Tendências do trabalho infantil no Brasil de 1992 e 2002. Brasília: OIT, 2004.

SEGOND, P. Família e transgressão. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 8, suplemento, p. 433-445, 1992.

SELIGMANN-SILVA, E. **O desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

SILVA, N. D. V. **Jovens brasileiros: o conflito entre estudo e trabalho e a crise do desemprego**. 2001. 134 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

SILVA, S. M. **Informações sobre direitos, responsabilidades, deveres e benefícios de trabalhadores de enfermagem de hospitais de Recife-PE**. 2005. 178 f Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

SILVEIRA, C. A.; ROBAZZI, M. L. C. C.; MARZIALE, M. H. P. Registros hospitalares sobre acidentes de trabalho entre trabalhadores de serviços gerais. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 261-267, 2003.

SILVEIRA, C. A.; ROBAZZI, M. L. C. C.; WALTER, E. V.; MARZIALE, M. H. P. Acidentes de trabalho na construção civil identificados através de prontuários hospitalares. **Rev. Esc. Minas**, Ouro Preto, v. 58, p. 39-44, 2005.

SILVEIRA, C.; AMARAL, C.; CAMPINEIRO, D. Trabalho infantil: examinando o problema, avaliando estratégias de erradicação. 2000. Disponível em: [http://www.iets.org.br/article.php3?id\\_article=483](http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=483) Acesso em: 29 out. 2008.

SILVEIRA, R. C. P. **As crianças e os adolescentes acidentados no trabalho e atendidos em uma Unidade Distrital de Saúde em Ribeirão Preto (SP)**. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

SILVEIRA, R. C. P. **Repercussões do trabalho no aproveitamento escolar de crianças e adolescentes: retrato de uma realidade**. 163f. 2008. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, R. C. P.; ROBAZZI, M. L. C. C. **Acidentes de trabalho entre menores de idade atendidos em um hospital-escola da cidade de Ribeirão Preto – SP**. Ribeirão Preto, 2000. Projeto de Pesquisa financiado pela FAPESP. Processo nº. 98/13195– 2000.

SILVEIRA, R. C. P.; ROBAZZI, M. L. C. C. Acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes atendidos pelo setor público de saúde, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cienc. Enferm.**, Chile, v. 9, n. 2, p. 43-55, 2003.

SILVEIRA, S. C. A família é para todos? A perspectiva de meninos institucionalizados. In: WAGNER, A. (Coord.). **A família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 54-74.

SOARES, M. Infância perdida. **Revide**, Ribeirão Preto, ano 9, n. 5, p. 25-29, dez. 1995.

SOUSA, A. C. G.; BRANDAO, S. N. Como é ser adolescente do sexo feminino na periferia?. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 28, n. 1, p. 82-97, mar. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932008000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100007&lng=pt&nrm=iso). ISSN 1414-9893. Acesso em: 31 out. 2008.

SOUSA, P. M. L. **Desenvolvimento moral na adolescência**. 2006. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0296.pdf> Acesso em: 31 out. 2008.

SOUZA, P. N. P. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1997.

SOUZA, S. A. G. P. A declaração dos direitos da criança e a convenção sobre os direitos da criança. Direitos humanos a proteger em um mundo em guerra. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2568> Acesso em: 07 jan. 2008.

SUHAREVA, L. M.; SABALOV, V. P. Establishment of standards for convection heat and radiant heat to which young workers are exposed. **Gigiena e Sanitarija**, v. 6, p. 33-36, 1973.



- SURUDA, A.; PHILIPS, P.; LILLQUIST, D.; SESEK, R. Fatal injuries to teenage construction workers in the US. **Am. J. Industrial Med.**, v. 44, n. 5, p. 510-514, nov. 2003.
- THAME, A. C. M. **Acidente de trabalho: um péssimo negócio**. Piracicaba: Cedimat, 1992.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 41-48.
- VEIGA, J. P. C. **A questão do trabalho infantil**. São Paulo: ABET, 1998.
- VINGILIS, E.; TERRANCE, J. W.; ADLAF, E. What factors predict student self-rated physical health? **J. Adolesc.**, v. 21, p. 83-97, 1998.
- VINHA, D.; CAVALCANTE, J. A.; ANDRADE, M. M. M. Sleepwake patterns of student workers and non-workers. **Biol. Rhythm Res.**, v. 33, n. 4, p. 417-426, 2002.
- WACH, M. Risk values in cross-cultural perspective. **Cad. Consulta Psicológica**, v. 13/14, p. 87-92, 1997.
- WAGNER, A.; RIBEIRO, L.; ARTECHE, A.; BORNHOLDT, E. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 1, p. 147-156, 1999.
- WATARAI, F. **Trabalhadores adolescentes do sexo masculino: família, trabalho, escola, violência**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.
- WATARAI, F.; ROMANELLI, G. Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares.. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. **Proceedings online...** Available from: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000200089&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200089&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 29 out. 2008.
- WELLER, N. F.; COOPER, S. P.; TORTOLERO, S. R.; KELDER, S. H.; HASSAN, S. Work-related injury among south Texas middle school students: prevalence and patterns. **Southern Med. J.**, v. 96, n. 12; p. 1213-1220, Dec. 2003.
- WHITE, L.; O'DONNELL, C. Working children and accidents: understanding the risks. **Child: Care, Health and Develop.**, v. 27, n. 1, p. 23-34, Jan. 2001.
- WOOLF, A. D. Health hazards for children at work. **J. Toxicol.- Clin. Toxicol.**, v. 40, n. 4, p. 477-482, 2002.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Children at work: special health risks**. Report of a WHO Study Group. Geneva: WHO, 1987. (Technical Report Series, 765).
- WÜNSCH FILHO, V. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. **Cad. Saúde Pública**, v. 15, n. 1, p. 41-52, jan. 1999.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê**: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA, 2002. 93 p.

ZAHER, V.L.; SILVA, L.V.; LEAL, M.M. Saúde e trabalho. In: SAITO, M. I.; SILVA, L. E. V. **Adolescência**: prevenção e risco. São Paulo: Atheneu, 2000. p. 187-198.





PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
 Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação  
 Comitê de Ética em Pesquisa - CEP  
 Av. Dom José Gaspar, 500 - Fone: 3319-4517 - Fax: 3319-4517  
 CEP 30535.610 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil  
 e-mail: [cep.proppg@pucminas.br](mailto:cep.proppg@pucminas.br)

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**N.º Registro CEP: CAAE -0186.0.213.000-08**

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que estudará o Trabalho do Adolescente e a forma como os adolescente vêm o trabalho. Você foi selecionado por que é pai/mãe ou responsável pelo menor: \_\_\_\_\_, se encaixa nos itens de inclusão, e sua participação não é obrigatória. O objetivo do projeto é investigar os benefícios ou malefícios que o trabalho pode trazer ao adolescente que trabalha.

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em permitir que o menor: responda a perguntas sobre o trabalho dele.

Este estudo não apresenta riscos ou prejuízos a você, sua família ou qualquer outra pessoa. Espera-se que, como resultado deste estudo, você possa obter uma melhora do seu estado de saúde e uma melhor convivência social.

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo.

A sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa.

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição.

Você também pode ser desligado do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações:

- (a) você não siga adequadamente as orientações do estudo;
- (b) o estudo termine.

Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar o pesquisador que esteja atendendo-o.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz Rios Ricci, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31) 3319-4517 ou e-mail [cep.proppg@pucminas.br](mailto:cep.proppg@pucminas.br).

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Nome do pesquisador: Cristiane Aparecida Silveira  
 Endereço: Av. Padre Francis Cletus Cox, 1661- Jardim Country Club  
 Poços de Caldas – MG Telefone: (35) 37299291

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento para o menor \_\_\_\_\_ sob a minha responsabilidade para participar deste estudo.

**Nome do responsável** \_\_\_\_\_

**Assinatura do participante ou representante legal** \_\_\_\_\_ **Data** \_\_\_\_\_

Obrigada pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

\_\_\_\_\_  
**CRISTIANE APARECIDA SILVEIRA**

APÊNDICE

[ Código de identificação:

Instrumento de Coleta de Dados

A) Dados de identificação:

Idade: \_\_\_\_\_ Data. Nasc. \_\_\_\_\_ Bairro onde mora \_\_\_\_\_

Estuda: 1. ( ) Não 2. ( ) Sim. Série: ( ) Local: \_\_\_\_\_

Sexo:

- 1. ( ) F
- 2. ( ) M

Etnia:

- 1. ( ) branco
- 2. ( ) pardo
- 3. ( ) afro-descendente
- 4. ( ) indígena
- 5. ( ) outros

B) Dados da família:

Quantas pessoas moram com você:

- 1. Irmãos: \_\_\_\_\_
- 2. Pai: \_\_\_\_\_
- 3. Mãe: \_\_\_\_\_
- 4. Avôs: \_\_\_\_\_
- 5. Outras: \_\_\_\_\_

Você tem filhos?

- 1. ( ) Sim 2. ( ) Não Se sim, quantos? \_\_\_\_

Faixa de renda familiar:

- 1. ( ) Até 1 Salário Mínimo:
- 2. ( ) de 1 a 3 Salários Mínimos:
- 3. ( ) de 3 a 5 Salários Mínimos:
- 4. ( ) Acima de 5 Salários Mínimos
- 5. ( ) Não sabe informar

C) Dados sobre o trabalho:

Local de trabalho: \_\_\_\_\_ Número de horas trabalhadas por dia: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo trabalha nesse local? \_\_\_\_\_ Salário: \_\_\_\_\_

Já trabalhou em algum lugar anteriormente? ( ) Sim ( ) Não Registrado em carteira? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, por quanto tempo: \_\_\_\_\_ Que atividade fazia? \_\_\_\_\_

Já sofreu algum acidente de trabalho? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quantas vezes?: \_\_\_\_\_ Que atividade fazia? \_\_\_\_\_

Já ficou doente por causa do trabalho? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quantas vezes?: \_\_\_\_\_ Que atividade fazia? \_\_\_\_\_

D) Questões norteadoras

Questão 1: Fale sobre o que significa o trabalho para você.

---

---

---

Questão 2: Fale sobre as coisas que o trabalho trouxe para você para sua saúde e para seu desenvolvimento.

---

---

---

---

Questão 3: O que sua família pensa de você trabalhar?

---

---

---

---





Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação  
Comitê de Ética em Pesquisa

De: Profa. Maria Beatriz Rios Ricci  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

Para: Cristiane Aparecida Silveira  
Curso Enfermagem – Poços de Caldas

~~Para:~~ Pesquisa(s) pesquisador(a),

O Projeto de Pesquisa CAAE\_0186.0.113.000-08 "*Trabalho do adolescente: benefícios e malefícios sob a ótica dos trabalhadores*" foi **aprovado** no Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas.

Atenciosamente,

Profa. Maria Beatriz Rios Ricci  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – PUC Minas